



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

**CRUZ DAS ALMAS
MARÇO DE 2018**



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA**

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2017

Relatório de Gestão do exercício de 2017 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com o disposto na Instrução Normativa TCU Nº 63 de 01 setembro de 2010, alterada pela Instrução Normativa TCU Nº 72 de 15 de Maio de 2013, da Decisão Normativa TCU Nº 161 de 01 de Novembro de 2017 e Decisão Normativa TCU Nº 163 de 06 de Dezembro de 2017.

Cruz das Almas, Março de 2018.

REITORIA	
Reitor	Silvio Luiz de Oliveira Soglia
Vice-Reitora	Georgina Gonçalves dos Santos
PRÓ-REITORIAS	
Pró-Reitora de Graduação	Rosineide Pereira Mubarack Garcia
Pró-Reitora de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação	Carlos Alfredo Lopes de Carvalho
Pró-Reitora de Extensão	Tatiana Ribeiro Velloso
Pró-Reitor de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis	Maria Goretti da Fonseca
Pró-Reitora de Gestão de Pessoal	Wagner Tavares da Silva
Pró-Reitora de Administração	Rosilda Santana dos Santos
Pró-Reitor de Planejamento	José Pereira Mascarenhas Bisneto
DIRETORIA DOS CENTROS DE ENSINO	
Centro de Ciências da Saúde	Flávia Conceição dos Santos Henrique
Centro de Formação de Professores	Clarivaldo Santos de Sousa
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas	José Valentim dos Santos Filho
Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas	Elvis Lima Vieira
Centro de Artes, Humanidades e Letras	Jorge L C. Cardoso Filho
Centro de Cultura Linguagens e Tecnologias Aplicadas	Danilo Silva Barata
Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade	Susana Couto Pimentel

**GRUPO DE TRABALHO PARA ELABORAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO
CONFORME PORTARIA Nº 31/2018**

Nome	Lotação
José Joaquim da Silva Ramos	PROPLAN
Déborah Santos Fernandes Schramm	PROPLAN
André Luiz Maciel Almeida	PROPLAN
Rildo José Santos Conceição	PROGEP
Redmar de Sant'Anna Lima	PROGEP
Adriele de Jesus Sousa	PROEXT
Fábio Ressurreição Correia	PROEXT
Raphael Lima Costa	PROGRAD
Tércio de Miranda Rogério de Souza	PROGRAD
Walmyrene Brito dos Santos	PPGCI
Warley Ribeiro Dias	SURRAC
Carine Mendes Rocha de Freitas	SURRAC

**COMISSÃO PARA REVISÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO
CONFORME PORTARIA Nº 32/2018**

Nome	Lotação
Jose Pereira Mascarenhas Bisneto	PROPLAN
Cristiano Barbosa da Silva	PROPLAN
Rosilda Santana dos Santos	PROAD
Igor Dantas Fraga	AUDITORIA
Simea Azevedo Brito Borges	AUDITORIA

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ACC	Atividades Complementares de Curso
AGTER	Agenda Territorial da Bahia
APCN	Aplicativo de propostas de cursos novos
Art.	Artigo
ASCOM	Assessoria de Comunicação
ASSEPE	Assessoria Especial para Projetos Estratégicos
AUDINT	Auditoria Interna
CAHL	Centro de Artes, Humanidades e Letras
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCAAB	Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas
CCS	Centro de Ciências da Saúde
CECULT	Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas
CEIAC	Coordenadoria de Ensino e Integração Acadêmica
CEPG	Coordenação de Ensino de Pós-graduação
CPESQ	Coordenadoria de Pesquisa
CETEC	Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
CETENS	Centro de Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade
CFP	Centro de Formação de Professores
CGD	Comitê de Governança Digital
CGU	Controladoria Geral da União
CINOVA	Coordenação de Criação e Inovação
COMDIS	Comissão Disciplinar
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CONAC	Conselho Acadêmico
CONCUR	Conselho de Curador
CONSUNI	Conselho Universitário
COOPC	Coordenadoria de Projetos e Convênios
COTEC	Coordenadoria de Tecnologia da Informação
CMP	Coordenadoria de Material e Patrimônio
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPCD	Comissão Permanente de Capacitação Docente
CPPG	Coordenadoria de Políticas e Planejamento de Graduação
DN	Decisão Normativa
DOU	Diário Oficial da União
EAD	Educação à Distância
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAPESB	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia
FEBAFES	Feira Baiana da Agricultura Familiar
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão
FORPLAD	Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração
GEPG	Grau de Envolvimento em Pós-Graduação
IC	Iniciação Científica
IES	Instituição de Ensino Superior

IFES	Instituição Federal de Ensino Superior
IN	Instrução Normativa
IQCD	Índice de Qualificação do Corpo Docente
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
LIFE	Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores
LOA	Lei Orçamentária Anual
MEASB	Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia
MEC	Ministério da Educação
MEASB	Memorial do Ensino Agrícola Superior da Bahia
MOOC	Massive Open Online Course
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NAF	da Agricultura Familiar
NAPCON	Núcleo de Acompanhamento de Execução e Prestação de Contas
NEDET	Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial
NUEIAC	Núcleo de Ensino, Integração e Êxito Acadêmico
NUGEDOC	Núcleo de Gestão de Documentação
NUGACC	Núcleo de Gestão Acadêmica de Cursos e Currículos
NUPI	Núcleo de Políticas de Inclusão
NUPSEL	Núcleo de Processos Seletivos
NURAPI	Núcleo de Registro e Acompanhamento do Patrimônio Imobiliário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PACAP	Plano Anual de Capacitação/Aperfeiçoamento dos Técnico-administrativos
PACC	Plano Anual de Capacitação Continuada
PAINT	Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna
PARFOR	Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor do TI
PENAIC	Pacto pela Alfabetização na Idade Certa
PET	Programa de Educação Tutorial
PETI	Plano Estratégico de TI
PIBEX	Programa Institucional de Bolsas de Extensão Universitária
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBITI	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PLS	Plano de Logística Sustentável
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoal
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGCI	Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROAP	Programa de Apoio à Pós-Graduação
PROEXT	Pró-Reitoria de Extensão

PROFMAT	Mestrado Profissional em Matemática
PROGEP	Pró-Reitoria de Gestão de Pessoal
PROGRAD	Pró-Reitoria de Graduação
PROPAAE	Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis
PROPLAN	Pró-Reitoria de Planejamento
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RECONCITEC	Reunião Anual de Ciência, Tecnologia, Inovação e Cultura no Recôncavo da Bahia
SAGRES	Sistema de Gestão de Registros Acadêmicos
SEAD	Superintendência de Educação Aberta e à Distância
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
SESU	Secretaria de Educação Superior
SFC	Secretaria Federal de Controle Interno
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAPE	Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos
SIEPE	Seminário de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SIGPET	Sistema de Informação Gerencial para o Programa de Educação Tutorial
SIMEC	Sistema Integrado de Planejamento, Orçamento e Finanças
SINAP	Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIPEF	Superintendência de Implantação e Planejamento do Espaço Físico
SISU	Sistema de Seleção Unificada
SPU	Secretaria de Patrimônio da União
SUPAI	Superintendência de Assuntos Internacionais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TCU	Tribunal de Contas da União
TSG	Taxa de Sucesso na Graduação
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UJ	Unidade Jurisdicionada
UNIVERÃO	Universidade de Verão do Brasil
UPC	Unidade Prestadora de Contas

LISTA DE TABELAS

Tabela 01: Restos a Pagar Inscritos.....	55
Tabela 02: Receitas Orçamentárias vinculadas	57
Tabela 03: Modelo de Contratação	58
Tabela 04: Despesas por grupo e elementos de despesas.....	59
Tabela 05: Despesas de Pessoal - Situação Apurada em 31/12/2017.	79
Tabela 06: Percentual de Solicitações de Viagem por Centro	85
Tabela 07: Classificação quanto ao tipo de demanda registrada 2015 e 2016.....	98
Tabela 08: Execução da Arrecadação Própria no exercício 2017	108

LISTA DE QUADROS

Quadro 01: Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas	17
Quadro 02: Cursos aprovados em 2017	20
Quadro 03: Atendimentos SOS Dúvidas Finalizados	21
Quadro 04: Projetos em análise no NUEIAC	22
Quadro 05: Análise de minutas de regulamento de atividades complementares e trabalho de conclusão de curso da graduação.	22
Quadro 06: Índice anual de evasão (2014-2016)	23
Quadro 07: Índice anual de retenção (2014-2016)	23
Quadro 08: Cursos e Vagas ofertadas no SiSU 2016.2	24
Quadro 09: Inscritos/as por Campus / Curso	25
Quadro 10: Processos analisados em 2017	26
Quadro 11: Petianos/as ativos/as no SIGPET 2.0 em 2017	27
Quadro 12: Quantidade de estudantes com deficiência registrados no NUPI em 2017	27
Quadro 13: Relação dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> da UFRB	28
Quadro 14: Número de matriculados, vagas, ingressantes e concluintes dos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> da UFRB, até novembro de 2017.....	29
Quadro 15: Relação de propostas de cursos novos de pós-graduação <i>Stricto Sensu</i> da UFRB, submetidos em 2017 à CAPES.....	30
Quadro 16: Relação de Cursos de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> da UFRB ativos em 2017.....	30
Quadro 17: Distribuição e evolução do número de bolsas dos diferentes programas de iniciação científica na UFRB.....	32
Quadro 18: Distribuição de bolsas de iniciação científica (PIBIC) nos Centros de Ensino da UFRB.	32
Quadro 19: Distribuição de bolsas de iniciação tecnológica e de inovação por Centros de Ensino da UFRB	33
Quadro 20: Número de discentes vinculados ao Programa PIBIC EM	33
Quadro 21: Produção Intelectual do Corpo Docente da Pós-Graduação - UFRB (2017)	34
Quadro 22: Evolução dos Grupos de Pesquisa da UFRB... ..	35
Quadro 23: Grupos de Pesquisa certificados da UFRB por grandes Áreas de Conhecimento.....	35
Quadro 24: Número de Bolsistas Produtividade do CNPq vinculados à UFRB	35
Quadro 25: Projetos de Pesquisa da UFRB registrados em 2017.....	36
Quadro 26: Produtos Tecnológicos protegidos pela CINOVA em 2017	36
Quadro 27: Distribuição dos Recursos PROAP + PNPd descentralizado em 2017	37
Quadro 28: Relatório de Dados - cotas e distribuição de Bolsa no ano de 2017 - Mestrado	37
Quadro 29: Distribuição de Bolsas (cotas) de Doutorado, implantadas até dezembro de 2017.....	38
Quadro 30: Recursos financeiros disponibilizados para as ações de Extensão Universitária na PROEXT – 2017	41
Quadro 31: Número de atividades de extensão universitária por tipo, a partir da unidade executora da UFRB em 2017.....	42
Quadro 32 :- AÇÃO 20GK: Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão	46
Quadro 33: AÇÃO 20RK: Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior.....	48
Quadro 34: AÇÃO 4002: Assistência ao Estudante de Ensino Superior	49
Quadro 35: AÇÃO 8282: Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior	51
Quadro 36: AÇÃO 4572: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.....	53
Quadro 37: Indicadores de Gestão.....	63
Quadro 38: Resultado dos Indicadores Primários da DN TCU 408/2002	65
Quadro 39: Resultado dos Indicadores da Decisão DN TCU 408/2002.....	66

Quadro 40: Procedimentos Administrativos abertos	74
Quadro 41: Movimentação de Pessoal (Situação em 31/12/2017).....	77
Quadro 42: Distribuição da Lotação Efetiva (Situação em 31/12/2017).....	77
Quadro 43: Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2017)	77
Quadro 44: Contratos de Pessoal de Apoio	81
Quadro 45: Quantitativo de estagiários por Lotação em 31/12/2017 (Nível Superior).....	83
Quadro 46: Quantitativo de estagiários por curso durante 2017	83
Quadro 47: Quantitativo de estagiários por carga horária durante 2017	83
Quadro 48: Total de Veículos por Tipo de Classificação... ..	85
Quadro 49: Média anual de quilômetros rodados	86
Quadro 50: Idade Média da Frota	86
Quadro 51: Custos manutenção da frota.....	86
Quadro 52: Promitente 1 (Espaço Cedido pela UFRB).....	89
Quadro 53: Promitente 2 (Espaço Cedido pela UFRB).....	89
Quadro 54: Quantidade de estudantes com deficiência registrados no NUPI em 2017	106
Quadro 55: Caracterização da Determinação do TCU	122
Quadro 56: Caracterização da Determinação do TCU	123
Quadro 57: Caracterização da Determinação do TCU	123
Quadro 58: Cursos de graduação que devem ofertar a disciplina de Libras como matéria obrigatória	126

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 01: Organograma Institucional	16
Ilustração 02: Modelo de questionário de satisfação do Usuário-Cidadão.....	101
Ilustração 03: Localização da área de Acesso à Informação no Portal da UFRB	104
Ilustração 04: Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Escolaridade/formação do corpo docente da UFRB	21
Gráfico 2: Comparativo das manifestações acolhidas em 2016 e 2017	99

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS	4
LISTA DE TABELAS	6
LISTA DE QUADROS	7
LISTA DE ILUSTRAÇÕES	9
LISTA DE GRÁFICOS	10
1 INFORMAÇÕES GERAIS DO RELATÓRIO DE GESTÃO	13
2 VISÃO GERAL DA UNIDADE	14
2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS	14
2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE	14
2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	15
2.4 ORGANOGRAMA	16
2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS	20
3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS	43
3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL	43
3.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS	44
3.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO	45
3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS	57
3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS	58
3.6 DESEMPENHO OPERACIONAL	60
3.7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO	61
3.8 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS	69
4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	70
4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA	70
4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	70
4.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS	73
4.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS	75
4.5 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA	76
5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO	77
5.1 GESTÃO DE PESSOAS	77
5.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA	84
5.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	93
5.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE	95
6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	98
6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	98
6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	100
6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS	100
6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE	103
6.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES	104
7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	107
7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO	107
7.2 INFORMAÇÕES SOBRE MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR	107

7.3	TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIÇÃO, DA AMORTIZAÇÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS.....	108
7.4	SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE.....	109
7.5	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS	109
8	CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE.....	122
8.1	TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU	122
8.2	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO 124	
8.3	MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO.....	124
8.4	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993 .	124
8.5	INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO	125
8.6	INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	125
8.7	DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART 3º DO DECRETO 5.626/2005	126
9	DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE	129
9.1	DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL	129
9.2	DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS NO SISTEMA DE APROPRIAÇÃO E REGISTROS DOS ATOS DE ADMINISTRAÇÃO E CONCESSÕES	130
9.3	DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA.....	131
9.4	DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO.....	132
9.5	DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SIAFI.....	133
9.6	DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL.....	134

1 INFORMAÇÕES GERAIS DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório de Gestão da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, para o exercício de 2017, foi elaborado tendo como diretrizes a legislação vigente, particularmente nos objetos tratados na Instrução Normativa TCU Nº 63 de 01 setembro de 2010, alterada pela Instrução Normativa TCU Nº 72 de 15 de Maio de 2013, da Decisão Normativa TCU Nº 161 de 01 de Novembro de 2017 e Decisão Normativa TCU Nº 163 de 06 de Dezembro de 2017. E das orientações do órgão de controle interno conforme Portarias CGU nº 2546/2010 e nº 133/2013 e Decisão nº. 408/TCU – Plenário/2002, no que tange aos indicadores de gestão.

Este documento está estruturado conforme as exigências contidas no Anexo II da DN TCU nº 161/2017, o qual faz referência ao Conteúdo Geral, com informações sobre a gestão em diversos aspectos.

Compõem este relatório documentos, informações e demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e patrimonial, organizado para permitir a visão sistêmica do desempenho e da conformidade da gestão dos responsáveis por esta Unidade Prestadora de Contas (UPC). Seu principal objetivo é realizar uma análise transparente, crítica e proativa dos resultados obtidos nas práticas de gestão da UFRB empreendidas neste exercício.

No corpo deste relatório estão postos as estratégias de atuação desta UPC na execução das políticas públicas e das suas mais importantes realizações e os impactos positivos da atuação da gestão, com destaque para os principais resultados alcançados, a partir dos propósitos programáticos e dos recursos materiais, humanos e financeiros utilizados para a execução das ações previstas. No Capítulo 2 são apresentados a estrutura organizacional, sua competência institucional, seus macroprocessos finalísticos, e por fim informações sobre o ambiente de atuação, tais como: caracterização e o comportamento do setor educação, contextualização dos produtos e serviços ofertados em relação ao seu ambiente de atuação. No capítulo 3 são apresentados dados gerais sobre o planejamento e o estágio de implantação do planejamento e seus desdobramentos, execução das ações governamentais, as metas institucionais previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e o desempenho orçamentário. No capítulo 4 apresentamos a estrutura da unidade auditoria e sua atuação, as atividades de correição e apuração de ilícitos administrativos e gestão de risco do controle interno. No capítulo 5 as informações são referentes às áreas especiais da gestão, tais como Recursos Humanos, patrimônio e da infraestrutura, tecnologia da informação e gestão ambiental sustentável. Já no Capítulo 6 estão os itens relacionados com a sociedade, apresentado por meio de Canais de Acesso ao Cidadão, Carta de Serviço ao Cidadão, Serviço de Informação ao Cidadão e Medidas relacionadas à acessibilidade. No Capítulo 7 estão postos o desempenho financeiro e as informações contábeis, as medidas adotadas para garantir a sustentabilidade, o tratamento contábil da depreciação e amortização e o status do sistema de apuração de custos e os demonstrativos contábeis. No capítulo 8 estão os tratamentos e acompanhamentos das determinações e recomendações do TCU e CGU, as medidas administrativas adotadas para apuração de responsabilidade por dano ao Erário e Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações, as Informações sobre a revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento e Informações sobre ações de publicidade e propaganda.

A elaboração deste Relatório constitui-se em esforço coletivo desta UPC, cujo produto apresenta conteúdo qualificado e todas as informações solicitadas pelos normativos do Tribunal de Contas da União.

2 VISÃO GERAL DA UNIDADE

2.1 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS

A finalidade e competência da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) está estabelecida em normativos legais externos e internos.

De acordo com seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI a UFRB tem como missão: “Exercer de forma integrada e com qualidade as atividades de ensino, pesquisa e extensão com vistas à promoção do desenvolvimento das ciências, letras e artes e a formação de cidadãos com visão técnica, científica e humanística e a valorização das culturas locais e dos aspectos específicos e essenciais do ambiente físico e antrópico”.

Conforme lei de criação, em seu art. 2º, Lei 11.151 de 29 de julho de 2005, a UFRB é uma Autarquia com autonomia administrativa, didático-pedagógica, de gestão patrimonial e financeira; faz parte do sistema das Instituições Federais de Ensino Superior e tem como objeto ministrar ensino superior, desenvolver pesquisa nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária.

Internamente os normativos que descrevem a finalidade e competência da UFRB são o Estatuto e o Regimento Geral que estabelecem além da finalidade e competência, princípios que direcionam as suas ações finalísticas e, concomitantemente, as suas atividades de apoio. Tais referências estão postas principalmente nos Art. 2º e 3º do Estatuto e Art. 2º do Regimento apresentados a seguir.

2.2 NORMAS E REGULAMENTO DE CRIAÇÃO, ALTERAÇÃO E FUNCIONAMENTO DA UNIDADE

O estatuto da UFRB foi aprovado, após análise da Coordenação Geral de Legislação e Normas da Educação Superior, conforme parecer do Conselho Nacional de Educação Nº 278/2006 de 07 de dezembro de 2006 e portaria nº 065 do Ministério da Educação de 17 de janeiro de 2007.

Complementado seu estatuto, foi aprovado pela Resolução CONSUNI Nº 1, de 10 de janeiro 2008 o Regimento Geral da UFRB, que disciplina os aspectos de organização e funcionamento das instâncias administrativas da Instituição.

De acordo com seu Estatuto e aspectos disciplinados pelo Regimento Geral a UFRB tem a seguinte estrutura:

- Órgãos deliberativos:

- Conselho Universitário – CONSUNI
- Conselho Acadêmico – CONAC
- Conselho Curador – CONCUR
- Conselho Diretor de Centro

- Órgãos executivos:

- Reitoria
- Diretoria dos centros de ensino
- Coordenação dos colegiados de cursos de graduação
- Coordenação dos colegiados de cursos de pós-graduação

2.3 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia está inserida num contexto social formado amplamente por camadas populares e que sempre enfrentaram dificuldades de acesso a educação superior de qualidade.

A UFRB surge nesse contexto com o compromisso de ofertar ensino superior, produzir e distribuir conhecimento, formando cidadãos com visão técnica, científica e humanística, exercendo importante papel no cenário regional, como vetor de ações que irão certamente marcar a nova configuração socioeconômica e cultural dessa região.

Neste contexto ela representa a principal esperança de mudança de patamar e de elevação dos padrões sociais, econômicos e de qualidade de vida da população sob sua área de influência, além de preservar aspectos culturais que precisam ser fortalecidos como riqueza de um povo, por vezes defrontando-se com atores que convergem para interesses políticos e de mercado desconectados das especificidades do ambiente local e regional.

Em que pese os avanços que a região do recôncavo obteve na última década com importantes investimentos governamentais, muitos ainda são os desafios relacionados a melhoria dos níveis educacionais, inclusive, um desafio que se lança sobre a presença da UFRB neste espaço geográfico é contribuir para a melhoria da educação básica, executando políticas de formação de professores que vão suprir uma necessidade histórica que se agrava continuamente, gerando um efeito que afeta as próprias IFES ao receberem ingressos que não tiveram uma base qualificada e conseqüentemente implica em sua vida acadêmica, muitas vezes gerando taxas elevadas de evasão.

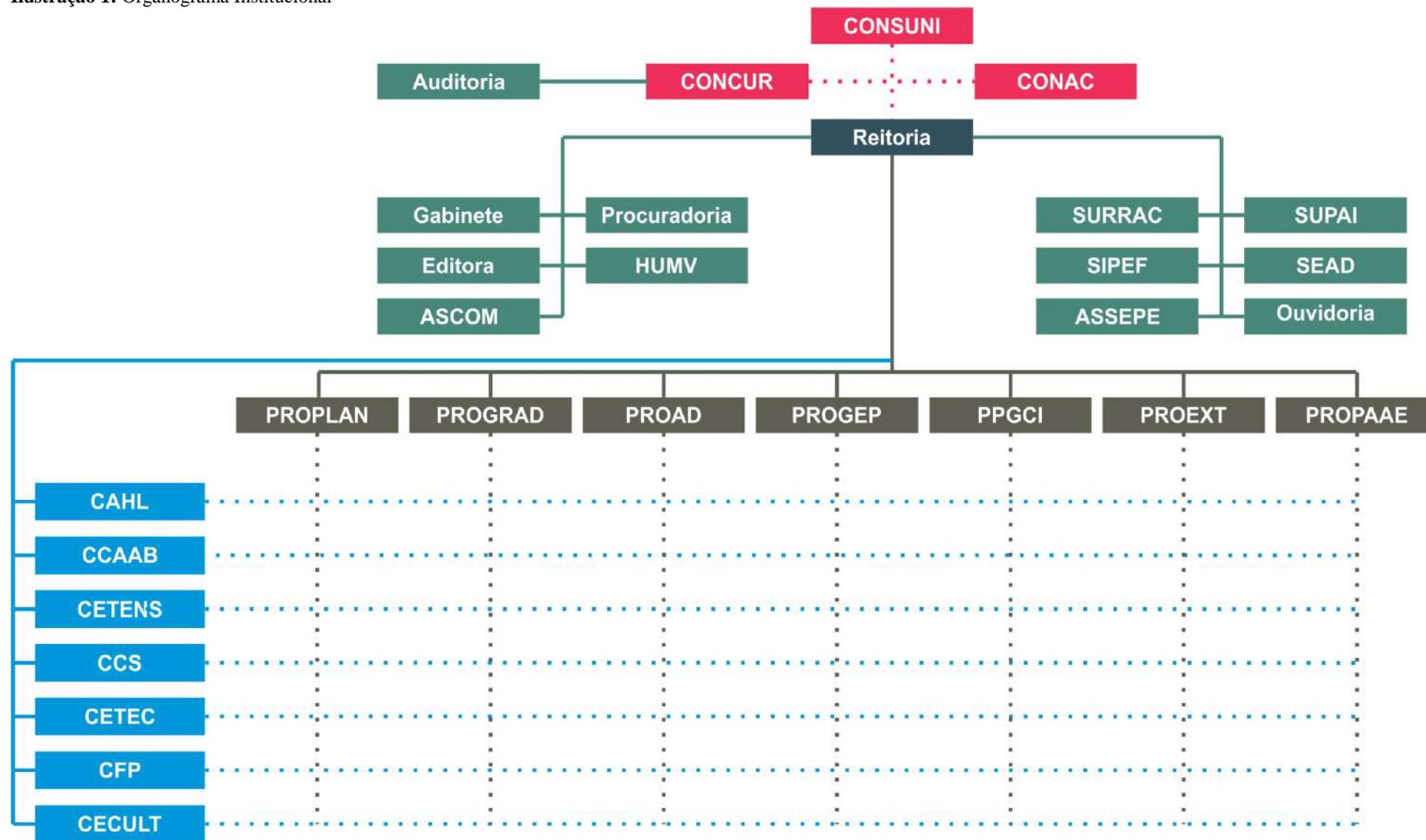
Ressalta-se ainda que a UFRB tem atuado não só na formação de mão de obra qualificada, mas também tem incentivado o empreendedorismo; fomentado à expansão e diversificação da economia urbana, gerando empregos, renda e tributos; agido na produção de Bem de Centralidade, possuindo peso relevante para o processo migratório, atraindo estudantes de outros municípios ou estados, contribuindo para movimentar a economia local.

O processo de consolidação da UFRB tem como meta principal, promover a total integração e melhoria do ensino superior, com total observância do princípio da indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão, colocada pela Constituição Federal de 1988. A compreensão sobre a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, não se restringe a uma questão conceitual ou legislativa, mas fundamentalmente à razão de ser da universidade, que se constituiu, historicamente, vinculada às aspirações e aos projetos político pedagógico.

De todo modo o ambiente de atuação de qualquer instituição é dinâmico o que requer das organizações capacidade de estarem imbricadas em seu *locus* de atuação para melhor alcance de seus objetivos. Por este aspecto a UFRB construiu seu Projeto Pedagógico Institucional com diferenciais articulados com seu território de identidade.

2.4 ORGANOGRAMA

Ilustração 1: Organograma Institucional



Fonte: ASCOM

O organograma acima representa a estrutura organizacional da UFRB para o período de 2015 a 2019 e atende a estrutura apontada no estatuto nos Arts. 18, 19 e 20. As competências e atribuições desta estrutura estão postas no próprio Estatuto, Regimento Geral e Regimento da Reitoria. No Art. 18 do Estatuto constam como estrutura organizacional da Universidade os **órgãos de administração superior, órgãos de administração setorial e órgãos complementares**. Já no Art 19 são elencadas a composição dos órgãos da administração superior: Conselho Universitário, Conselho Acadêmico, Conselho Curador e Reitoria. No Art 20 são apresentados os órgão da Administração Setorial: os conselhos de Centros, os Centros e os Colegiados de Cursos, assim como os Órgão Complementares.

Apresentaremos a seguir as competências e atribuições previstas nos normativos internos para os órgãos executivos.

Quadro 01 : Informações sobre áreas ou subunidades estratégicas

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
Reitoria / Vice Reitoria	Representar a Universidade; Convocar e presidir os Conselhos Superiores e dar cumprimento às deliberações dos Conselhos Universitário, Acadêmico e Curador da Universidade.	Silvio Luiz de Oliveira Soglia/ Georgina Gonçalves dos Santos	Reitor/Vice Reitor	2017
Gabinete do Reitor/Secretaria da Reitoria	Assistir ao Reitor; Relacionar-se com todos os níveis da administração e com o público em geral; Transmitir e acompanhar a execução das determinações emanadas pelo Reitor; Analisar, instruir e despachar expedientes oficiais e correspondências que tramitem no Gabinete	Silvia Cristina Arantes de Souza / Ana Rita Silva Lima Ribeiro	Chefe de Gabinete	2017
Pró Reitoria de Graduação - PROGRAD	Política de Gestão de Ensino de Graduação, Planejamento Acadêmico, Gestão da Legislação Educacional, Gestão de Projetos Acadêmicos, Programa de Bolsas, Política para Docentes, Política para Discentes, Educação a Distância	Rita de Cássia Dias Pereira de Jesus	Pró-Reitora de Graduação	2017
Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação	Gestão estratégica da Pós-Graduação, da pesquisa e de projetos	Rosineide Pereira Mubarak Garcia	Pró-Reitora de Pesquisa e Pós Graduação, Criação e Inovação	2017
Pró Reitoria de Extensão- PROEXT	Criação, promover e fortalecer a extensão universitária, Gestão de Extensão e Captação de recursos para a extensão universitária	Tatiana Ribeiro Velloso	Pró-Reitora de Extensão	2017
Pró Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis – PROPAAE	Gestão da política de ações afirmativas, Política de Permanência, Política Institucional estratégica em prol da integração e convivência da comunidade acadêmica na Universidade	Maria Goretti da Fonseca	Pró-Reitora de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis	2017
Pró Reitoria de Planejamento -	Avaliação das ações institucionais, Coordenação	José Pereira Mascarenhas	Pró-Reitor de	2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
PROPLAN	do planejamento institucional, Realizar estudos para definição do plano de expansão da Universidade, Prestação de Contas Institucionais, Estabelecimento de normas/procedimentos, Elaborar planos, programas e projetos de caráter institucional, Elaboração e acompanhamento dos convênios, Execução orçamentária e financeira, Registro dos atos e fatos contábeis, Elaborar planos, programas e projetos de caráter institucional, Gestão Documental e de Acervo, Gestão de Infraestrutura e Gestão de Tecnologia da Informação.	Bisneto	Planejamento	
Pró Reitoria de Administração – PROAD	Gestão de Contratos, Gestão da aquisição de bens e serviços, Gestão de Serviços Operacionais e Gestão de Material e Patrimônio	Rosilda Santana dos Santos	Pró-Reitora de Administração	2017
Pró Reitoria de Gestão de Pessoal – PROGEP	Administração de Pessoal, Avaliação dos Servidores e Desenvolvimento de Pessoal	Wagner Tavares	Pró-Reitor de Gestão de Pessoas	2017
Procuradoria Federal	A Procuradoria Federal na UFRB é uma Unidade Consultiva e Contenciosa, órgão de execução da Advocacia-Geral da União, que integra a Procuradoria-Geral da União	Carlos Valder do Nascimento	Procurador	2017
Assessoria de Comunicação	Coordenar o serviço de administração das informações jornalísticas e do fluxo das fontes para os públicos de interesse da Instituição e vice-versa; Planejar, coordenar, executar e administrar: a publicidade e propaganda, produções audiovisual e editorial	Cesar Velame	Assessor	2017
Superintendência de Assuntos Internacionais	Promover a mobilidade internacional acadêmica e científica de estudantes, professores e técnico-administrativos em instituições de ensino e pesquisa	Ana Cristina Fermino Soares	Superintendente	2017
Editora da UFRB/Superintendência da Editora da UFRB	Publicar trabalhos originais e de revisão; Reeditar obras consagradas e esgotadas; Contribuir, por meio de suas publicações, com a integração do ensino, da pesquisa, da extensão universitária e de ações afirmativas e assuntos estudantis	Sérgio Augusto Soares Mattos	Superintendente	2017
Superintendência de Regulação e Registro acadêmicos	Examinar e emitir pareceres técnicos nos processos que envolvam a criação e extinção dos cursos de graduação; Organizar e manter	Caroline de Jesus Fonseca Souza	Superintendente	2017

Áreas/ Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de atuação
	atualizado o cadastro dos cursos de graduação e pós-graduação; Orientar, coordenar e controlar a elaboração dos processos de autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento dos cursos de graduação			
Hospital de Medicina Veterinária	Atuar no campo do ensino, da pesquisa e da extensão do curso de Medicina Veterinária desta instituição e cursos afins; Promover o desenvolvimento teórico e prático de diversas disciplinas do curso de Medicina Veterinária; Prestar serviço médico veterinário e hospitalar à comunidade, com atendimento em horário comercial, e quando necessário, em sistema de atendimento continuado a animais domésticos; Executar programas de saúde pública e de sanidade animal; Fornecer auxílio clínico-cirúrgico e de diagnóstico aos Setores de Produção Animal do CCAAB da UFRB. Fornecer auxílio clínico-cirúrgico e de diagnóstico a ONG's devidamente registradas bem como parcerias com prefeituras que necessitam de apoio aos animais domésticos errantes de seus municípios.	Vanessa Bastos de Castro Souza	Diretora	2017
Auditoria Interna	A Auditoria Interna é um órgão integrante da Reitoria, vinculado ao Conselho Curador, responsável pelas atividades de orientação, controle e fiscalização dos atos e fatos administrativos da Universidade.	Igor Dantas Fraga	Auditor Chefe	2017
Centros de Ensino	Ensino de Graduação e Pós Graduação, Realização de atividade e pesquisa e extensão	Flávia Conceição dos Santos Henrique Clarivaldo Santos de Sousa José Valentim dos Santos Filho Elvis Lima Vieira Jorge L. C. Cardoso Filho Danilo Silva Barata Suzana Pimentel	Diretor/a	2017

2.5 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

2.5.1 ATIVIDADE DE ENSINO

2.5.1.1 Ensino na Graduação

No exercício de 2017 as ações vinculadas ao ensino de graduação foram direcionadas para os seguintes eixos estratégicos: Promover o acompanhamento acadêmico pedagógico do ensino de graduação, Desenvolver a política inclusiva da UFRB, promover condições para a oferta de ensino de graduação de qualidade, desenvolver ações de assessoramento técnico- pedagógico para o ensino de graduação, coordenar a política e atividades de estágios curriculares obrigatórios e não obrigatórios dos cursos da UFRB, Propor à PROGRAD normas complementares e novos instrumentos de avaliação dos estágios visando à melhoria dos procedimentos, promover condições para oferta de ensino de graduação de qualidade, Gerir a oferta do ensino de graduação, desenvolver ações de assessoramento técnico-pedagógico para o ensino de graduação, desenvolver o programa UFRB Inclusiva.

- Promover o acompanhamento acadêmico pedagógico do ensino de graduação.

No exercício de 2017 analisamos e emitimos pareceres didáticos pedagógicos de 27 (vinte e sete) processos referentes a projetos pedagógicos de novos cursos, dos quais 15 (quinze) deles foram de criação de novos cursos, sendo que 14 (quatorze) já foram autorizados pelo Conselho Acadêmico. Além do Estatuto da Universidade e do Regulamento do Ensino de Graduação, o Projeto Pedagógico do Curso é o documento que rege a vida acadêmica. Nele estão explícitas as concepções sócio-político-filosóficas e metodológicas de educação que colaborarão na construção de competências e habilidades necessárias para a atuação profissional dos egressos dos cursos

Quadro 02: Cursos aprovados em 2017

CURSOS	RESOLUÇÃO	CENTRO
Bacharelado em Engenharia de Produção	005/2017	CETENS
Bacharelado em Engenharia de Materiais	16/2017	
Bacharelado em Engenharia de Energias	12/2017	
Bacharelado em Engenharia de Tecnologia Assistiva e Acessibilidade	32/2017	
Tecnologia em Alimentos – Educação do Campo	41/2017	
Licenciatura em Música Popular Brasileira	09/2017	CECULT
Superior Tecnológico de Produção Musical	31/2017	
Tecnologia em Artes do Espetáculo	30/2017	
Licenciatura Interdisciplinar em Artes	28/2017	
Tecnologia em Política e Gestão Cultural	029/2017	
Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais	39/2017	
Licenciatura em Artes Visuais	40/2017	CAHL
Bacharelado em Física	46/2017	CETEC

Fonte: PROGRAD/CEIAC

Com intuito de implementar uma política de formação qualificada a Pró-Reitoria de Graduação traçou como meta: Promover programas e cursos de formação pedagógica continuada para os/as docentes da UFRB, fomentando ações para que o ensino se consolide como campo de estudo e de produção de docentes desta universidade.

Para alcance da meta traçada foram desenvolvidas as seguintes estratégias:

- Realizar eventos acadêmicos formativos, a exemplo de Encontros sobre Docência do Ensino Superior no primeiro semestre letivo de cada ano.

- Desenvolver ações articuladas com os Centros, Pró-Reitorias, Superintendências e outras unidades administrativas universitárias para organização dos cursos de formação para docentes.

De acordo com pesquisas realizadas pela Pró-Reitoria de Graduação a maioria considerável do corpo/a docente da UFRB possui titulação de doutorado: 62% aproximadamente. A comunidade docente também possui segmentos de titulação de mestrado, especialização, graduação e aperfeiçoamento em nível superior, conforme gráfico abaixo:

Gráfico 01: Escolaridade/formação do corpo docente da UFRB



Fonte: PROGRAD

No tocante a promoção da afiliação universitária através do Núcleo de Ensino, Integração e Êxito Acadêmico (NUEIAC) foram desenvolvidas ações com vistas a facilitar a transição para a vida universitária cuja proposta foi acompanhar os estudantes ingressantes no primeiro ano da universidade de modo a contribuir com a melhoria do processo de aprendizagem e redução da retenção. Por indicação de levantamentos do relatório de gestão de 2016 que houve uma redução do nível de conhecimento dos documentos e normas da Universidade, especialmente por parte dos/as estudantes, foi implantado o guia *Viver UFRB* voltado justamente para dinamizar o conhecimento dos/as estudantes sobre a vida universitária.

Em forma *web* e aplicativo, além de constituir um mecanismo de acesso rápido dos/as estudantes às informações ligadas à graduação (como calendário, programas, o regulamento, o glossário com termos acadêmicos e siglas institucionais), também vem disponibilizar um canal direto de contato do/a estudante de graduação com a PROGRAD através do ícone “SOS”. Através desse canal os/as estudantes podem encaminhar diretamente para a PROGRAD (através do *smartfone* ou computador) dúvidas e/ou solicitações de informações.

Quadro 03: Atendimentos SOS Dúvidas Finalizados

Assunto	Quantidade
Afastamento por motivo de saúde	01
Transferência Interna	05
Transferência Externa	03
Oferta de Curso de Idiomas na UFRB	01
Processo Seletivo	05
Calendário	03
Permanência /Auxílios/Bolsas	18
Mudança/ Turno Curso	04
Matrícula	07
Desistência Cancelamento	05

Certificados de Bolsas de Graduação	01
Total	53

Fonte: NUEIAC/CEIAC/PROGRAD, 2017

Visando dar continuidade ao acolhimento dos/as ingressantes e promover a efetiva integração do desenvolvimento de competências voltados a aprendizagem do ofício de estudante do ensino superior aos/às discentes, foi proposta a institucionalização do Programa Tutoria na UFRB.

A partir de análise realizada em todos os PPC's de graduação cadastrados (em funcionamento, em fase de aprovação e/ou reformulação), dos 68 projetos de cursos analisados, apenas 23 cursos (33,8%) previam atividades de tutoria acadêmica. Foram realizadas as seguintes ações:

- Inclusão de Proposta de Programa de Tutoria Acadêmica no Regulamento de Graduação;
- Elaboração de Minuta de funcionamento do Programa de Tutoria Acadêmica da UFRB (em fase de encaminhamento para apreciação da Câmara de Graduação);
- Em parceria com o NUGACC, o NUEIAC também tem sido responsável por analisar e emitir pareceres técnico-pedagógicos acerca de Minutas de Regulamentos de Tutoria Acadêmica propostas pelos Colegiados para os cursos de graduação da UFRB.

Atualmente há duas minutas em Análise:

Quadro 04: Projetos em análise no NUEIAC

Minuta de Regulamento de Tutoria/Curso	Nº Processo
Bacharelado em Engenharia Elétrica/CETEC	23007.021084/2017-15
Bacharelado em Energia e Sustentabilidade/CETENS	23007.021083/2017-62

Fonte: Elaboração PROGRAD/CEIAC/NUEIAC

No ano de 2017 analisamos e emitimos pareceres didáticos pedagógicos de 11 (onze) processos referentes às Atividades Complementares de Curso (ACC) e Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). A carga horária destinada à ACC tem um papel fundamental na formação do perfil do egresso, pois abarcam um conjunto variado de eventos que desenvolvem habilidades e competências extracurriculares. Já o TCC se caracteriza por ser um requisito indispensável à integralização curricular e tem o objetivo de proporcionar ao/à estudante experiência em pesquisa necessária ao bom desempenho profissional.

Quadro 05: Análise de minutas de regulamento de atividades complementares e trabalho de conclusão de curso da graduação.

Número dos processos	Descrição dos processos
23007.005441/2017-90	Minuta de Resolução de ACC do Curso de Licenciatura em Música.
23007.000823/2017-27	Minuta de Resolução para Atividade Complementar do Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Ambientais.
23007.024958/2017-88	Criação de Regulamento Específico das Atividades Curriculares Complementares para o Curso de Bacharelado em Matemática – CETEC
23007.013292/2017-32	Solicito a Atualização da Resolução que Regulamenta as Atividades Complementares do Curso de Engenharia de Computação.
23007.025121/2016-75	Alteração da Resolução que Regulamenta as Atividades Complementares do Curso de História.
23007.017149/2017-10	Alteração do Barema das Atividades Complementares do Curso de Bacharelado em Matemática.
23007.026068/2017-19	Regulamento de Atividades Curriculares Complementares do curso de Licenciatura em Ciências Sociais.
23007.005438/2017-76	Minuta de Resolução de TCC do Curso de Licenciatura em Música.
23007.007911/2017-50	Mudança de Resolução – TCC do Curso de História.
23007.026642/2017-21	Reformulação da Resolução de Atividades Complementares do Curso

de Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Ciências da Natureza e Matemática.

Fonte: Elaboração PROGRAD/CEIAC/NUGACC

Para o estudo da Evasão considerou-se a fórmula adotada pelo documento da IFES/FORPLAD - Instituições Federais de Ensino Superior/Fórum Nacional de Pró-Reitores de Planejamento e Administração (2015), que se coaduna com aquela proposta por Silva Filho (2007), e leva em conta o quantitativo de ingressantes, matriculados e concluintes. Essa fórmula assume a seguinte representação gráfica:

$$EV_p = [1 - (M_p - I_p) / (M_{(p-1)} - C_{(p-1)})] \cdot 100$$

Onde: EV_p : Índice de evasão; M_p : Matriculados no período p ; I_p : Ingressantes no período p ; $M_{(p-1)}$: Matriculados no período anterior; $C_{(p-1)}$: Concluintes no período anterior. Para converter o índice em taxa de evasão, basta multiplicar o resultado da expressão por 100.

Quadro 06: Índice anual de evasão (2014-2016)

Anos letivos	Índices de evasão
2014	4,7275
2015	6,9367
2016	7,5040

Fonte: SAGRES/SIGAA (2017)

Para o cálculo do Índice de Retenção* a fórmula utilizada também, é a mesma adotada pelos Indicadores da IFES/FORPLAD, que utiliza o quantitativo de Ingressantes, Evadidos e Concluintes, em uma turma, no tempo de integralização prevista para cada curso. A fórmula assume a seguinte representação gráfica:

$$IRet_a = \frac{I_i - C_{a,i} - Ev_i}{I_i - Ev_i} \cdot 100$$

Em que: a é o ano base de consulta; d é a duração padrão do curso; $i = a - d$; I_i é o número de ingressantes no ano i ; $C_{a,i}$ é o número de concluintes no ano base; e Ev_i é o número de evadidos com ingresso no ano i .

Quadro 07: Índice anual de retenção (2014-2016)

Anos letivos	Índices de retenção
2014	42,4381
2015	4,3956
2016	12,9609

Fonte: SAGRES/SIGAA (2017)

- Gerir a Oferta do Ensino de Graduação

Considerando as paralisações ocorridas ao longo dos períodos letivos que inviabilizaram a ocorrência das atividades acadêmicas, o Conselho Acadêmico interrompeu o calendário sendo necessária a

elaboração de nova programação ao longo do ano civil. Dessa forma, foram elaborados os seguintes calendários:

Elaboração da minuta do calendário Acadêmico 2016.1 reprogramada. Aprovado no Anexo único da Resolução CONAC Nº 001/2017 hospedado no site: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/calendario-academico?download=1461:calendario-2016-1-reprogramado>.

Elaboração da minuta do calendário Acadêmico 2017.1 e 2017.2. Aprovado no Anexo único da Resolução CONAC Nº 001/2017 hospedado no site: <https://www.ufrb.edu.br/prograd/calendario-academico?download=1462:calendario-academico-2017-1-e-2017-2>.

A UFRB ofertou no SiSU 2016.2, 905 (novecentas e cinco) vagas, distribuídas em 19 (dezenove) cursos nas áreas de Artes, Humanidades e Letras (120 vagas); Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (260 vagas); Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (45 vagas); Ciências Exatas e Tecnológicas (190 vagas); Ciências da Saúde (130 vagas) e Formação de Professores (160 vagas).

Quadro 08: Cursos e Vagas ofertadas no SiSU 2016.2

Item	Centro de Ensino	Curso	Formação	Turno	Oferta de Vagas por Modalidade ¹						Vagas Ofertadas
					AC	L1	L2	L3	L4	A1	
1	CAHL	Comunicação Social - Publicidade e Propaganda	Bacharelado	Diurno	10	1	4	1	4		20
2		História	Licenciatura	Diurno	25	3	10	2	10		50
3		Serviço Social	Bacharelado	Diurno	25	3	10	2	10		50
4	CCAAB	Agronomia	Bacharelado	Integral	25	3	10	2	10		50
5		Biologia	Licenciatura	Noturno	20	2	8	2	8		40
6		Medicina Veterinária	Bacharelado	Integral	20	2	8	2	8		40
7		Tecnólogo em Agroecologia	Tecnologia	Integral	30	3	12	3	12		60
8		Tecnólogo em Gestão de Cooperativas	Tecnologia	Noturno	35	4	14	3	14		70
9	CETEC	Ciências Exatas e Tecnológicas	Bacharelado	Integral	75	8	30	8	29		150
10		Engenharia Ambiental e Sanitária	Bacharelado	Integral	20	2	8	2	8		40
11	CCS	Interdisciplinar em Saúde	Bacharelado	Integral	10	1	4	1	4		20
12		Enfermagem	Bacharelado	Integral	10	1	4	1	4		20
13		Medicina	Bacharelado	Integral	15	1	7	1	6		30
14		Nutrição	Bacharelado	Integral	15	1	7	1	6		30
15		Psicologia	Bacharelado	Integral	15	1	7	1	6		30
16	CFP	Filosofia	Licenciatura	Noturno	30	3	12	3	12		60
17		Pedagogia	Licenciatura	Noturno	25	3	10	2	10		50

18		Letras (Libras / Língua Estrangeira)	Licenciatura	Noturno	20	3	10	2	10	5	50
19	CETENS	Interdisciplinar em Energia e Sustentabilidade	Bacharelado	Vespertino	22	2	10	2	9		45
Total					447	47	185	41	180	5	905

Fonte: PROGRAD/CPPG/Núcleo de Processos Seletivos – NUPSEL

No processo seletivo 2017.1 a UFRB ofertou 1.490 (mil quatrocentos e noventa) vagas, distribuídas em 32 (trinta e dois) cursos nas áreas de Artes, Humanidades e Letras (360 vagas); Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas (390 vagas); Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade (45 vagas); Ciências Exatas e Tecnológicas (190 vagas); Ciências da Saúde (130 vagas); Cultura, Linguagem e Tecnologia Aplicada (60 vagas) e Formação de Professores (300 vagas).

Foram realizadas 35.982 (trinta e cinco mil, novecentas e oitenta e duas) inscrições, gerando uma concorrência geral de 24 candidatos/as para cada vaga ofertada. Os cursos da área de saúde continuam sendo os mais concorridos, sendo que 22% dos/as inscritos/as optaram pelos cursos desta área.

Quadro 09: Inscritos/as por Campus / Curso

Centro de Ensino	Curso	Total de vagas	Total de Inscritos	Concorrência
CCS	Medicina	30	2.585	86
CCS	Enfermagem	20	1.415	71
CCS	Nutrição	30	2.091	70
CCS	Psicologia	30	1.783	59
CETENS	Interdisciplinar em energia e sustentabilidade	60	2.659	44
CAHL	Serviço social	50	1.959	39
CCAAB	Biologia	40	1.521	38
CCAAB	Medicina veterinária	40	1.443	36
CFP	Educação física	50	1.800	36
CCS	Interdisciplinar em saúde	20	666	33
CFP	Pedagogia	50	1.349	27
CAHL	Gestão pública	50	1.302	26
CCAAB	Agronomia	50	1.277	26
CAHL	História	40	977	24
CCAAB	Biologia	60	1.281	21
CCAAB	Zootecnia	70	1.433	20
CCAAB	Engenharia de Pesca	60	1.139	19
CAHL	Museologia	50	854	17
CAHL	Ciências Sociais	15	248	17
CCAAB	Engenharia Florestal	70	1.155	17
CAHL	Comunicação social - Jornalismo	40	629	16
CETEC	Engenharia Sanitária e Ambiental	40	617	15
CFP	Letras - Libras/Língua Estrangeira	50	757	15

CAHL	Cinema e Audiovisual	40	560	14
CAHL	Ciências Sociais	35	420	12
CFP	Química	50	578	12
CFP	Física	50	534	11
CAHL	Artes Visuais	40	421	11
CECULT	Interd em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas not	30	302	10
CFP	Matemática	50	493	10
CETEC	Ciências Exatas e Tecnológicas	150	1.456	10
CECULT	Interd. em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	30	278	9

Fonte: PROGRAD/CPPG/Núcleo de Processos Seletivos - NUPSEL

- **Desenvolver ações de assessoramento técnico-pedagógico para o ensino de graduação**

De acordo com a Resolução CONAC 025/2010 é de responsabilidade da PROGRAD, em parceria com a PROGEP, autorizar os processos seletivos simplificados para contratação e renovação de contrato de Professores/as Substitutos/as.

No exercício de 2017 foram analisados 173 processos, sendo 68 de contratação, 102 de renovação e 03 que foram arquivados por solicitação do Centro de Ensino. A tabela abaixo especifica o quantitativo de processos por Centro de Ensino.

Quadro 10: Processos analisados em 2017

CENTRO	CONTRATAÇÃO	RENOVAÇÃO	TOTAL
Centros de Ensino Artes, Humanidades e Letras	17	27	44
Centros de Ensino Ciência e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade	3	2	5
Centros de Ensino Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas	10	16	26
Centros de Ensino Ciências da Saúde	9	13	22
Centros de Ensino Ciências Exatas e Tecnológicas	23	30	53
Centros de Ensino Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	0	0	0
Centros de Ensino Formação de Professores	6	14	20
TOTAL	68	102	170

Fonte: Adaptado do Núcleo de Processo Seletivo – NUPSEL

No tocante a assessorar e avaliar os programas de bolsa existentes no âmbito da graduação foram realizadas duas modalidades no Programa de Monitoria: monitoria remunerada e a monitoria não remunerada. O Programa de Monitoria na UFRB visa contribuir para a melhoria dos processos de ensino e aprendizagem, oportunizando aos/às discentes uma iniciação à docência no ensino superior, auxiliando professores/as orientadores/as no desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades didático-pedagógicas, contribuindo para o aprofundamento de conhecimentos dos/as discentes envolvidos.

Durante os semestres de 2016.1 e 2017.1 (ano civil 2017), foram distribuídas 60 (sessenta) bolsas para o Programa de Monitoria Remunerada, com valor mensal de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por estudante. O Programa de Monitoria é regulamentado pela Resolução CONAC/UFRB nº 036/2010 e prioriza os componentes curriculares que apresentam alto índice de reprovação. Assim, a monitoria é um apoio pedagógico aos/às discentes para contribuir na redução da reprovação e, dessa forma, contribuir para o sucesso acadêmico dos/as estudantes da universidade.

Destacamos também o Programa de Educação Tutorial – PET – constitui-se num programa de acompanhamento de estudantes de graduação, desenvolvendo atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão dentro da perspectiva de determinado curso e/ou interdisciplinar (no caso dos grupos interdisciplinares e conexões de saberes). Cada grupo possui um/a tutor/a e até doze bolsistas remunerados, de acordo com a política de bolsas da Capes, também sendo possível a vinculação de petianos/as voluntários/as, abaixo quadro com informações sobre o programa:

Quadro 11: Petianos/as ativos/as no SIGPET 2.0 em 2017.

GRUPO	TOTAL
Acesso, permanência e pós-permanência na UFRB	12
Agronomia	16
Cinema	12
Socioambientais	12
Educação e Sustentabilidade	12
Mata Atlântica: Conservação e Desenvolvimento	12
Afirmação: Acesso e permanência de jovens de comunidades negras rurais no Ensino Superior	12
UFRB e Recôncavo em Conexão	13
Zootecnia	12
TOTAL	113

Fonte: Sistema SIGPET 2.0

- **Desenvolver a Política Inclusiva na UFRB**

A Pró-Reitoria de Graduação, por meio do Núcleo de Políticas de Inclusão - NUPI no ano de 2017 buscou um olhar diferenciado para acessibilidade dos/as discentes com deficiência da instituição. E nessa perspectiva o Núcleo tem contribuído, com apoio pedagógico, visitas aos Centros de Ensino visando apurar a aplicação das orientações dada aos/as docentes no que tange a lidar com a especificidade educacional de cada estudante.

Para favorecer a permanência dos/as discentes com deficiência registrados/as na UFRB foram disponibilizados bolsistas para atuarem junto a esses/as discentes. As atividades desenvolvidas por esses bolsistas são: adaptação do material impresso em tinta para formato digital com devida formatação; atuar como leitor e escriba durante as avaliações e em atividades acadêmicas individuais e/ou em grupos; auxiliar estudantes com dificuldade de locomoção.

Quadro 12: Quantidade de estudantes com deficiência registrados no NUPI em 2017

Curso	2017
Pedagogia	1
Filosofia	1
Letras Libras	4
Medicina	1
Nutrição	2
Museologia	2
Cinema e Audiovisual	2
Artes visuais	1

Medicina Veterinária	2
Engenharia Sanitária e Ambiental	1
Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas	4
Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Matemática	1

Fonte: NUPI/PPG/PROGRAD, 2017

2.5.1.2 Ensino na Pós Graduação

Com vista ao fortalecimento da Pós-graduação na UFRB foram desenvolvidas varias ações agrupando processos voltados para o fortalecimento da pós-graduação, para o fortalecimento da pesquisa, para a promoção de políticas institucionais de Inovação, propriedade intelectual e transferência de tecnologia e para o gerenciamento de recursos para suporte e promoção da pós-graduação, pesquisa e inovação na UFRB.

- **Fortalecimento da Pós-Graduação**

Atualmente funcionam oito cursos de Mestrado Acadêmico e cinco cursos de Mestrado Profissional, além de dois cursos de Doutorado na UFRB, possibilitando a qualificação de um número crescente de profissionais de todo o país e do exterior. Nos quadros abaixo encontra-se a relação destes Programas e número de matriculados, vagas ofertadas, ingressantes e concluintes destes cursos,.

QUADRO 13: Relação dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFRB

Nome	Modalidade	Centro de Ensino	Avaliação da CAPES (quadriênio 2013-2016)	Início
Ciência Animal	Mestrado	CCAAB	3	2008
Ciências Agrárias	Mestrado e Doutorado	CCAAB	4	1979 (mestrado) 2006 (doutorado)
Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento	Mestrado	CAHL	3	2010
Comunicação	Mestrado	CAHL	3	2017
Defesa Agropecuária	Mestrado Profissional	CCAAB	3	2010
Educação do Campo	Mestrado Profissional	CFP	3	2013
Engenharia Agrícola	Mestrado e Doutorado	CCAAB	4	2012
Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	Mestrado Profissional	CCAAB	3	2011
Matemática PROFMAT	Mestrado Profissional	CETEC	5	2012
História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas	Mestrado Profissional	CAHL	3	2014
Microbiologia Agrícola	Mestrado	CCAAB	3	2008
Recursos Genéticos Vegetais	Mestrado	CCAAB	4	2008
Solos e Qualidade de Ecossistemas	Mestrado	CCAAB	3	2010

Fonte: Plataforma Sucupira (CAPES), acesso em 20 de dezembro de 2017.

QUADRO 14: Número de matriculados, vagas, ingressantes e concluintes dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* da UFRB, até novembro de 2017

Programas	Centro	Matriculados *	Vagas **	Ingressantes ***	Concluintes ***	Observações
Doutorado em Ciências Agrárias	CCAAB	65	17	9	12	-
Doutorado em Engenharia Agrícola	CCAAB	38	15	6	0	1 abandono
Mestrado em Ciência Animal	CCAAB	39	25	14	0	1 abandono 2 desligamentos
Mestrado em Ciências Agrárias	CCAAB	33	13	16	15	
Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento	CAHL	37	18	15	1	-
Mestrado em Comunicação	CAHL	10	10	10	-	-
Mestrado em Engenharia Agrícola	CCAAB	14	15	21	-	1 mudança de nível com defesa
Mestrado em Microbiologia Agrícola	CCAAB	38	21	6	-	-
Mestrado em Recursos Genéticos Vegetais	CCAAB	31	23	11	9	1 abandono 1 desligamento
Mestrado em Solos e Qualidade de Ecossistemas	CCAAB	40	32	17	-	-
Mestrado Profissional em Defesa Agropecuária	CCAAB	25	17	6	7	-
Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	CCAAB/ CAHL	51	20	19	14	-
Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT)	CETEC	2	15	0	9	-
Mestrado em Educação do Campo	CFP	22	20	20	10	-
Mestrado Profissional em História da África, das Diásporas e dos Povos Indígenas	CAHL	41	15	13	-	1 desligamento
Total		498	193	122	52	

Fontes: *Plataforma Sucupira (CAPES), acesso em 08 de novembro de 2017; **Editais dos Programas de Pós-Graduação da UFRB; ***Dados do Sistema SIGAA/UFRB.

Exceto o Mestrado Profissional em Matemática (PROFMAT) que é um curso semipresencial, em rede nacional, coordenado pela Sociedade Brasileira de Matemática, os coordenadores dos Programas de Pós-Graduação encaminham à PPGCI os editais para seleção de candidatos aos cursos de Pós-Graduação *Stricto sensu* e, após análise, os editais são publicados no Jornal A Tarde e no site da UFRB. A PPGCI recebeu, publicou e acompanhou os editais dos Programas de Pós-Graduação para o processo seletivo realizado no meio do ano, de abertura de vagas para ingresso no segundo semestre de 2017 e os editais para o processo seletivo realizado no final do ano de 2017, de abertura de vagas para ingresso no primeiro semestre de 2018.

Ainda como resultado de ações que se iniciaram no exercício de 2016 foram concluídas análises de propostas de criação de novos cursos submetidas pelos centros de ensino. Como resultado desse trabalho, tivemos seis propostas submetidas ao APCN/CAPEs, sendo que uma proposta é em formato associativo. Estas propostas encontram-se atualmente em processo de análise no âmbito da CAPEs. Abaixo quadro com relação das propostas de cursos novos de pós-graduação *Stricto Sensu* submetidos em 2017 à CAPEs.

Quadro 15: Relação de propostas de cursos novos de pós-graduação *Stricto Sensu* da UFRB, submetidos em 2017 à CAPEs

Propostas Submetidas	Centro de Ensino	Número do Processo (UFRB)
Doutorado Integrado em Zootecnia (Em formato associativo, em parceria com UNIVASF e UFS)	CCAAB	23007.025361/2017-51
Mestrado Profissional em Engenharia Florestal	CCAAB	23007.017447/2017-18
Mestrado em Ciências da Saúde	CCS	23007.010419/2017-61
Mestrado Interdisciplinar em Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas	CECULT	23007.010206/2017-30
Mestrado Profissional em Saúde das Populações Negra e Indígena	CCS	23007.023421/2017-09
Mestrado em Arqueologia e Patrimônio Cultural	CAHL	23007.026214/2017-06

Fonte: CEPG/PPGCI, 2017.

Foram analisados também dois relatórios finais de cursos de pós-graduação *Lato Sensu*: o curso de Gestão da Inovação e Desenvolvimento Regional (Processo nº 23007.022643/2017-04), que após análise, recebeu parecer favorável e foi encaminhado para apreciação da Câmara de Pesquisa e Pós-Graduação e o curso de Residência em Nutrição Clínica, com Ênfase em Pediatria e Terapia Intensiva (Processo nº 23007.012331/2017-84).

Ações em prol do fortalecimento dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*, Além dos Cursos de Pós Graduação *Stricto Sensu*, a UFRB possui doze cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* que funcionam nos *Campi* de Amargosa-BA, Cruz das Almas-BA, Cachoeira-BA, Feira de Santana-BA, Santo Amaro-BA e Santo Antônio de Jesus-BA. No quadro baixo encontra-se a relação destes cursos, bem como os dados de ano de início e número de discentes matriculados até dezembro de 2017.

Quadro 16: Relação de Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* da UFRB ativos em 2017

Curso	Centro de Ensino	Início	Discentes Matriculados*
Residência em Nutrição Clínica com Ênfase em Pediatria e em Terapia Intensiva	CCS	2011	12
Especialização em Gestão da Inovação e Desenvolvimento Regional – Curso encerrado em 2017	CCAAB	2015	39
Residência em Medicina de Família e da Comunidade	CCS	2016	
Especialização de Gestão em Saúde – EAD	CCS	2016	361

Especialização em Mineração e Meio Ambiente – EAD	CCAAB	2017	201
Especialização Interdisciplinar em Ambiente, Tecnologia e Sustentabilidade	CETENS	2017	26
Especialização em Cidadania e Ambientes Culturais	CECULT	2017	Em processo de seleção
Especialização em Educação e Interdisciplinaridades	CFP	2017	Em processo de seleção
Especialização em Política e Gestão Cultural	CECULT	2017	Em processo de seleção
Especialização em Ensino de Ciências e Matemática	CFP	2017	Em processo de seleção
Especialização em Tecnologias e Educação Aberta e Digital	CETEC	2017	Em processo de seleção

Fonte: PPGCI, 2017; *Dados informados pelos respectivos coordenadores dos cursos.

2.5.1. Atividade de Pesquisa

As atividades ligadas ao fortalecimento da Pesquisa na UFRB estão diretamente relacionadas às atribuições da Coordenadoria de Pesquisa – CPESQ, que através do seu Núcleo de Iniciação Científica e Núcleo de Assessoramento aos Programas, Projetos e Grupos de Pesquisa, incentiva e acompanha a elaboração e execução de projetos de pesquisa voltados para o fortalecimento da pesquisa, e também gerencia bolsas dos Programas de iniciação científica, tecnológica e de inovação (PIBIC/PIBITI), dentre outras modalidades especiais (PIBIC EM, PIBIC AF - Ações Afirmativas), que são concedidas tanto por agências de fomento como a FAPES e o CPNq, como também custeadas com recursos da própria UFRB. A CPESQ ainda atua acompanhando e certificando os projetos e grupos de pesquisa da Universidade.

Gerenciamento de bolsas PIBIC, PIBITI, PIBIC EM e PIBIC AF - Os Programas de Iniciação Científica e Tecnológica são divulgados junto à Comunidade da UFRB por meios eletrônicos, visitas aos Centros de Ensino e lançamento de editais. Anualmente são organizados os Comitês de Avaliação do Programa (Interno, Externo e Institucional) e é realizada a discussão do barema junto aos gestores nos Centros de Ensino. São discutidas e criadas estratégias de aperfeiçoamento em todos os Programas de Bolsas do Setor (PIBIC, PIBIC AF, PIBITI e PIBIC Ensino Médio). Os editais são debatidos com a comunidade acadêmica da UFRB por meio dos gestores de pesquisa antes do lançamento. As normas do Programa de Iniciação Científica da UFRB são discutidas e alteradas, quando necessárias, com base nas normas das principais agências de fomento. A cada ano estão sendo melhorados os sistemas *on line* de inscrição nos editais do PIBIC e em 2017 fizemos a homologação do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) módulo de pesquisa (SIG Pesquisa) que informatiza os procedimentos da área acadêmica gerenciando a submissão e controle de projetos e bolsistas de pesquisa, registro e relatórios da produção científica dos docentes, e também disponibiliza portais específicos para gestores, professores, pesquisadores e estudantes. O módulo SIG pesquisa deve entrar em operação para o próximo edital PIBIC 2018.

Em 2017 foram submetidos 308 projetos e 585 planos oriundos de docentes vinculados aos sete Centros de Ensino, oportunizando a experiência da orientação científica e da pesquisa na graduação. As bolsas de iniciação científica e tecnológica foram distribuídas de forma equitativa por Centro, com o objetivo de fortalecer todos os Centros da UFRB em seus diversos projetos de pesquisa. As bolsas do PIBITI que apresentam viés de inovação tecnológica também foram distribuídas proporcionalmente às demandas de cada Centro da UFRB. Foram submetidos 39 projetos e 64 planos e em 2017, diferente dos anos anteriores, houve demandas partindo de todos os Centros de Ensino, com exceção do CAHL, sendo todos contemplados proporcionalmente.

Conforme apresentado no quadro abaixo a Coordenadoria de Pesquisa gerencia 282 bolsas, distribuídas da seguinte forma: 82 bolsas de IC/CNPq, 90 bolsas IC/FAPESP, 20 bolsas IC/UFRB, 13 bolsas IC/CNPq - Políticas Afirmativas (AF), 17 bolsas IC/PIBITI/CNPq e 60 bolsas PIBIC/EM.

Além dos discentes bolsistas houve o cadastramento de 100 discentes IC voluntários, sob orientação de 35 orientadores, bem como também ocorreram substituição de alguns bolsistas.

Quadro 17: Distribuição e evolução do número de bolsas dos diferentes programas de iniciação científica na UFRB

MODALIDADE DE BOLSA	ANO				
	2013-2014	2014-2015	2015-2016	2016-2017	2017-2018
PIBIC CNPq	71	77	77	66	82
PIBIC FAPESB	120	150	150	90	90
PIBIC UFRB	50	43	50 (49 utilizadas)	30	20
PIBIC AF	13	13	13	10	13
PIBITI/CNPq	19	20	20	14	17
PIBITI/FUNTELL	-	02	-	-	-
PIBITI/UFRB	-	7	01	-	-
PIBIC EM (CNPq)	60	60 (44 bolsas utilizadas)	60 (58 utilizadas)	50 (48 utilizadas)	60 (59 utilizadas)
TOTAL	333	372	370	260	282

Fonte: PPGCI/CPESQ, 2017.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) - O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) tem por finalidade apoiar a política de iniciação científica desenvolvida nas Instituições de Ensino e/ou Pesquisa, por meio da concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) a estudantes de graduação inseridos na pesquisa científica.

Junto à Instituição, o PIBIC é um programa que integra os estudantes à pesquisa, permitindo aos mesmos o contato com o professor/pesquisador durante 12 meses, aprendendo métodos científicos no desenvolvimento de projetos de pesquisa, aprendendo técnicas de laboratório e a condução de experimentos de campo, elaboração e aplicação de questionários. Também permite ao aluno a publicação dos resultados adquiridos ao longo deste período em Seminários, Simpósios, Congressos e Periódicos Científicos. A inserção dos bolsistas de iniciação científica na Pós-Graduação, um dos grandes objetivos do Programa, tem sido alcançado de maneira bastante satisfatória.

No âmbito geral, o Programa de Bolsas de Iniciação Científica da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia dispõe hoje de 222 bolsas, as quais são custeadas por agências de fomento (CNPq e FAPESB) ou pela própria Universidade e são distribuídas para discentes de graduação dos Centros de Ensino da UFRB.

Quadro 18: Distribuição de bolsas de iniciação científica (PIBIC) nos Centros de Ensino da UFRB

CENTRO DE ENSINO	PROJETOS APRESENTADOS	PROJETOS CLASSIFICADOS	Nº BOLSAS	PERCENTAGEM DO TOTAL
CAHL	36	35	28	13,65%
CCAAB	110	104	73	35,60%
CCS	51	46	34	16,58%
CECULT	15	14	11	5,4%
CETEC	49	44	30	14,63%
CETENS	24	21	13	6,34%
CFP	23	19	16	7,80%
TOTAL	308	283	205	100%

Fonte: PPGCI 2017.

Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) - O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação, por meio da concessão de bolsas de iniciação tecnológica a estudantes de graduação.

Nesse âmbito, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia dispõe de 17 bolsas, as quais são custeadas pelo CNPq e distribuídas para discentes de graduação dos Centros de Ensino da UFRB. O quadro abaixo apresenta os quantitativos de projetos apresentados, classificados e o total de bolsas distribuídas em relação às demandas de cada Centro de Ensino.

Quadro 19. Distribuição de bolsas de iniciação tecnológica e de inovação por Centros de Ensino da UFRB

CENTRO DE ENSINO	PROJETOS APRESENTADOS	PROJETOS CLASSIFICADOS	Nº BOLSAS	PERCENTAGEM DO TOTAL
CAHL	-	-	-	-
CCAAB	17	16	07	41,2%
CCS	07	06	03	17,64%
CECULT	01	01	01	5,88%
CETEC	09	09	03	17,64%
CETENS	04	02	02	11,76%
CFP	01	01	01	5,88%
TOTAL	39	35	17	100%

Fonte: PPGCI, 2017.

Programa de bolsas de Iniciação Científica no Ensino Médio (PIBIC EM) - O Programa PIBIC EM tem como objetivos principais fortalecer o processo de disseminação das informações e conhecimentos científicos e tecnológicos básicos, desenvolvendo atitudes, habilidades e valores necessários à educação científica e tecnológica dos estudantes que estão cursando o ensino médio, permitindo ao estudante manter contato com um projeto científico e aprendendo a executá-lo sob a orientação de um professor com infraestrutura laboratorial para desenvolver as atividades práticas.

No edital de 2017/2018 a UFRB aprovou um total de 60 bolsas na modalidade PIBIC no Ensino Médio, tendo sido implementadas, até o momento, 59 bolsas. A bolsa tem duração de 12 (doze) meses, caso seja implementada a partir do primeiro mês de vigência do processo institucional.

Quadro 20. Número de discentes vinculados ao Programa PIBIC EM

CENTRO DE ENSINO DA UFRB	2017
CCAAB	39
CAHL	07
CCS	05
CETEC	04
CFP	01
CETENS	-
CECULT	03
TOTAL	59

Fonte: PPGCI, 2017.

Produção intelectual do corpo docente da UFRB – Com relação à produção intelectual dos docentes da UFRB do ano de 2017, não foi possível realizar um levantamento preciso, em virtude das dificuldades enfrentadas para efetuar a coleta de tais informações, pois ainda não contamos com um sistema que possibilite realizar o levantamento de forma ágil. No entanto, no interesse de realizar o levantamento dos dados de produção intelectual ao menos do corpo docente que atua nos cursos de Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu* da UFRB, efetuamos uma coleta de dados, buscando obter as informações necessárias a partir de pesquisas aos currículos dos professores, disponíveis na Plataforma Lattes do CNPq. As listas dos corpos docentes ligados aos programas de pós-graduação *Stricto Sensu* foram obtidas pela Plataforma Sucupira (CAPES), a partir de dados que são informados pelos coordenadores dos Programas. Já a lista dos docentes vinculados aos cursos de

Pós-Graduação *Lato Sensu* foram obtidos por consulta no SIGAA ou por consulta direta aos coordenadores dos cursos. As pesquisas foram feitas realizando manualmente o *download* de cada currículo e utilizando um extrator para tratar os dados.

Quadro 21. Produção Intelectual do Corpo Docente da Pós-Graduação - UFRB (2017)

Tipo de Produção / 2017	Quantitativo
Participação em projetos de pesquisa	
Participação em projetos financiados	203
Participação em projetos não financiados	278
Subtotal	481
Produção bibliográfica	
Artigos completos publicados em periódicos	201
Livros publicados/organizados ou edições	10
Capítulos de livros publicados	36
Textos em jornais de notícias/revistas	0
Trabalhos completos em anais de congressos	11
Resumos expandidos publicados em anais de congressos	31
Resumos publicados em anais de congressos	146
Prêmios e Títulos	15
Participação em eventos	211
Artigos aceitos para publicação	37
Organização de eventos	57
Apresentações de Trabalho	82
Subtotal	837
Orientações em andamento	
Supervisão de pós doutorado	8
Tese de doutorado	43
Dissertação de mestrado	84
Trabalho de conclusão de curso de graduação	63
Iniciação científica	109
Orientações de outra natureza	42
Subtotal	349
Supervisões e orientações concluídas	
Dissertação de mestrado	8
Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização	17
Trabalho de conclusão de curso de graduação	81
Iniciação científica	24
Subtotal	130
Produção Técnica	
Revisões técnicas de livros e/ou capítulos	2
Curadorias	0
Cursos ministrados	13
Edições de obras	0
Equipamentos pedagógicos e material didático	6
Manuais Técnicos	6
Mapas, cartas, levantamentos em geral	0
Maquetes	1
Palestras	6
Pareceres, sentenças judiciais, etc.	8
Patentes	3
Produtos de multimeios	0
Softwares educativos	0
Subtotal	45
Produção Artística	
Composições	0
Documentários	0
Exposições	2

Filme de curta duração	0
Filme de longa duração	0
Participação em concertos	0
Programas de rádio e/ou TV	5
Recitais	0
Regências	0
Subtotal	7
TOTAL GERAL	1849

Fonte: Dados extraídos em 15/12/2017 dos *Currículos Lattes* (CNPq) de docentes vinculados à pós-graduação da UFRB, disponível em: <http://lattes.cnpq.br>

Desenvolvimento dos Grupos de Pesquisa - Atualmente existem 183 grupos de pesquisa vinculados à UFRB registrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, devidamente certificados pela UFRB. Houve um aumento no cadastro e certificação de grupos de pesquisa, de 172 (2016) para o total de 183 grupos no exercício de 2017.

Quadro 22. Evolução dos Grupos de Pesquisa da UFRB

Ano	2006	2008	2010	2014	2016	2017
Grupos de Pesquisa	19	32	71	121	172	183

Fonte: Diretório dos grupos de pesquisa do CNPq, acesso em 12/12/2017.

No quadro abaixo, que apresenta o número de Grupos de Pesquisa certificados da UFRB por área de Conhecimento, é possível verificar que os Grupos estão distribuídos entre diversas Áreas de Conhecimento, mas concentra números maiores nas Áreas das Ciências Humanas, seguida pelas Ciências Agrárias, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde e Linguística, Letras e Artes.

Quadro 23. Grupos de Pesquisa certificados da UFRB por grandes Áreas de Conhecimento

Áreas de Conhecimento	Número de Grupos de Pesquisa em 2017
Ciências Agrárias	35
Ciências Biológicas	5
Ciências da Saúde	18
Ciências Exatas e da Terra	15
Ciências Humanas	58
Ciências Sociais Aplicadas	22
Engenharias	12
Linguística, Letras e Artes	18
TOTAL	183

Fonte: PPGCI, 2017.

Bolsistas de produtividade da UFRB - Com relação aos bolsistas de produtividade do CNPq vinculados à UFRB houve uma redução de 12 para 11 bolsistas. Dentre os pesquisadores com bolsa ativa, nove são vinculados à área de ciências agrárias. Cabe salientar que existe a necessidade de ampliação do número de bolsas para que possa contemplar um maior número de pesquisadores e incluir pesquisadores vinculados a todos os Centros de Ensino da UFRB.

Quadro 24. Número de Bolsistas Produtividade do CNPq vinculados à UFRB

Tipo de bolsa	Quantidade
Produtividade em desenvolvimento tecnológico e extensão inovadora 1D	1
Produtividade em desenvolvimento tecnológico e extensão inovadora 2	-
Produtividade em pesquisa 1A	1
Produtividade em Pesquisa 1C	2
Produtividade em pesquisa 1D	1
Produtividade em pesquisa 2	6
TOTAL	11

Fonte: Mapa de investimento CNPq, acesso em 13/12/2017.

Sistema online de Cadastro de Projetos de Pesquisa - O sistema de registro e certificação dos projetos de pesquisa disponibilizado em 2013 foi criado com o objetivo de uniformizar, em todos os Centros de Ensino, os procedimentos relativos aos projetos de pesquisa da UFRB, além de facilitar o intercâmbio de informações e o acompanhamento da pesquisa realizada na Instituição. A intenção é que este sistema seja utilizado até que o módulo de pesquisa do SIGAA seja implantado, com previsão em 2018, e no qual, dentre outras atividades, estarão o registro e acompanhamento dos projetos de pesquisa da UFRB.

Quadro 25: Projetos de Pesquisa da UFRB registrados em 2017

Centro de Ensino da UFRB	Projetos de pesquisa registrados durante o ano de 2017
CCAAB	84
CETEC	34
CECULT	19
CCS	34
CFP	11
CAHL	18
CETENS	22
TOTAL	222

Fonte: Sistema de Projetos de Pesquisa da UFRB

Promoção de políticas institucionais de Inovação, Propriedade Intelectual (PI) e Transferência de Tecnologia – As atividades ligadas à promoção de políticas institucionais voltadas para a Inovação, Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia estão relacionadas diretamente às atribuições da Coordenação de Criação e Inovação (CINOVA), setor subordinado à PPGCI. Em sua atuação, a equipe da CINOVA busca fomentar o desenvolvimento tecnológico, a criação, a inovação e o empreendedorismo, além de promover a adequada proteção e manutenção da propriedade intelectual produzida na UFRB.

Quadro 26: Produtos Tecnológicos protegidos pela CINOVA em 2017

Protocolo	Data	Produto Tecnológico
BR1020170103935	08/05/2017	Processo de obtenção de composição alimentícia funcional em forma de barra de cereais à base de farinha de feijão e produto final
BR1020170104737	18/05/2017	Processo de uso de proteína texturizada de soja na fabricação de doce em calda e produto final obtido
BR1020170103943	18/05/2017	Processo de obtenção de um produto alimentício em forma de biscoito à base de feijão enriquecido com farinha de arroz e produto final
BR5120170001413	14/02/2017	Virtual console-simulador de treinamento em mesa de som
Em processo de redação (Não protocolado no INPI)	2017	Aquamobi
Em processo de redação (Não protocolado no INPI)	2017	Blackbox
Em processo de redação(Não protocolado no INPI)	2017	Sistema para detecção de alinhamento molecular em fluxos líquidos por espectroscopia de absorção baseada em lente térmica e método de uso

Fonte: PPGCI, 2017.

Gerenciamento de recursos para suporte e promoção da pós-graduação, pesquisa e inovação na UFRB – A CAPES disponibiliza anualmente recursos para apoio aos Programas de Pós-

Graduação *Stricto sensu* da UFRB o que possibilita apoio financeiros aos Programas de Pós-Graduação da UFRB. Todo o início de ano os Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação apresentam um planejamento de utilização dos recursos PROAP (Programa de Apoio a Pós-Graduação), que é preenchido em formulário específico da CAPES, sendo estas informações mantidas na PPGCI e lançadas como termo de descentralização no sistema SIMEC que é aprovado pelo reitor e segue para aprovação da CAPES.

Quadro 27: Distribuição dos Recursos PROAP + PNPd descentralizado em 2017

Pró-Reitoria e Programas de Pós-Graduação	Cód. Programa	Nível	Ano de 2017		PNPD Cota Fixa	PROAP Cota Fixa	Total PROAP + PNPd
			M	D			
CIENCIA ANIMAL	28022017004P4	M	19	0	12.400,00	13.552,00	25.952,00
CIÊNCIAS AGRÁRIAS	28022017001P5	M/D	23	29	13.000,00	67.615,96	80.615,96
CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA, DESIG. E DESENV.	28022017005P0	M	13	-	1.300,00	12.540,00	13.840,00
ENGENHARIA AGRÍCOLA	28022017009P6	M/D	4	8	6.300,00	21.560,00	27.860,00
MICROBIOLOGIA AGRÍCOLA	28022017002P1	M	17	-	1.550,00	14.168,00	15.718,00
PRÓ-REITORIA	28022017		15	6	0,00	75.256,40	75.256,40
RECURSOS GENÉTICOS VEGETAIS	28022017003P8	M	11	-	4.650,00	12.628,00	17.278,00
SOLOS E QUALIDADE DE ECOSISTEMAS	28022017006P7	M	15	-	3.100,00	10.500,00	13.600,00
	Total		117	43	42.300,00	227.820,36	270.120,36

Fonte: PPGCI, 2017

Gerenciamento das Bolsas de mestrado e doutorado financiadas pela CAPES/Demanda Social, CAPES/Pró-Reitoria, REUNI, CNPq e FAPESB - Foram realizadas pela PPGCI as concessões e acompanhamento de bolsas de mestrado e doutorado para os Programas de Pós-Graduação, sendo atendidas todas as solicitações dos Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação para exclusão, inclusão e atualização das bolsas, conforme as cotas definidas para cada Programa.

Quadro 28: Relatório de Dados - cotas e distribuição de Bolsa no ano de 2017 - Mestrado

Programa de Pós-Graduação	Órgão de Fomento / Tipo de Bolsa									Total
	CAPES				SESU	CNPq		FAPESB		
	CP-DS	CPR	P- INCT	CINSO	Outras	CP	PJ	CP	PJ	
CIENCIAS AGRÁRIAS	23	0	0	0	0	3	0	2	0	28
CIENCIAS SOCIAIS	13	1	0	0	0	0	0	4	0	18
CIENCIA ANIMAL	19	0	0	0	0	0	0	4	1	24
COMUNICAÇÃO SOCIAL	2	2	0	0	0	0	0	0	0	4
ENGENHARIA AGRICOLA	4	3	0	0	0	0	0	3	1	11
MICROBIOLOGIA	17	0	0	0	0	0	0	3	1	21

RECURSOS GENETICOS	11	4	0	0	0	0	0	4	0	19
SOLOS E QUALIDADE	15	5	0	0	0	0	0	4	0	24
DEFESA AGROPECUARIA	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4
EDUCAÇÃO NO CAMPO	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4
GESTÃO POLITICAS PUBLICAS	0	0	0	0	0	0	0	3	0	3
HISTÓRIA DA ÀFRICA	0	0	0	0	0	0	0	4	0	4
PROFMAT	0	0	0	4	0	0	0	0	0	4
TOTAL	104	15	0	4	0	3	0	39	3	168

Legenda: CP-DS: Cota do Programa – DS / CPR: Cota Pró-Reitoria / P-INCT: Projeto INCT / CINSO: Cota da Instituição de Origem / CP: Cota do Programa / PJ: Projeto

Fonte: PPGCI, 2017.

Quadro 29: Distribuição de Bolsas (cotas) de Doutorado, implantadas até dezembro de 2017

ANO	Órgão de Fomento / Tipo de Bolsa		Programa de Pós-Graduação		Total de Bolsas por Órgão de Fomento
			Ciências Agrárias	Engenharia Agrícola	
2017	CAPES	Cota do Programa - DS	29	08	37
		Cota Pró-Reitoria	04	02	06
		Projeto	01	00	01
		Cota da Instituição de Origem	00	00	00
	SESU	REUNI (Federais)	00	00	00
	CNPq	Cota do Programa	00	00	00
		Projeto	00	00	00
	FAPESB	Cota do Programa	04	11	15
		Projeto	00	00	00
	Total de Bolsas por Programa de Pós-Graduação – Doutorado			38	21

Fonte: PPGCI, 2017

2.5.2 Atividade de Extensão

As ações de extensão estão nas formas de programas, projetos, cursos, eventos, prestação de serviços e consultoria, publicações e outros produtos acadêmicos, inseridos em áreas temáticas que estão em consonância com as orientações do Plano Nacional de Extensão Universitária: Comunicação, Cultura e Arte, Direitos Humanos e Justiça, Educação, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção e Trabalho.

Considera-se que o desenvolvimento e o fomento à Extensão Universitária são voltados para a promoção de um processo educativo, artístico, cultural e científico promovido pelas universidades para estabelecer uma relação mais direta com outros segmentos da sociedade, dando retorno para a população com ações de ensino, pesquisa e extensão. É um modo de a universidade realizar e participar, em conjunto com outros setores da sociedade, de programas e projetos que promovam a superação das desigualdades sociais e o desenvolvimento territorial sustentável e solidário.

Em conformidade com o Plano de trabalho para 2017, foram realizadas ações orientadas pelos objetivos de colaborar com o desenvolvimento institucional da UFRB e desenvolvimento da extensão universitária: contribuir com o desenvolvimento territorial e estruturação de um plano contínuo de cultura na extensão universitária; divulgar e instituir a integralização da extensão aos cursos de graduação, como parte do processo formativo da comunidade acadêmica; fortalecimento e ampliação de políticas de extensão universitária na UFRB; acompanhamento e incentivo da extensão universitária nos centros de ensino; divulgação da extensão universitária da UFRB.

Principais ações da Extensão Universitária na UFRB:

- Encontros de Gestores de Extensão dos Centros de Ensino e de coordenadores/as de programas e projetos de extensão financiados ou não;
- Participação em reuniões de Conselhos – Acadêmico e Universitário – e da Câmara de Extensão na representação da PROEXT;
- Atendimento à solicitação de documentos afins à extensão universitária da Reitoria, Pró-Reitorias e órgãos administrativos relacionados;
- Participação em eventos internos e externos, acadêmicos e relacionados à extensão universitária e na representação da UFRB;
- Acompanhamento da elaboração e do monitoramento das solicitações de compras e serviços dos programas e projetos de extensão financiados;
- Orientação para busca de apoios para os programas e projetos de extensão não financiados;
- Acompanhamento da distribuição dos materiais e dos equipamentos adquiridos aos Programas e Projetos afins;
- Acompanhamento aos Programas Institucionais de Extensão Universitária;
- Acompanhamento à *Revista Extensão* e outras publicações;
- Manutenção do número de bolsas para o Programa PIBEX;
- Elaboração e articulação de projetos/ programas para aumento do número de bolsas para a extensão universitária;
- Acompanhamento aos Processos seletivos dos Programas PIBEX, Edital de Apoio aos Eventos e na relação com a SESu para os programas do PROEXT-MEC-SESu;
- Construção de portfólio para solicitação de emendas parlamentares;
- Acompanhamento da Reitoria na articulação de apoio de emendas parlamentares com Senadores/a e Deputados/as Federais, em Brasília;
- Participação de reunião do Projeto Recôncavo e encaminhamentos, em parceria da UFRB com SDR/CAR, EMBRAPA e Colegiado Territorial do Recôncavo da Bahia;
- Aquisição e distribuição do *Kit Eventos* para os Centros de ensino, a partir do Edital de Apoio a Eventos;
- Acompanhamento dos fóruns de discussão, nos centros de ensino, do Programa de Curricularização da Extensão;
- Acompanhamento das ações e da presidência do Conselho Superior do MEASB;
- Acompanhamento das ações do Programa Canto Coral;
- Acompanhamento das ações do Programa Acadêmico de Fortalecimento da Agricultura Familiar com os Projetos Mais Mercado, Mulheres de Fibra e Feira da Agricultura Familiar no Campus de Cruz das Almas;
- Parceria na promoção de Feiras da Agricultura Familiar com o Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial – NEDET e o Núcleo da Agricultura Familiar – NAF, no Campus de Cruz das Almas, como forma de criação de espaços de visibilização dos saberes e dos sabores do Território do Recôncavo da Bahia;
- Promoção e mobilização de reunião com as Organizações da Agricultura Familiar para discussão da Chamada Pública, junto com a PROAD e PROPAAE;
- Acompanhamento da atualização do site da PROEXT e de acompanhamento da implementação da Política de Comunicação da PROEXT;
- Acompanhamento às produções de material gráfico e digital de divulgação da extensão;
- Acompanhamento da atualização e da divulgação dos dados da PROEXT;
- Acompanhamento dos apoios aos eventos nas modalidades discentes, docentes e servidores técnicos;
- Realização de reuniões com CECULT, CETEC, CCS, CETENS, CCAAB, CAHL, CPF para desenvolvimento de projetos de extensão;

- Representação do FORPROEX – Região Nordeste e participação deste espaço a nível estadual, regional e nacional como colaboradora e representação da UFRB na elaboração de propostas e políticas públicas de fomento de extensão universitária e do Plano de Extensão Universitária da Região Nordeste – 2017/2018;
- Acompanhamento das negociações e estratégias de execução dos recursos captados por meio de editais;
- Elaboração e colaboração em projetos/ programas de extensão para captação de recursos externos com acompanhamento e apoio em elaboração de propostas para submissão à editais, como também incentivo à participação em editais para captação de recursos afins às ações e políticas de extensão;
- Apoio a PROAD e SIPEF sobre a Logística Sustentável com planejamento de ações para a UFRB;
- Participação de ações das comunidades quilombolas da Baixa da Linha e da Vila Guaxinim na integração com os projetos de extensão desenvolvidos sob responsabilidade do CCAAB e de Presidência de comissão para elaboração de proposição de termos e limites da área a ser demarcada e reconhecida em favor das comunidades da Vila Guaxinim e da Baixa da Linha;
- Participação e, ou organização dos seguintes eventos:
 - ✓ IV Ciclo de Apresentação de Estudantes Bolsistas de Extensão do PIBEX/PROEXT/UFRB no II Simpósio de Extensão da UFRB que ocorreu no IV RECONCITEC;
 - ✓ XI Edição do Fórum Pró Igualdade Racial e Inclusão Social Fórum - 20 de Novembro do CETENS, sob coordenação da PROPAAE;
 - ✓ Atividades territoriais (plenárias, câmaras temáticas e construção de Planos Territoriais) dos Colegiados do Recôncavo da Bahia, Portal do Sertão e Vale do Jiquiriçá;
 - ✓ IX Festa da Ostra;
 - ✓ Semana Pedagógica 2017.1 e 2017.2 do CETENS;
 - ✓ Seminário de Integração Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE) do CETENS;
 - ✓ I Seminário Ensino, Pesquisa e Extensão da Rede Pública de Educação Profissional e Tecnológica do Estado da Bahia;
 - ✓ Seminário sobre a encíclica LAUDATO SI: “o que está acontecendo em nossa casa”. em Feira de Santana;
 - ✓ Seminário de Pesquisa, Extensão e Políticas Afirmativas do CAHL;
 - ✓ Reencôncavo CCAAB 2017.1;
 - ✓ IV Fórum das Licenciaturas da UFRB;
 - ✓ Seminário Internacional de Desenvolvimento Territorial, em Fortaleza - CE;
 - ✓ 40º Encontro Nacional do FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, em Porto Seguro, com participação na Comissão Organizadora, na Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB;
 - ✓ 41º Encontro Nacional do FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, em Florianópolis - SC;
 - ✓ Comissão Organizadora do 48º Encontro Regional Nordeste do FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, em Recife – PE, na Universidade Federal Rural de Pernambuco – UFRPE;
 - ✓ Mesa e participação na 49º Encontro Regional Nordeste do FORPROEX – Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras, em Salvador – BA, na Universidade Federal da Bahia – UFBA;
 - ✓ Reuniões na Câmara de Inovação da FAPESB;
 - ✓ Participação no II Encontro de Mulheres do Estado da Bahia na Feira Baiana da Agricultura Familiar;
 - ✓ Participação e articulação do estande do Território do Recôncavo na VIII Feira Baiana da Agricultura Familiar – FEBAFES, em Salvador;

- ✓ Participação na organização da Universidade de Verão do Brasil – UNIVERÃO, em Lauro de Freitas, da comunidade acadêmica da UFRB;
- ✓ Participação e promoção de Ciclo de Debates e Palestras na UFRB: Prof. José Jorge de Carvalho promovido pelo Observatório DIVERSIFICA sobre “Encontro de Saberes”; Ex-Ministro da Cultura Juca Ferreira na Aula Magna 2017.1 “Cidadania Cultural e Política no Brasil: O que esperar do século XXI?”; e Reitor da UFBA Prof. João Carlos Sales na Aula Magna 2017.2 “Universidade Pública: autonomia e desafios contemporâneos”;
- ✓ Representação da UFRB nas atividades de implementação da Agenda Territorial da Bahia – AGTER em conjunto com a PROPLAN;

Portarias:

- Nº 390 de 2017 e Nº 802 de 2017 respectivamente de composição e atualização da Comissão Permanente de Capacitação Docente – CPCD da UFRB;
- Nº 917/2017 de instituição de Comissão para construção de minuta de Resolução da Curricularização da Extensão na UFRB; e
- Nº 914 e 1.175 de 2017 que, respectivamente, institui e altera a Comissão para elaboração de proposição de termos e limites da área a ser demarcada e reconhecida em favor das comunidades da Vila Guaxinim e da Baixa da Linha.

As ações de coordenação da equipe da PROEXT, a partir da relação articulada do Gabinete com as Coordenações de Cultura e Universidade e de Extensão Universitária, contemplam:

- Acompanhamento permanente da execução do Plano de Trabalho 2017, em consonância com o Plano de Gestão – 2016 – 2019, com realização de reuniões de monitoramento, avaliação e planejamento;
- Acompanhamento, sistemático e processual, das atividades das Coordenadorias, Núcleos e estagiários/ bolsistas da PROEXT;
- Incentivo à participação em editais afins aos núcleos, metas e ações de extensão;
- Incentivo aos membros da equipe a organizarem e a participarem de atividades de extensão como espaço formativo e de integração da PROEXT com as ações de extensão universitária das unidades da UFRB e dos parceiros;
- Acompanhamento e orientação para realização dos eventos promovidos pela PROEXT;
- Acompanhamento aos relatórios e dados gerados pela PROEXT;
- Realização de atividades de convivência e confraternização e avaliações da equipe e na relação com as outras unidades da Administração Central e dos Centros de Ensino.

Em 2017, os recursos disponibilizados para as ações de Extensão Universitária na PROEXT foram de R\$ 624.304,30 (seiscentos e vinte e quatro mil, trezentos e quatro reais e trinta centavos), conforme apresentado no Quadro abaixo:

Quadro 30: Recursos financeiros disponibilizados para as ações de Extensão Universitária na PROEXT – 2017

Fontes dos Recursos Financeiros	Valor
Emendas Parlamentares	R\$ 350.000,00
Recursos Internos	R\$ 194.124,30
Recolhimento via GRU	R\$ 5.380,00
CAPES PIBID Diversidade	R\$ 18.000,00
PROEXT/MEC-SESu	R\$ 56.800,00
TOTAL	R\$ 624.304,30

Fonte: PROEXT

Quantitativo das atividades de extensão registradas na PROEXT em 2017, oriundas das Unidades Administrativas e Centros de Ensino da UFRB, separadas por tipo de atividade de extensão universitária.

Quadro 31: Número de atividades de extensão universitária por tipo, a partir da unidade executora da UFRB em 2017

Tipo/ Unidade	Curso	Evento	Programa	Projeto	Prestação de Serviço e Consultoria	Publicação	Total
CAHL	8	82	2	15	1	-	108
CCAAB	27	43	2	22	6	-	100
CCS	22	117	3	26	4	-	172
CECULT	41	51	1	11	-	1	105
CETEC	18	23	5	18	2	-	66
CETENS	9	10	-	6	-	-	25
CFP	3	27	3	11	-	-	44
PROEXT	2	-	1	2	-	1	6
PPGCI	4	2	1	-	-	-	7
Hospital Veterinário	-	-	-	1	1	-	2
PROPAAE	-	1	-	1	-	-	2
PROGRAD	-	4	-	-	-	-	4
SEAD/UFRB	-	-	2	-	-	-	2
SUPAI	3	1	-	-	-	-	4
SIPEF	5	1	-	1	-	-	7
TOTAL	142	362	20	114	14	2	654

Fonte: NUGEDOC/PROEXT/UFRB - 2017

3 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL E RESULTADOS

3.1 PLANEJAMENTO ORGANIZACIONAL

O Planejamento é um processo contínuo e dinâmico que consiste em um conjunto de ações intencionais, integradas, coordenadas e orientadas para tornar realidade um objetivo futuro, de forma a possibilitar a tomada de decisões considerando aspectos como prazos, custos, qualidade, segurança, desempenho e outras condicionantes.

Tradicionalmente o planejamento estratégico das IES tem se traduzido no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI. O planejamento estratégico da UFRB está expresso nesse importante documento que se exprime em objetivos estratégicos e linhas de ação. O atual PDI da instituição compreende o período de 2015-2019 o qual é fruto de construção coletiva de diversos atores da comunidade acadêmica.

O PDI 2015-2019 da UFRB buscou adequar-se aos objetivos traçados nos Programas Temáticos 2080 - Educação de Qualidade para Todos e do 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação e das diretrizes do Plano Nacional de Educação PNE 2011-2020, que lançou desafios de expandir as ofertas de vagas na educação superior, garantir qualidade e promover inclusão social e desenvolvimento econômico.

Construído de forma participativa por membros dos três segmentos da comunidade acadêmica o PDI 2015-2019 da UFRB estrutura-se em oito objetivos estratégicos que se desdobram em diversas metas que convergem para o alcance de sua função social.

3.1.1 Descrição sintética dos objetivos do exercício

Para o alcance da missão institucional a UFRB se compromete com o esforço de identificar as potencialidades regionais e apoiar o planejamento para fortalecimento das mesmas a partir de referências que promovam a cultura e o bioma local, bem como a qualidade de vida do povo do recôncavo, para isso organiza sua ação em oito grandes objetivos estratégicos que se desdobram em diferentes linhas de ação.

Os objetivos estratégicos são:

- ✓ Ampliar a oferta de vagas nos cursos da UFRB
- ✓ Consolidar e expandir a pesquisa e a pós-graduação
- ✓ Ampliar as ações de permanência para discentes da UFRB
- ✓ Fortalecer a relação inter-institucional e o vínculo com a comunidade do Recôncavo
- ✓ Dotar a instituição de um quadro de pessoal com a quantidade, capacitação e qualificação adequada para otimizar o desenvolvimento da instituição
- ✓ Fomentar as relações inter-institucionais para fortalecer o ensino, pesquisa e extensão
- ✓ Fortalecer a imagem da UFRB como instituição inclusiva e de excelência acadêmica e administrativa
- ✓ Ampliar e melhorar a infraestrutura física e administrativa da Instituição

Os objetivos contidos no PDI UFRB contemplam a expansão da oferta de vagas, consolidação da pesquisa como vetor de desenvolvimento, ampliação do vínculo com a comunidade local, democratização do acesso e permanência dos discentes, qualificação do quadro de pessoal e melhorias na infraestrutura.

3.1.2 Estágio de implementação do planejamento estratégico

O estágio de implementação do planejamento estratégico da UFRB ainda é incipiente, tendo em vista que a cultura do planejar não está consolidada na instituição. Quando entendemos planejamento estratégico como construção do Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, este é construído de forma participativa com contribuições de todos os segmentos da universidade, com criação de grupos de trabalho que se debruçam sobre as diversas questões que permeiam o macro e micro ambiente institucional e que por fim construam uma proposta de referência para o futuro da UFRB.

O produto final da fase de discussões é a apresentação do Plano de Desenvolvimento Institucional, documento que norteará as ações universitárias, expressando as metas a serem alcançadas em suas mais diferentes áreas de atuação e reafirmando seu compromisso com o desenvolvimento social e econômico do Recôncavo e demais áreas sobre sua influência.

Esforços têm sido empreendidos pela Pró-Reitoria de Planejamento para a construção de um plano de gestão do reitorado que compreenda todas as unidades ligadas a administração central e plano de gestão dos centros de ensino. Esses planos devem ser alinhados com o PDI, construído com objetivo de alcançar os marcos norteadores ali definidos.

No exercício de 2017 a Pró-Reitoria de Planejamento realizou uma série de reuniões e encontros com as suas subunidades no sentido de construir seu plano de gestão e a partir dessa iniciativa expandir para todas as demais unidades da organização.

Um elemento que subsidiaria a consecução dos planos de gestão são os indicadores institucionais, pois estes demonstram diferentes aspectos da atual situação da UFRB o que possibilitaria ações mais assertivas. Atualmente a instituição coleta um conjunto de indicadores que possibilita análise de séries históricas fornecendo um importante elemento para diagnosticar desvios e auxiliar na elaboração dos planos.

Esses planos teriam seus objetivos e metas cadastrados na ferramenta tecnológica Sistema Integrado de Gestão de Planejamento e de Projetos - SIGPP que possibilitará uma maior articulação entre as diferentes áreas da instituição e um acompanhamento contínuo da realização das ações planejadas. Os indicadores serviriam como termômetro para verificar o nível de alcance e resultados objetivados pelos planos.

3.1.3 Vinculação dos planos da unidade com as competências institucionais e outros planos

O planejamento da UFRB busca atender os objetivos do Programa Temático 2080 - Educação de Qualidade para Todos e do 2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação, além das diretrizes estabelecidas no Plano Nacional de Educação e estas alinhadas à sua missão. Os planos orçamentários estabelecidos no exercício são exemplo de instrumentos que visam atender os objetivos definidos no PDI, de modo que a execução financeira concorra para o alcance do planejado.

Para isso os planos e metas traçados levam em consideração todos esses elementos, vinculando a ação da unidade aos macros direcionamentos sem afastar-se, contudo, dos aspectos inerentes ao seu ambiente de atuação.

3.2 FORMAS E INSTRUMENTOS DE MONITORAMENTO DA EXECUÇÃO E RESULTADOS DOS PLANOS

A forma de monitorar a execução dos planos é observar o desenvolvimento das atividades projetadas em um cronograma e verificar o seu cumprimento ou não. Atualmente existe

monitoramento das ações que são cadastradas no SIGPP, porém não satisfatório, tendo em vista que algumas unidades da administração não cadastram seus planos na ferramenta anteriormente citada.

Outro instrumento que tradicionalmente fornece elementos de análise do resultado da execução dos planos são os relatórios setoriais e também as indicações produzidas pela Comissão Própria de Avaliação – CPA, através do relatório de autoavaliação institucional.

Os resultados da autoavaliação e dos relatórios setoriais fornecem à instituição informações necessárias à tomada de decisão, permitindo-a corrigir desvios, implementar soluções e ações corretivas e interpretar cenários que requeiram intervenções, auxiliando na melhoria da gestão.

Além desses podemos considerar os indicadores institucionais como instrumento importante de acompanhamento, pois os mesmos possibilitam medições, comparações e prognósticos sobre a situação real de alcance dos planos.

Os instrumentos de monitoramento dos planos deveriam ser mais dinâmicos e ter a capacidade de identificar aspectos que afetam a execução das metas e ao mesmo tempo oferecer subsídios para a implementação de ações corretivas, sendo, portanto proativo e composto de análises que permita identificar mudanças ambientais em curso.

3.3 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

3.3.1 Objetivos estabelecidos no PPA de responsabilidade da unidade e resultados alcançados

Não se aplica

3.3.2 Execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual de responsabilidade da unidade

Quadro 32:– AÇÃO 20GK: Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	20GK		Tipo: Atividade			
Título	Fomento às Ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão					
Iniciativa						
Objetivo	1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: temático	
Unidade Orçamentária	26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
4.985.898,00	5.185.898,00	798.512,85	470.567,76	367.698,42	102.869,34	327.945,09
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Iniciativa apoiada		unidade	29	27	25	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
341.306,51	251.698,23	1375,08	Iniciativa apoiada	Unidade	0	

Fonte: PROPLAN

Foram realizadas 25 iniciativas apoiadas das 29 previstas para a ação 20GK no exercício de 2017.

A Ação dispôs de uma dotação final de R\$ 5.185.898,00 em dois planos orçamentários.

A execução financeira correspondeu a 15% do crédito autorizado com R\$ 798.512,85 empenhados.

Registra-se que o baixo percentual de recursos empenhados para a referida ação deve-se ao contingenciamento do orçamento da UPC. Para o exercício de 2017, a ação supracitada possuía 02 planos orçamentários cadastrados, conforme detalhamento abaixo:

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0000 – Fomento as Ações de Graduação, Pós de Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão. Foram realizadas 25 das 29 iniciativas apoiadas.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0002 - Concessão de bolsas de pesquisa, extensão e monitoria aos estudantes. A meta física foi realizada com 240 bolsas concedidas.

Os saldos inscritos em Restos a Pagar referem-se aos seguintes valores:

Restos a Pagar Processados – R\$102.869,34 (despesas relativas a outros serviços de terceiros – pessoa física).

Restos a Pagar Não Processados – R\$327.945,09 (passagens e despesas com locomoção, locação de mão de obra, outros serviços de terceiros – pessoa jurídica, material de consumo e equipamentos e material permanente).

Assim as razões para a permanência em Restos a Pagar não processados são as seguintes:

O registro de valores em Restos a Pagar, em sua maioria significativa, refere-se às despesas correntes no elemento - outras despesas correntes – material de consumo, equipamentos e material permanente. A liberação do limite de empenho ocorreu apenas no final do exercício não havendo tempo hábil para os fornecedores executarem os serviços dentro exercício, desse modo ensejando a inscrição em restos a pagar.

Quadro 33: AÇÃO 20RK: Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	20RK		Tipo: Atividade			
Título	Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa						
Objetivo	1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: temático	
Unidade Orçamentária	26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
32.963.180,00	32.843.180,00	32.010.993,47	23.003.096,69	22.775.232,00	227.864,69	9.007.896,78
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Estudante matriculado		unidade	10.200	0	10.492	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
9.410.819,33	8.947.099,13	39.474,23	Estudante matriculado	Unidade	0	

Fonte: PROPLAN

Em relação à meta física, a UPC alcançou 102% do previsto com 10.492 estudantes matriculados no exercício de 2017.

Em relação à meta financeira foi executado 97% do orçamento previsto para a ação, totalizando R\$ 32.010.093,47 (trinta e dois milhões dez mil noventa e três reais e quarenta e sete centavos) de despesas empenhadas.

Dentre os fatores que contribuíram para a execução da ação, pode-se destacar o fato da instituição promover uma alteração do calendário acadêmico, no intuito de aproximar o ano civil do ano letivo, fator preponderante no cumprimento das metas propostas.

Os dados foram coletados no SIGAA – Sistema Integrado de Gestão Acadêmica – de janeiro a dezembro de 2017. No sistema Integrado estão ativos 10.492 estudantes, o que significa que a meta física foi alcançada.

No exercício de 2017 esta ação apresenta 02 planos orçamentários:

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0000 – Funcionamento de Instituições Federais de Ensino Superior. Foram matriculados 10.492 estudantes, 292 a mais do que a meta prevista.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0002 Manutenção das Instituições Federais de Ensino Superior em Expansão. Foram disponibilizadas 3285 vagas, 267 a mais que a meta prevista.

Os saldos inscritos em Restos a Pagar referem-se aos seguintes valores:

Restos a Pagar Processados – R\$ 227.864,69 (contribuições; diárias - pessoal civil; locação de mão-de-obra; outros serviços de terceiros – pessoa física e jurídica.

Restos a Pagar Não Processados – R\$ 9.007.896,78 (despesas relativas a material de consumo, outros serviços de terceiros – pessoa física e jurídica e equipamentos e material permanente, locação de mão de obra e obrigações tributárias e contributivas)

Quadro 34: AÇÃO 4002: Assistência ao Estudante de Ensino Superior

Identificação da Ação	
Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial
Código	4002 Tipo: Atividade

Título	Assistência ao Estudante de Ensino Superior					
Iniciativa						
Objetivo	1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: temático	
Unidade Orçamentária	26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
7.911.890,00	8.031.890,00	7.788.194,77	6.696.093,14	6.696.093,14	2.736,30	1.092.101,63
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Benefício concedido			unidade	3487	0	3401
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
565.245,56	521.633,80	16.169,47	Benefício concedido	Unidade	0	

Fonte: PROPLAN

A ação 4002 obteve 97% de execução da meta física no exercício 2017.

Foram beneficiados 3.401 alunos, próximo aos 3.487 da meta prevista.

O atendimento da meta reflete impactos positivos para instituição e para consecução dos objetivos de médio e longo prazo das políticas públicas no Brasil.

As políticas afirmativas têm como finalidade executar ações para aprovisionar as condições de permanência no ensino superior, de estudantes oriundos de classes populares a fim de minimizar os efeitos das desigualdades sociais e raciais na região, reduzir a evasão e o fracasso escolar, possibilitando a conclusão de curso superior que tem como principais consequências: a mobilidade social e o desenvolvimento regional.

Dentre os fatores que contribuíram para a execução da ação, encontram-se: definição de datas para o fluxo dos processos, possibilitando um maior planejamento das atividades, otimização do processo de pagamento, o acompanhamento de discentes bolsistas do Programa de Permanência Qualificada e o comprometimento da equipe. Em contrapartida, os fatores preponderantes para a inexecução da meta física e para a ampliação do número de vagas foram: o contingenciamento orçamentário e as incertezas quanto a liberação do mesmo.

A metodologia de apuração utilizada no período foi o acompanhamento das frequências de estudantes ao restaurante universitário; Verificação da relação de empenhos pagos; Acompanhamento do desempenho dos discentes; Verificação de conformidade das matrículas dos discentes assistidos.

A meta financeira foi realizada em 96%. Foram R\$ 7.788.194,77 de despesa executada face a R\$ 8.031.890,00 de recursos autorizados.

No exercício de 2017 esta ação apresentou 02 planos orçamentários:

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0000 – Assistência ao Estudante de Ensino Superior. A meta física prevista é de 3.487 estudantes assistidos. Esta ação obteve 97% de êxito no cumprimento da meta física prevista, tendo em vista que foram beneficiados 3.401 estudantes.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0001 – Viver sem limite – PROGRAMA INCLUIR. Para o plano orçamentário 0001 a meta física prevista é de 04 projetos apoiados onde foram executados 1 projeto.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0003 – Auxílio Financeiro de Assistência Estudantil. Para o plano orçamentário 0003 a meta física prevista é de 1.718 bolsas concedidas onde foram executados 1.691.

Os saldos inscritos em Restos a Pagar referem-se aos seguintes valores:

Restos a Pagar Processados – R\$2.736,30 (despesas relativas a outros serviços de terceiros – pessoa física).

Restos a Pagar Não Processados – R\$ 1.092.101,63 (material de consumo, bolsas de auxílio ao estudante e equipamentos e material permanente).

Quadro 35: AÇÃO 8282: Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior

Identificação da Ação

Responsabilidade da UPC na execução da ação	() Integral (x) Parcial					
Código	8282		Tipo: Atividade			
Título	Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior					
Iniciativa						
Objetivo	1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.					
Programa	Educação de qualidade para todos		Código: 2080		Tipo: temático	
Unidade Orçamentária	26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia					
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras					
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
11.497.202,00	11.497.202,00	7.367.095,44	3.608.398,40	3.608.398,40		3.758.697,04
Execução Física						
Descrição da meta			Unidade de medida	Meta		
				Prevista	Reprogramada	Realizada
Projeto Viabilizado			unidade	3	0	3
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas			
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada	
3.890.131,05	4.357.487,18	128.263,44	Projeto Viabilizado	Unidade	0	

Fonte: PROPLAN

Em 2017 a ação cumpriu a meta física prevista obtendo 100% de êxito. A meta financeira obteve 64% de cumprimento. Foram R\$ 7.367.095,44 empenhados face R\$ 11.497.202,00 autorizados.

Esta ação no exercício de 2017 apresenta (02) dois planos orçamentários e (01) emenda à LOA/2017.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0000 – Reestruturação e Expansão de Instituições Federais de Ensino Superior. A Meta física foi alcançada com êxito no tocante à ação, sendo aplicados a maior parte dos seus recursos na área de Infraestrutura e equipamentos.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0001 – MAIS MÉDICOS. Para o plano orçamentário 0001 a meta física prevista de 1 projeto apoiado foi executada com pleno êxito. O recurso utilizado foi para viabilizar maior oferta de espaço físico no Centro de Ciências da Saúde, trazendo uma grande melhoria nas atividades de ensino, pesquisa e extensão, além de melhores condições de trabalho para todos os servidores.

Os saldos inscritos em Restos a Pagar referem-se aos seguintes valores:

Restos a Pagar Não Processados – R\$3.758.697,04 (Material de consumo; equipamentos e material permanente; obras e outros serviços de pessoa jurídica).

Quadro 36: AÇÃO 4572: Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Identificação da Ação						
Responsabilidade da UPC na execução da ação		() Integral (x) Parcial				
Código		4572 Tipo: Atividade				
Título		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação				
Iniciativa						
Objetivo		1010 - Ampliar o acesso à educação superior de qualidade, na graduação e na pós-graduação, contemplando as especificidades da diversidade e da inclusão e a aprendizagem ao longo da vida, fortalecendo a ciência, a tecnologia e a inovação, apoiando atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como aperfeiçoando as atividades de avaliação, supervisão e regulação, e considerando as metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação 2014-2024.				
Programa		Educação de qualidade para todos Código: 2080 Tipo: temático				
Unidade Orçamentária		26351 - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia				
Ação Prioritária		() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Lei Orçamentária do exercício						
Execução Orçamentária e Financeira						
Dotação		Despesa			Restos a Pagar do exercício	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados
150.000,00	150.000,00	21.535,00	21.348,00	21.348,00		187,00
Execução Física						
Descrição da meta		Unidade de medida	Meta			
			Prevista	Reprogramada	Realizada	
Servidor Capacitado		unidade	1.150	0	425	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores						

Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas		
Valor em 1º janeiro	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada
8.662,44	3.590,00	0	Servidor Capacitado	Unidade	0

Fonte: PROPLAN

Em 2017 a ação não cumpriu a meta física, obtendo 37% do previsto. A meta financeira obteve 14% de cumprimento. Foram R\$ 21.535,00 empenhados face R\$ 150.000,00 autorizados.

Esta ação no exercício de 2017 apresenta 01 plano orçamentário.

PLANO ORÇAMENTÁRIO 0000 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação.

Em virtude do contingenciamento de recursos não foi possível atingir a meta proposta para execução de capacitações em 2017.

Os saldos inscritos em Restos a Pagar referem-se aos seguintes valores:

Restos a Pagar Não Processados – R\$ 187,00 (material de consumo e equipamentos e material permanente). Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

3.3.3 Fatores intervenientes no desempenho orçamentário

Dentre os principais fatores intervenientes no desempenho orçamentário da instituição destacamos a incerteza do percentual de liberação do limite de empenho e financeiro o que dificulta uma definição previa dos recursos que serão destinados para cada unidade e conseqüentemente as unidades não conseguem se planejar na execução.

Outro ponto que podemos definir como elemento interveniente no desempenho orçamentário é a falta de conhecimento por parte de alguns demandantes das especificidades do processo de execução orçamentária o que provoca gargalos que culminam em atrasos no processo de compras por exemplo.

3.3.4 Obrigações assumidas sem respectivo crédito autorizado no orçamento

Não houve obrigação assumida sem o respectivo crédito autorizado na Lei Orçamentária Anual, conforme art. 60 da Lei 4.320/1964 é vedada a realização de despesa sem prévio empenho. Entretanto os constantes contingenciamentos dos limites de empenhos acarretam impactos negativos na dinâmica de execução orçamentária, principalmente nos procedimentos de compras e aquisições.

No tocante ao orçamento efetivo de 2017 a incerteza do limite de empenho a ser liberado para despesas de custeio e capital impossibilitou que a UPC iniciasse seus processos de compras com antecedência, ocasionando concentração destes processos no final do exercício muito próximo da data limite para empenho, tal situação faz com que muitos processos de compras não sejam concluídos em tempo hábil.

3.3.5 Restos a pagar de exercícios anteriores

Tabela 1: Restos a Pagar Inscritos

Restos a Pagar Processado e Restos a Pagar não Processado Liquidados					
Ano de inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2017	
2009	633,08			633,08	
2010	905,26			905,26	
2011	44.361,17			44.361,17	
2012	36.237,22			36.237,22	
2013	376.067,83	30.045,57		346.022,26	
2014	63.456,89	53.127,74		10.329,15	
2015	18.441,05	660,00		17.781,05	
2016	1.583.417,86	984.099,54	12.592,82	586.725,50	
Restos a Pagar Não processado					
Ano de inscrição	Montante em 1º de janeiro de 2017	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo a pagar 31/12/2017
2009					
2010	890.022,09	651.627,74	651.627,74		238.394,35
2011	148.486,88				148.486,88
2012	2.872.944,74	1.138.639,27	1.138.639,27		1.734.305,47
2013	7.602.455,63	550.956,08	550.956,08	119.767,29	6.931.732,26
2014	767.574,25	1.356,01	1.356,01	45.092,85	721.125,39
2015	1.954.591,56	171.737,86	171.737,86	64.718,72	1.718.134,98
2016	16.653.289,57	12.783.894,00	12.756.757,70	17.872,75	3.878.659,12

Fonte: PROPLAN

- Análise Crítica

Demonstramos acima os restos a pagar dos exercícios compreendidos entre os anos de 2009 a 2016. Os Restos a Pagar Processados foram inscritos num montante de R\$ 1.583.417,86 (um milhão quinhentos e oitenta e três mil quatrocentos e dezessete reais e oitenta e seis centavos). Os Restos a Pagar não Processados totalizaram um montante de R\$ 16.653.289,57 (dezesesseis milhões seiscentos e cinquenta e três mil e duzentos e oitenta e nove reais e cinquenta e sete centavos).

No caso dos RP processados estes são referentes aos contratos de serviços terceirizados cujos serviços foram prestados ou a objetos que foram entregues, mas o pagamento não foi realizado até o fim do exercício por falta de limite financeiro. Quanto aos RP não processados estes são empenhos de obras, equipamentos e/ou projetos em execução com os recursos descentralizados recebidos dos ministérios e demais órgãos.

3.3.6 Execução descentralizada com transferência de recursos

No exercício de 2017 foi firmado um Termo de Cooperação Técnica com a UFRN, cujo objeto trata da implantação do sistema integrado de gestão na UFRB, que foi desenvolvido pela UFRN mediante transferência de tecnologia e treinamento, e suporte técnico e sustentação realizados pela equipe da UFRB. O valor do TED foi de R\$ 368.240,00 (trezentos e sessenta e oito mil e duzentos e quarenta reais), dividido em parcelas, sendo que neste exercício foram transferidos R\$ 265.540,00 (duzentos e sessenta e cinco mil e quinhentos e quarenta reais), conforme o cronograma de execução.

3.3.6.1 Informações sobre a estrutura de pessoal para análise das prestações de contas

Nesta universidade, a unidade responsável pela análise da prestação de contas dos recursos que lhes são descentralizados é o Núcleo de Acompanhamento de Execução e Prestação de Contas (NAPCON), que faz parte da Coordenadoria de Projetos e Convênios (COOPC), a qual está vinculada à Pró-Reitoria de Planejamento (PROPLAN). Esse núcleo é composto por dois técnicos administrativos, sendo um deles bacharel em Ciências Contábeis. Assim, a referida unidade dispõe de servidor com conhecimento e formação diretamente relacionados com as atividades nele desenvolvidas, o que é um fator importante para o bom desempenho dos trabalhos e para um resultado satisfatório e eficaz das análises das prestações de contas. Embora o NAPCON tenha em sua estrutura de pessoal apenas dois servidores, estes atendem com responsabilidade, qualidade e em tempo hábil as demandas da Universidade, não causando procrastinação dos trabalhos.

Ao NAPCON compete, principalmente: assessorar o processo de prestação de contas, de acordo com a legislação vigente, auxiliando os coordenadores dos projetos, uma vez que a prestação de contas em sentido estrito, no geral, é realizada pela fundação de apoio ou pelos coordenadores dos projetos, a depender da forma de execução dos recursos; emitir parecer técnico sobre as prestações de contas; acompanhar os projetos de captação de recursos e a execução dos recursos dos convênios e termos celebrados pela Universidade; entre outros.

Sendo assim, atua das seguintes formas: a) quando a UFRB é a executora, subsidia o coordenador do projeto na prestação de contas ao órgão repassador dos recursos; b) quando a UFRB é interveniente e contrata a fundação de apoio via dispensa de licitação para executar o projeto, recebe e analisa a prestação de contas apresentada pela executora, atentando-se para a regularidade da aplicação dos recursos públicos.

O controle da execução orçamentária e financeira dos projetos é realizado através do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) e do Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (SIMEC). Paralelamente, o

Núcleo dispõe de uma planilha de acompanhamento dos projetos vigentes, contendo informações como nome dos coordenadores, valores, vigências e aditivos, prazos de encerramento e das respectivas prestações de contas. Além dos mecanismos citados, durante o andamento do plano de trabalho, mantém contatos tanto com os coordenadores dos projetos quanto com a fundação de apoio, nos casos em que esta é contratada para a execução.

Vale salientar que, paralelamente, encontra-se em vias de implantação o Sistema Gerencial – Módulo de Projetos e Convênios, com vistas à melhoria do processo de acompanhamento, fiscalização e transparências aos projetos e convênios celebrados por esta Universidade.

3.4 INFORMAÇÕES SOBRE A REALIZAÇÃO DAS RECEITAS

As receitas vinculadas da UPC, no exercício de 2017, apresentaram um volume considerável na classificação “outras restituições” que totalizaram um montante de R\$ 1.118.799,00 (um milhão cento e dezoito reais e setenta e nove centavos), tal fato explica-se em grande medida pela devolução de recursos de contratos acadêmicos com Fundação de Apoio que foram devolvidos por conta de finalização de projetos. Outro fator a ser considerado foi a devolução de valores em decorrência de procedimento administrativo de apuração de dano ao erário.

Percebe-se da análise do balanço das receitas vinculadas que, apesar do montante total de recursos que ingressaram na UPC ser consideravelmente maior que o exercício anterior, representando um aumento de 240%, entretanto excluindo-se o montante relativo a “outras restituições” que são reclassificadas para fonte do tesouro, houve uma queda na arrecadação própria no exercício de 2017, o que é explicado, em grande parte, pela diferença na arrecadação referente à “taxa de inscrição em concursos” no comparativo com o exercício anterior.

Tabela 02: Receitas Orçamentárias vinculadas

Código	Descrição		
		2016	2017
28883	Taxa de Inscrição em Concurso	381.580	93.562
28838	Serviços de Estudos e Pesquisas	95.326	128.077
28812	Receitas da Produção Animal e Derivados	86.551	58.361
28804	Taxa de Ocupação de Imóveis	52.232	51.837
28927	Taxa de Registro de Diplomas	50.940	79.530
28852	Outras Restituições	12.967	1.118.799
28830	Serviços Administrativos	10.321	17.350
28815	Receitas da Indústria Editorial e Gráfica	5.954	5.436
28832	Serviços Educacionais	2.440	6.380
28848	Outras Multas	1.705	60.322
28886	Outras Receitas Próprias	1.571	1.791
28811	Receita de Produção Vegetal	680	5.628
28929	Taxa de Confecção de Diplomas	600	13.900
28881	Rec Próprias Recuperação de Despesas do Exercício Anterior	463	49.140
28900	Taxa de Inscrição em vestibulares	-	
Total		703.330,00	1.690.113,00

Fonte: PROPLAN/SIAFI Gerencial

3.5 INFORMAÇÕES SOBRE A EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Tabela 03: Modelo de Contratação

Modalidade de Contratação	Despesa executada				Despesa paga			
	2017	%	2016	%	2017	%	2016	%
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	14.081.879,22	5%	34.982.988,68	14%	13.832.981,88	5%	22.991.979,35	10%
a) Convite	44.479,65	0,03%	117.976,63	0,05%	44.479,65		75.403,43	0,03%
b) Tomada de Preços								
c) Concorrência	6.647,15	0,004%	862.912,20	0,35%	6.647,15		418.286,92	0,18%
d) Pregão	10.743.191,27	76,29%	25.813.102,86	10,36%	10.494.293,93		17.946.334,40	7,65%
e) Concurso								
f) Consulta								
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	3.287.561,15	23,34%	8.188.996,99	3,29%	3.287.561,15		4.551.954,60	2,18%
2. Contratações Diretas (h+i)	12.156.452,37	4%	18.057.822,30	7%	12.089.799,27	4,5%	12.888.336,70	5%
h) Dispensa	8.973.589,79		13.947.403,54	5,60%	8.968.344,51		9.383.186,51	4,00%
i) Inexigibilidade	3.182.862,58		4.110.418,76	1,65%	3.121.454,76		3.505.150,19	1,50%
3. Regime de Execução Especial								
j) Suprimento de Fundos								
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	234.626.663,16	85%	175.219.101,03	70%	234.601.545,88	90%	175.173.486,62	75%
k) Pagamento em Folha	234.389.336,31		174.751.466,66	70,16%	234.374.152,72		174.735.345,82	74,53%
l) Diárias	237.326,75		467.634,37	0,19%	227.393,16		438.140,80	0,19%
5.Total das Despesas acima (1+2+3+4)	260.864.994,75	95%	228.259.912,01	92%	260.524.327,03	99%	211.053.802,67	90%
6. Total das Despesas da UPC	274.814.495,00	100	249.083.382,77	100	262.299.468,70	100	234.441.656,65	100

Fonte: PROPLAN/Tesouro Gerencial

Tabela 04: Despesas por grupo e elementos de despesas

DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	164.293.037,56	137.669.187,45	164.293.037,56	137.669.187,15			164.293.037,56	137.669.187,15
Obrigações Patronais - Op.Intra-Orçamentárias	32.689.021,19	27.441.721,97	32.689.021,19	27.441.721,87			32.689.021,19	27.441.721,87
Aposentadoria.Rpps, Reserva.Remunerada e Refor.Militar	5.337.737,06	4.089.291,78	5.337.737,06	4.089.291,78				4.089.291,78
Demais elementos do grupo	6.675.938,97	5.551.265,46	6.675.938,97	5.535.145,02	0,00	0,00		5.535.145,02
3. Outras Despesas Correntes		2016		2016	2017	2016	2017	2016
Locação de Mão-De-Obra	18.601.011,60	23.268.869,05		17.742.697,31		22.935,47		17.334.327,27
Outros Serviços de Terceiro-Pessoa Jurídica	11.188.446,93	13.204.959,45		10.585.854,32		640.768,43		9.429.453,82
Auxílio-Alimentação	8.237.194,26	8.060.002,11	8.237.194,26	8.060.002,11			8.237.194,26	8.060.002,11
Demais elementos do grupo	19.487.148,43	16.569.605,44	18.026.087,30	12.483.842,15	1.461.061,13	954.031,96	18.003.066,21	15.035.427,23
DESPESAS DE CAPITAL								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos	
4. Investimentos	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Obras e Instalações	7.565.688,77	8.807.602,06	3.169.387,53	4.618.076,59	4.396.301,24	12.417.483,44	3.169.387,53	4.618.076,59
Equipamentos e Material Permanente	602.406,67	2.651.476,40	446.249,10	638.072,74	156.157,56	155.469,91	446.249,10	638.072,74
Despesas de Exercícios Anteriores	129.384,00	671.743,79	129.383,77	599.831,59	0,23		129.383,77	599.831,59
Demais elementos do grupo	7.480,00	11.106,00	3.290,00	2.556,00	4.190,00	45.385,94	3.290,00	2.556,00

Fonte: PROPLAN/Tesouro Gerencial

- Análise Crítica

As despesas empenhadas por modalidade de licitação apresentaram uma redução de 51% em relação ao exercício anterior. Este fato explica-se pela redução das dotações orçamentárias correspondentes ao exercício de 2017 e ao processo de contingenciamento de 40% do orçamento de investimento em 10% do orçamento de custeio.

O montante de recursos empenhados na modalidade de licitação Pregão sofreu redução substancial da ordem de 58% no comparativo com o exercício anterior. Destaca-se também a redução de 60% de recursos empenhados na modalidade RDC. Todas as reduções são explicadas pela redução do orçamento da UPC como já relatado anteriormente. Quanto a modalidade tomada de preços não houve contratações no período em tal modalidade licitatória.

Nas Contratações Diretas, houve redução de R\$ 4.973.813,75. Estas em grande parte são reflexo das dispensas em virtude de rompimentos de contratos, principalmente de terceirizados. Destaca-se também uma variação para menos na modalidade Inexigibilidade.

As despesas correntes por grupo e elemento de despesa dos créditos originários da UPC mostram o volume dos gastos com pessoal e encargos sociais da ordem de 72% do total de todas as despesas efetuadas no exercício, um crescimento de aproximadamente 4% em relação ao ano anterior. Já as despesas da categoria “outras despesas correntes” apresentaram redução de aproximadamente 11% em relação ao exercício anterior o que em termos monetários representam uma redução de R\$ 6.530.000,00. As despesas de investimento sofreram redução de 20% em relação ao ano de 2016, fato motivado pelo contingenciamento de 60% das dotações consignadas nesta categoria econômica.

As dotações iniciais para as Despesas de Capital para o exercício de 2017 foram reduzidas em 27% em relação ao exercício anterior, não bastasse a redução inicial ainda houve o contingenciamento de 60% o que na prática inviabiliza a conclusão das instalações relacionadas às atividades de ensino e pesquisa da UPC.

3.5.1 Suprimentos de fundos, contas bancárias tipo B e cartões de pagamento do governo federal

Não se aplica

3.6 DESEMPENHO OPERACIONAL

O desempenho operacional é a tradução prática dos níveis de resultados alcançados por cada área da organização tendo como referência aquilo que foi planejado.

Com o permanente processo de qualificação e amadurecimento do quadro de pessoal esta UPC tem melhorado seu processo administrativo aproximando cada vez mais suas ações do nível de profissionalismo que o ambiente atual exige, alinhando as ações das diferentes áreas administrativas com os objetivos estratégicos possibilitando melhores resultados.

Na área de gestão tem se atingido melhoria e celeridade nos processos e rotinas administrativas superando algumas dificuldades resultantes da localização de alguns centros de ensino em municípios distantes da sede desta UPC.

Produção de marcos regulatórios que atendam às necessidades e especificidades das unidades e se adequem com a legislação vigente. Destaca-se o esforço das unidades na oferta de serviços à comunidade e na arrecadação de recursos resultantes desses serviços.

No ensino mantém-se a oferta de vagas mesmo com as restrições orçamentárias dos últimos exercícios, inclusive com ampliação das vagas de pós-graduação.

Implantação de 08 cursos de curta e média duração, através de Cursos On-line Abertos e Massivos, do inglês Massive Open Online Course (MOOC), totalmente on-line no AVA da UFRB, com certificação digital e sem tutoria, que tiveram mais de 50.000 inscrições no decorrer do ano de 2017. Além das especializações em: Especialização em Mineração e Meio Ambiente, modalidade a distância em 06 Polos de Educação a Distância, todos no Estado da Bahia, Especialização de Gestão em Saúde, Especialização em Tecnologias e Educação Aberta e Digital.

No campo das políticas afirmativas a unidade tem desenvolvido atividade de acolhimento, prestando atendimento psicológico aos discentes, auxiliando nas dificuldades de relacionamento interpessoal e na melhoria do rendimento acadêmico. Foram atendidos 584 estudantes pelo serviço atendimento psicológico. Entre janeiro e outubro de 2017, o RU-UFRB forneceu um total de 76.595 refeições.

Ainda na área de políticas afirmativas a unidade tem atendido os discentes com aparelhos corretivos, auxílios para apresentação de trabalho em evento acadêmico, auxílio alimentação, auxílio moradia, auxílio transporte além de outros auxílios emergenciais.

No campo da internacionalização foram firmados 06 acordos de cooperação com países da Europa, América do Sul e América do Norte, visando uma formação continuada de excelência da comunidade acadêmica, com relação ao ensino, pesquisa, desenvolvimento tecnológico, inovação, cultura, inserção social e extensão. No exercício tínhamos 20 discentes da graduação da UFRB participantes de mobilidade internacional, parte destes com auxílio financeiro ofertado diretamente pela UFRB. Destaca-se ainda a vinda de estudantes estrangeiros de graduação em mobilidade na UFRB, vinculados a acordos de cooperação.

Na área de gestão destacamos a realização em 26 de abril de 2017 da primeira Chamada Pública sob a modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, prevista no Decreto 7.775/2012. A compra dispensou a licitação e teve como objeto à aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela Agricultura Familiar e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Os alimentos adquiridos foram destinados a suprir as demandas regulares do Restaurante Universitário, localizado no campus de Cruz das Almas.

A aquisição dos alimentos atendeu ao disposto no Decreto nº 8.473/2015, bem como ampliou as oportunidades de mercado para os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, organizados em cooperativas ou outras organizações que possuem DAP pessoa jurídica.

3.7 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE INDICADORES DE DESEMPENHO

3.7.1 Apresentação e análise de indicadores de desempenho

Apresentamos alguns indicadores de gestão referente ao ano de 2017, estes estão compilados em seis categorias: Indicadores de pesquisa, de graduação, de gestão de pessoas, de extensão e de acervo bibliográfico.

Esses dados são relevantes para a composição do Relatório de Gestão, e tendo em vista a percepção de que estes indicadores se constituem numa ferramenta efetiva de desenvolvimento institucional.

Em relação aos indicadores de pesquisa houve variações positivas comparado ao ano anterior. Obtivemos aumento no número de cursos de pós-graduação e no número de oferta de vagas, que este ano disponibilizou 672 vagas para os cursos de especialização, ressaltamos também o aumento no número de grupos de pesquisa certificados e números de docentes com atuação na pós-graduação.

Os indicadores de extensão apresentaram em sua quase totalidade uma significativa evolução das ações de extensão em todos os centros de ensino, além de um aumento no número de discentes que executam ações de extensão.

Quanto aos indicadores de gestão de pessoas salientamos que no exercício de 2017 ocorreram quedas nas nomeações de docentes e servidores técnicos administrativos, porém um aumento no índice de qualificação do corpo docente.

Nos indicadores administrativos destacamos a queda no número de solicitações de viagens no sistema de transporte, porém com aumento na taxa de viagens atendidas com relação ao exercício anterior.

Para os indicadores do acervo bibliográfico enfatizamos o elevado número de títulos adquiridos com relação ao ano anterior tendo em vista as inaugurações de bibliotecas em alguns centros de ensino.

Em relação aos indicadores de graduação destacamos a diminuição no número total de alunos matriculados em cursos presenciais e EAD e uma alta variação no número de matriculados em pós-graduação que duplicou em relação ao ano de 2016, tendo em vista que no ano anterior não houve vagas abertas para os cursos de especialização.

Abaixo o quadro de indicadores com os dados coletados separados por cada tema específico.

Quadro 37: Indicadores de Gestão

Indicadores de Pesquisa			
Nº de cursos de pós-graduação	PPGCI	Número absoluto	15
Nº de vagas ofertadas na pós-graduação	PPGCI	Número absoluto	276 (Stricto Sensu) / 672 (Lato Sensu)
Nº de bolsas de pós-graduação	PPGCI	Número absoluto	227
Taxa de sucesso na pós-graduação	PPGCI	Porcentagem	0,13
Nº de teses, dissertações e monografias defendidas por ano	PPGCI	Número absoluto	57
Nº de docentes que atuam na pós-graduação	PPGCI	Número absoluto	340
Nº de grupos de pesquisa certificados	PPGCI	Número absoluto	183
Nº de alunos que participam em projetos de iniciação científica	PPGCI	Número absoluto	873
Nº de bolsistas de iniciação científica	PPGCI	Número absoluto	222
Nº de produção científica do corpo docente (livros, capítulos, artigos em periódicos, anais de congressos)	PPGCI	Número absoluto	1849
Nº de alunos da pós-graduação que publicam em revistas científicas	PPGCI	Número absoluto	75
Média do conceito (CAPES) para os cursos de pós-graduação	PPGCI	Porcentagem	3,416
Total de eventos científicos promovidos pela UFRB	PPGCI	Número absoluto	0
Indicadores de Extensão			
Evolução do número de ações de extensão por centro de ensino	PROEXT	%	CETEC: 18,03%
			CCAAB: - 27,45%
			CAHL: - 13,91%
			CFP: 18,92%
			CECULT: 12,16%

			CETENS: 25%
			CCS: 58,95%
Nº de docentes que executam ações de extensão	PROEXT	Número absoluto	466
Nº de discentes que executam ações de extensão	PROEXT	Número absoluto	1624
Nº de técnicos que executam ações de extensão	PROEXT	Número absoluto	147
Nº de bolsas de extensão para alunos de graduação	PROEXT	Número Absoluto	120
Indicadores de Gestão de Pessoas			
Nº de docentes nomeados	PROGEP	Número absoluto	69
Nº de servidores técnico-administrativos nomeados	PROGEP	Número absoluto	30
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	PROGEP	Porcentagem	4,125
Indicadores Administrativos			
Nº de operações efetuadas no sistema de transporte	PROAD	Número absoluto	10.260
Nº de solicitações de transportes atendidas em relação ao total de solicitações registradas	PROAD	Porcentagem	72,11%
Indicadores do Acervo Bibliográfico			
Nº de títulos adquiridos (total e por campus)	BIBLIOTECA	Número absoluto	Amargosa - 230
			Cachoeira - 114
			Cruz Das Almas - 226
			Feira De Santana - 154
			Santo Amaro - 525
			Santo Antonio De Jesus - 192
			Total título adquirido EM 2017= 1.441
Nº de títulos de periódicos	BIBLIOTECA	Número absoluto	342 títulos existentes NO ACERVO
Nº de consultas nas bibliotecas (total e por campus)	BIBLIOTECA	Número absoluto	Amargosa - 786

			Cachoeira - 308
			Cruz Das Almas - 951
			Feira De Santana - 48
			Santo Amaro - 23
			Santo Antonio De Jesus - 1.547
			Total Consulta na Biblioteca = 3.663
Indicadores de Graduação			
Nº de alunos matriculados em cursos presenciais	SURRAC	Numero absoluto	9217
Nº de alunos matriculados em cursos EAD	SURRAC	Numero absoluto	211
Nº de alunos matriculados em cursos de pós-graduação	SURRAC	Numero absoluto	1094
Nº de alunos diplomados nos cursos presenciais	SURRAC	Numero absoluto	755
Nº de alunos diplomados nos cursos EAD	SURRAC	Numero absoluto	0
Nº de alunos diplomados nos cursos de pós-graduação	SURRAC	Número absoluto	32

3.7.2 Apresentação e análise dos indicadores de desempenho conforme deliberações do Tribunal de Contas da União

Quadro 38: Resultado dos Indicadores Primários da DN TCU 408/2002

INDICADORES PRIMÁRIOS	EXERCÍCIOS ANTERIORES						
	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com HU (Hospitais Universitários)	R\$ 245.684.116,08	R\$ 228.863.034,91	R\$ 194.921.865,78	R\$ 163.447.015,10	R\$ 153.456.379,95	R\$ 106.913.118,79	R\$ 108.397.252,39
Custo Corrente sem HU (Hospitais Universitários)	R\$ 245.684.116,08	R\$ 228.863.034,91	R\$ 194.921.865,78	R\$ 163.447.015,10	R\$ 153.456.379,95	R\$ 106.913.118,79	R\$ 108.397.252,39
Numero de Professores Equivalentes	753,5	756	722	547	460	529,5	531,5

Número de Funcionários Equivalentes com HU (Hospitais Universitários)	1192,26	1218,71	1380,01	1222,4	1641,29	1090,24	907,24
Número de Funcionários Equivalentes sem HU (Hospitais Universitários)	1192,26	1218,71	1380,01	1222,4	1641,29	1090,24	907,24
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	7388	7650,5	7422,5	8.631,5	7821	3291,5	5951
Total de Alunos na Pós-graduação stricto sensu , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	367,5	331	354	486,50	351	273	219,5
Alunos de Residência Médica (AR)	1	-	-	-	-	-	-
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	10122,72	10220,51	10.268,83	9870,2	8156,26	7026,7	8198,18
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	5255,86	5706,53	5.742,07	5794,92	4535,43	3936,58	4544,41
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	735	662	708	973	702	546	439
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	1	-	-	-	-	-	-

Fonte: PROPLAN

Quadro 39: Resultado do Indicadores da Decisão DN TCU 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002 - P	2017	2016	EXERCÍCIOS ANTERIORES				
			2015	2014	2013	2012	2011
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	R\$.627,59	R\$.030,35	R\$ 17.757,57	R\$.073,69	R\$.323,54	R\$.118,24	R\$.550,08
Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente	7,95	8,42	8,93	12,37	11,39	8,47	9,38
Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	5,02	5,23	4,67	5,54	3,12	4,11	5,49

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	5,02	5,23	4,67	5,74	3,12	4,11	5,49
Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,58	1,61	1,91	2,23	3,65	2,06	1,71
Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,58	1,61	1,91	2,23	3,65	2,06	1,71
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,71	0,75	0,77	0,67	0,58	0,59	0,76
Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)	0,05	0,04	0,05	0,05	0,04	0,04	0,04
Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação	3,42	3,00	3,38	3,43	3,44	3,29	3,17
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,13	3,76	3,94	4,05	3,89	3,83	3,83
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	0,29	0,32	0,28	0,9	0,36	0,61	0,72

Fonte: PROPLAN

Em conformidade com a Decisão TCU 408/2002 e modificações posteriores, os indicadores de desempenho da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) apresentaram algumas variações conforme destacado na tabela (2011 a 2017).

Referente ao número de alunos diplomados (NDI) foram utilizados os períodos letivos 2016.1 e 2017.1, pois ao final do exercício 2017 a UFRB ainda encontrava-se em meio ao segundo período letivo deste ano. Já para o número de ingressantes foram utilizados os períodos 2016.2 e 2017.1.

O Custo Corrente/Aluno Equivalente objetiva retratar a forma como os recursos alocados na produção de ensino e pesquisa estão sendo utilizados. Este indicador teve um aumento de 7,3% em relação ao exercício anterior, devido principalmente às despesas com pessoal e encargos sociais que sofreram um aumento de mais de 16 milhões de reais, enquanto o número de alunos equivalentes manteve-se no mesmo nível.

O indicador Aluno Tempo Integral / Professor Equivalente estabelece a relação entre o quantitativo de alunos e professores, ou seja, evidencia a proporção entre aluno e professor. Este apresentou uma redução de 0,47 em relação a 2016. Redução está explicável pelo fato da contratação de novos docentes ser proporcionalmente maior que a evolução do número de alunos equivalentes.

O Grau de Participação Estudantil, na qualidade de indicador de produtividade do aluno, tem por principal objetivo exprimir o grau de utilização pelo alunado da capacidade instalada da IFE e a velocidade de integralização curricular. A GPE é obtida por meio da comparação entre o número de alunos

em tempo integral e o número total de alunos na graduação. Este indicador teve uma redução de 0,04 em relação ao ano anterior ficando o exercício em 0,71.

A relação Funcionário Equivalente / Professor equivalente estabelece uma proporção entre servidores técnicos administrativos e servidores professores. Este indicador apresentou uma redução de 0,03 em relação ao ano anterior ficando em 1,58 em 2017.

O Grau de Envolvimento em Pós-Graduação (GEPG) é a relação percentual entre o número de estudantes vinculados a programas de mestrados e doutorados e o número total de estudantes matriculados na graduação e pós-graduação. Este indicador manteve-se praticamente no mesmo nível do exercício anterior com um leve aumento de 0,01.

O indicador da qualidade da pós-graduação para determinar esse indicador utiliza-se a avaliação da CAPES. Esta deve estar relacionada com o GEPG, no sentido de que maiores conceitos tendem a se originar de instituições mais envolvidas com a pós-graduação. Com um aumento de 0,41 em relação ao exercício anterior a instituição apresentou Conceito CAPES/MEC para pós-graduação de 3,41.

Como indicador da qualidade, o Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD) é um indicador bastante utilizado nos estudos de avaliação do ensino superior. Seu valor varia de 1 a 5. O IQCD apresentou um aumento de 0,37 em relação ao exercício anterior, com uma média de 4,13. Isso se deu pelo fato do aumento proporcional de docentes com grau de titulação (mestrado e doutorado) em relação aos de titulação (graduação e especialização).

Como indicador de eficácia, a Taxa de Sucesso na Graduação é obtida por meio da relação entre o número de diplomados e o número total de ingressantes. Este indicador mede a relação do número de ingressantes que conseguem finalizar o curso no tempo previsto. O TSG apresentou uma redução de 0,03 em relação ao exercício anterior chegando ao nível de 29,07%.

3.8 INFORMAÇÕES SOBRE PROJETOS E PROGRAMAS FINANCIADOS COM RECURSOS EXTERNOS

Não existem projetos financiados com recursos externos

4 GOVERNANÇA, GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

4.1 DESCRIÇÃO DAS ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA

A estrutura de Governança da UFRB ainda está em desenvolvimento. A administração universitária é executada por órgãos colegiados deliberativos e por órgãos executivos, nos níveis da administração central e centros de ensino, em que se desdobra a sua estrutura organizacional, objetivando a integração e a articulação dos diversos órgãos situados em cada nível.

A UFRB tem investido recursos físicos e humanos no fortalecimento de uma estrutura de Governança que aprimore a relação de comunicação e transparência com os usuários de seus serviços, utilizando das ferramentas de TI e da criação de estruturas administrativas que de forma complementar permitam ampliar o acesso das informações pelos seus usuários internos e externos dando conta do alcance de seus objetivos fundamentais, calcados nos pilares do Ensino, Pesquisa e Extensão.

Notadamente se destacam como tais iniciativas os sistemas informatizados e sítios desenvolvidos pela Coordenadoria de Tecnologia da Informação – COTEC e Assessoria de Comunicação – ASCOM, que são responsáveis por disseminar informações de interesse da coletividade utilizando mecanismos como sítios abertos, intranet, e-mail institucional e o Sistema Integrado de Gestão - SIG. Ainda podem ser indicados o núcleo de segurança da informação, como iniciativa de prevenção e correção de riscos relacionados a TI, com criação de políticas, normas e conscientização ao uso adequado das ferramentas de TI.

Como mecanismos diretos de comunicação com o usuário estabelecem-se as atividades da Ouvidoria Geral da UFRB, responsável pela operacionalização do sistema de controle da Lei de Acesso ao cidadão. Ademais a Ouvidoria da UFRB recebe outras demandas internas e colabora temporariamente com o sistema de correção por monitorar a alimentação do sistema CGU-Pad.

Quanto à atividade de correção, a Comissão Disciplinar (COMDIS), além de monitorar a alimentação do sistema CGU-Pad, faz juízo de admissibilidade de processos disciplinares e acompanhamento dos trâmites de acordo com a legislação correlata.

Como mecanismos adotados para assegurar a conformidade da gestão e o aprimoramento dos controles internos a UFRB conta com a Conformidade Contábil, Conformidade de Registro de Gestão e atuação da unidade de Auditoria Interna. A unidade de Auditoria Interna tem atuado desde 2009 na execução de auditorias internas de verificação de conformidade e avaliação de controles internos, representando mecanismo atuante de colaboração com a estrutura de Governança da UFRB, além de atuar como elo entre a UFRB e instâncias de controle interno e externo, notadamente a CGU e o TCU, que, com suas ações de auditoria, colaboram para a verificação de conformidade e crítica de controles internos voltados ao alcance de objetivos institucionais.

No que se refere a formas de remuneração dos membros de diretoria e colegiados, não se aplica uma remuneração específica por tal atuação, sendo tais acentos em conselhos e colegiados determinada pelo exercício de cargos que são remunerados em níveis diferenciados por funções gratificadas ou cargos de direção nomeados em portarias específicas.

4.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

a) indicação do estatuto ou normas que regulam a atuação da auditoria interna. Se o estatuto ou normas estiverem disponíveis na Internet, basta indicar o caminho para acesso. Se

não estiverem disponíveis, as normas ou estatuto devem ser inseridas no anexo do relatório de gestão.

A auditoria Interna da UFRB possui Manual e Regimento próprios que regem suas áreas de atuação e orientam sobre as atividades a serem realizadas na unidade, tais documentos foram aprovados pelo CONSUNI e podem ser encontrados através do link: <https://www.ufrb.edu.br/auditoria/documentos>

b) demonstração dos elementos que caracterizam a independência e objetividade da unidade de auditoria interna, tomando-se por base a INTOSAI GOV 9140 (Independência da auditoria interno no setor público), que é uma das diretrizes Organização Internacional das Entidades Fiscalizadoras Superiores (INTOSAI), os §§ 3º, 4º e 5º do art. 15 do Decreto 3.591/2000 ou outras normas específicas que regulam a atuação da unidade de auditoria no âmbito da UPC;

O Regimento da Auditoria Interna aprovado pelo CONSUNI – Conselho Superior Universitário da UFRB, atendendo ao disposto no art. 15 do decreto 3.591/2000, contempla nos seus artigos 2, 3 e 4 o seguinte:

Art.2 A Auditoria Interna da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é unidade técnica de assessoramento da gestão com subordinação hierárquica ao Conselho Curador, conforme determina o § 3º do artigo 15 do Decreto nº 3591/2000.

Art.3 A Auditoria Interna, sem prejuízo de sua subordinação, vincula-se à orientação normativa e supervisão técnica do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, prestando apoio aos órgãos e unidades que o integram, conforme prescreve o Art. 15 do Decreto nº. 3591/2000 e alteração dada pelo Decreto nº. 4.304, de 16.07.2002.

Art.4 Os servidores da Unidade de Auditoria interna, é autorizado por parte dos dirigentes máximos da instituição, acesso irrestrito a registros, pessoal, informações, sistemas e propriedades físicas relevantes a execução de suas auditorias.

Ademais, no seu Art.11 inciso I e parágrafo único, onde relata sobre o que Compete aos Auditores Internos, consta que:

Art.11 Compete aos Auditores Internos:

I- Manter uma atitude de independência que assegure a imparcialidade de seu julgamento em todas as fases dos trabalhos, abstendo-se de intervir em casos onde haja conflito de interesses;

Parágrafo Único - Fica vedada a participação dos auditores internos em atividades que possam caracterizar participação na gestão.;

Tais citações podem ser confirmadas através do acesso ao Regimento Interno da Auditoria Interna publicado no site da UFRB através do link: <https://www.ufrb.edu.br/auditoria/documentos>

c) estratégia de atuação em relação à unidade central e às unidades ou subunidades descentralizadas, quando houver;

A estratégia de atuação da Auditoria Interna é consignada no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT, que tanto no aspecto finalístico (na segregação das ações de auditorias por áreas) como na disposição geográfica de suas ações (no programa específico de cada ação de auditoria) organiza suas ações. No ano de 2018, o foco interno de atuação é buscar capacitar os membros da auditoria interna como elemento crucial para o alcance dos objetivos com excelência, bem como para atualização frente às diversas mudanças ocorridas no âmbito do controle interno governamental. No âmbito institucional o foco de atuação reflete o fito de dar suporte à efetivação da gestão de riscos na UFRB, como preconiza o referencial teórico sobre a temática.

d) demonstração de como a área de auditoria interna está estruturada, de como   feita a escolha do titular, qual o posicionamento da unidade de auditoria na estrutura da unidade prestadora da conta (UPC);

Conforme o Regimento Interno da Auditoria Interna (<https://www.ufrb.edu.br/auditoria/documentos>), quanto a estrutura o consta do art.6 o seguinte:

Art. 6 A unidade de Auditoria Interna   constituída da seguinte estrutura:

I – Chefia (CD 4);

II - Núcleo de Acompanhamento e Controles Internos (FG 1);

II - Núcleo de Execu o de Auditorias (FG 1);

IV - Equipe de Apoio Administrativo.

- Quanto   escolha do titular o art.13 do Regimento Interno relata o seguinte:

Art.13 A nomea o, designa o, exonera o ou dispensa do Chefe da Auditoria será submetida, pelo dirigente máximo da Institui o,   aprova o do Conselho Curador, e posteriormente encaminhado para aprova o no CONSUNI, finalizando com a chancela da Controladoria Geral da União, conforme determina o   4  do art.15 do Decreto 3.591/2000.

Parágrafo  nico - A escolha do Chefe de Auditoria recairá entre os servidores técnico-administrativos, estáveis, qualificados e legalmente habilitados pertencentes ao quadro de pessoal da Institui o.

- Quanto ao posicionamento na estrutura da UFRB, o art 2 do Regimento Interno relata:

Art.2 A Auditoria Interna da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia   unidade técnica de assessoramento da gestão com subordina o hierárquica ao Conselho Curador, conforme determina o   3  do artigo 15 do Decreto n  3591/2000.

e) informa es sobre como se certifica de que a alta gerência toma conhecimento das recomenda es feitas pela auditoria interna e assume, se for o caso, os riscos pela não implementa o de tais recomenda es;

O Manual de Procedimentos da Auditoria Interna, aprovado pelo CONSUNI, publicado no site da auditoria interna através do link: <https://www.ufrb.edu.br/auditoria/documentos>, apresenta nas páginas 12 e 13, no item 7 (metodologia), o seguinte:

A unidade de Auditoria Interna executa diversas a es para cumprir seus objetivos, atuando no fortalecimento da gestão, na comprova o da legalidade e a avalia o dos resultados, quanto   economicidade, eficácia e eficiência, de forma conjunta com o Controle Interno do Governo Federal (CGU) e Controle Externo (TCU).

Tais a es de auditoria, sobretudo as constantes no PAINT, seguem fluxo padrão, assim determinado:

a) Encaminhar Memorando ao setor a ser auditado, comunicando a previsão de início e término, com prazo mínimo de 08 (oito) dias de antecedência da abertura dos trabalhos;

b) Decorrido este prazo, será encaminhada Solicita o de Auditoria (SA) , caso necessário, poderão ser emitidas outras SA's;

c) Após análise das informa es obtidas, ocorrerá a emissão do Relatório Preliminar de Auditoria, no qual o auditado terá um prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento, para apresentar, por escrito, manifesta es que julgarem importantes e que justifiquem as constata es apresentadas;

d) Durante o prazo para manifestação, deverá ser realizada reunião para discussão do Relatório Preliminar de Auditoria, com os responsáveis pela unidade auditada, e o gestor hierarquicamente superior (GRIFO NOSSO);

e) A equipe de auditoria deverá analisar os documentos e informações apresentadas pelo auditado, caso ocorra à remessa, e posteriormente emitirá o Relatório Final de Auditoria.

O auditado que por qualquer razão não cumprir os prazos de entrega de documentação e/ou informações, exceto em casos devidamente justificados, ou que sonegue qualquer informação ou causar embaraço, constrangimento ou obstáculos à atuação da AUDINT, poderá ser responsabilizado com base no art. 26 da Lei nº. 10.180, de 06/02/2001.

Note-se que no subitem 'd', antes mesmo da finalização do Relatório de Auditoria a unidade auditada e Pró-Reitoria responsável pela unidade (gestão hierarquicamente superior, representante da alta gestão da UFRB para a área em questão) toma conhecimento e se compromete, através de manifestação por escrito para cada constatação pontuada, a qual constará do Relatório Final da Auditoria em questão, a tomar providências de modo a sanar os problemas apontados.

Após a finalização dos relatórios de auditoria todos são remetidos na íntegra ao Gabinete da Reitoria para conhecimento, e são elaborados resumos que são apresentados ao Conselho Curador como será explicitado no item seguinte.

f) descrição da sistemática de comunicação à alta gerência, ao conselho de administração e ao comitê de auditoria, quando houver, sobre riscos considerados elevados decorrentes da não implementação das recomendações da auditoria interna pela alta gerência;

Conforme consta no Regimento Interno da Auditoria Interna no art. 7 inciso XIII, bem como em atendimento a IN 24/2015 da CGU, a auditoria interna deve:

XIII – apresentar, ao final de cada trabalho de auditoria, pelo menos, o resumo dos relatórios de auditoria ao Conselho Curador.

Além disso, conforme informado no item e) desse documento, todo Relatório de Auditoria tem o seu teor exposto a discussão em reunião específica com membro da alta gestão (Pró-Reitor/Superintendente), em que os gestores da área incluem as suas providências para solução dos fatos constatados. Posteriormente, o Relatório Final, é encaminhado para a Pró-Reitoria da área envolvida, para o Reitor e Controladoria Geral da União. Em momento posterior o resumo dos relatórios de auditoria é apresentado em reunião do Conselho Curador, para conhecimento de seus membros como preconiza a IN 24/2015 CGU. Ademais, há um plano de providências das auditorias internas em que são acompanhados o cumprimento das recomendações exaradas pela auditoria interna, tal documento tem suas informações atualizadas periodicamente através de solicitações de auditoria às Pró-Reitorias responsáveis por cada área, visando o cumprimento efetivo das recomendações. O plano de providências das auditorias internas atualizado é encaminhado a CGU anualmente.

g) eventuais adequações na estrutura organizacional da unidade de auditoria, inclusive reposicionamento na estrutura da entidade, demonstrando os ganhos operacionais deles decorrentes.

No ano de 2017, quanto à estrutura da unidade, não houve mudanças.

4.3 ATIVIDADES DE CORREIÇÃO E APURAÇÃO DE ILÍCITOS ADMINISTRATIVOS

As atividades administrativas da UFRB na área correcional continuaram a contar, no exercício de 2017, com Núcleo de Admissibilidade e Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares. Referido Núcleo foi criado e regulamentado pela Portaria nº 517 de 1º de junho de 2016 com o

objetivo de coordenar e prestar suporte às atividades de sindicância e processo administrativo disciplinar, tendo sido fixada, na mesma oportunidade, as atribuições do setor.

O inciso XIII do art. 6 da Portaria nº 517/2016 consignou expressamente competir ao Núcleo de Admissibilidade e Acompanhamento de Procedimentos Disciplinares “elaborar o relatório de gestão referente aos procedimentos disciplinares, anualmente, que deverá integrar o relatório anual de prestação de contas da Universidade”. A sobredita portaria considera procedimentos disciplinares todo processo interno instaurado com o objetivo de esclarecer ou atribuir responsabilidades por irregularidades incompatíveis com o regime disciplinar previsto na UFRB, esteja ele sob a denominação de sindicância, inquérito (regime disciplinar discente) ou processo administrativo disciplinar.

Quanto às atividades de correição, em 2017 foram instaurados os seguintes procedimentos disciplinares na UFRB:

Quadro 40: Procedimentos Administrativos abertos

Quantidade de PADs instaurados em 2017	04
<p>Processo nº 23007.008836/2017-44 (abertura em 05.04.2017)</p> <p>- Instaurado para Agressão de servidores contra discentes da ocupação estudantil – Memo nº 32/2016 da Ouvidoria.</p>	
<p>Processo nº 23007.011561/2017-26 (abertura em 19.05.2017)</p> <p>- Instaurado para apurar denúncia anônima sobre suposto oferecimento de propina a fiscal em contrato vinculado à SIPEF.</p>	
<p>Processo nº 23007.020310/2017-32 (abertura em 31.08.2017)</p> <p>- Apuração de suposto comportamento agressivo de servidor técnico contra docente</p>	
<p>Processo nº 23007.009217/2012-62 (abertura em 19.12.2017)</p> <p>- Apuração de responsabilidades em face de indícios de conduta negligente no controle de cartões de abastecimento de veículo oficial da UFRB.</p>	
Quantidade de Sindicâncias instauradas em 2017	06
<p>Processo nº 23007.006505/2017-70 (abertura em 27.03.2017)</p> <p>- Apuração sobre furtos de materiais empregados na obra de Pavilhão de Aulas III</p>	
<p>Processo nº 23007.022587/2015-38 (abertura em 06.03.2017)</p> <p>- Apuração sobre Agressão física no ambiente de trabalho (CCS).</p>	
<p>Processo nº 23007.011538/2017-31 (abertura em 16.05.2017)</p> <p>- Apuração de conduta docente por suposto descumprimento do REG.</p>	
<p>Processo nº 23007.017591/2017-46 (abertura em 19.07.2017)</p> <p>- Apuração sobre suposto assédio de discente estagiária do Hospital de Medicina Veterinária.</p>	
<p>Processo nº 23007.031134/2017-64 (abertura em 29.11.2017)</p> <p>- Apuração de resistência injustificada a andamento de serviço no NGPCAH.</p>	

Documento nº 23007.001377/2017-78 (abertura em 16.08.2017)

- Apuração sobre os fatos narrados no relatório da comissão sobre entrega de prédios após ocupação estudantil - Cruz das Almas.

Quantidade de Inquéritos instaurados em 2017	00
---	-----------

Fonte: NUAADIS/Gabinete

Seguem ainda informações sobre processos disciplinares em conformidade com os preceitos estabelecidos na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, inseridas no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGUPAD.

Os relatórios retirados do CGUPAD incluem processos instaurados em outros exercícios, como 2015 e 2016, mas que tiveram atos e fases cadastradas no exercício de 2017, o que explica o quantitativo maior de procedimentos encontrados no sistema, em comparação com a tabela acima apresentada, que levanta os processos efetivamente instaurados em 2017.

Quanto ao PAD nº 23007.009217/2012-62, o mesmo não foi atualizado no CGU-PAD em razão de não ter ainda o transcurso do prazo, previsto na Portaria CGU nº 1.043, de 24 de julho de 2007, atingido termo final. Os PAD's nº 23007.008128/2015-41 e 23007.019219/2016-93 foram cadastrados em 2017 no sistema, contudo foram instaurados respectivamente em 2015 e 2016.

Quanto às sindicâncias, o Documento nº 23007.001377/2017-78 referido como sindicância instaurada em 2017 trata de investigação sobre condutas atribuíveis ao corpo discente, motivo pelo qual não foi incluído no CGU-PAD. Por outro lado, as Sindicâncias nº 23007.009741/2012-33, 23007.010473/2015-45, 23007.011540/2016-20 e 23007.013600/2016-49 também foram cadastradas em 2017, com fases efetivamente iniciadas em outros exercícios.

Foram expedidas 13 notas técnicas à Reitoria em processos e documentos diversos, os quais requeriam análise de admissibilidade por parte desse núcleo, conforme o inciso II do art. 5ª da Portaria nº 517/2016.

4.4 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

Entendendo a relevância da temática da gestão de riscos e controles internos para a eficiência das ações de uma Instituição, a unidade de Auditoria Interna tem se empenhado para colaborar com a implementação da política de gestão de riscos na UFRB, prova disso foi a criação do mapa de matriz de riscos da Auditoria Interna como diretriz das atividades da unidade para o ano de 2017. Tal mapa e matriz de riscos servirão como piloto para a elaboração da matriz de riscos da UFRB, a qual será construída por um grupo de trabalho constituído com esse objetivo.

Como resultado do mapa de riscos da Auditoria Interna, identificou-se que os principais pontos fracos das unidades administrativas e acadêmicas da UFRB são a ausência de rotinas escritas e publicadas, controles internos frágeis (controles manuais e/ou em planilhas), ausência de arquivo central que concentre as informações relevantes da UFRB e as armazene de forma organizada e segura (documentos fragmentados arquivados em locais diversos e em alguns casos de forma precária) e fragilidades da infraestrutura de rede elétrica e de internet. Diante disso, visando combater essas fragilidades a gestão da UFRB já tem implementado algumas ações, como elaborar/aperfeiçoar rotinas escritas na maioria das suas unidades e encaminhá-las para apreciação e aprovação do Conselho Superior Universitário - CONSUNI, a exemplo da Resolução 005/2016 do CONSUNI que regulamenta os regimes de trabalho e atividades docentes, revogando a resolução 003/2008 CONAC, que tratava do mesmo assunto e estava desatualizada quanto à prática vigente

no meio acadêmico. Outro exemplo é a criação do Manual da PROAD - Pró-Reitoria de Administração que tramita no CONSUNI, manual que norteia as atividades administrativas da UFRB regulamentando e direcionando as rotinas administrativas. A implantação de grande parte dos módulos dos sistemas integrados da UFRB, com vistas a conceder agilidade e melhor controle das atividades administrativas e acadêmicas da Instituição também se apresenta como um avanço na busca de melhorar os controles internos da UFRB. Acredita-se que com a implementação da política de gestão de riscos da UFRB, prevista até maio de 2018, novas ações possam ser empreendidas com vistas a fortalecer os controles internos da Instituição e combater os riscos impostos.

4.5 INFORMAÇÕES SOBRE A EMPRESA DE AUDITORIA INDEPENDENTE CONTRATADA

Não se aplica

5 ÁREAS ESPECIAIS DA GESTÃO

5.1 GESTÃO DE PESSOAS

5.1.1 Estrutura de pessoal da unidade

Quadro 41: Movimentação de Pessoal (Situação em 31/12/2017)

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos Exercício	Egressos Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	1596	1596	112	61
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	1596	1596	112	61
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	1591	1591	111	61
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	2	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	1	1	1	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	2	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	67	67	57	44
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	14	14	8	6
4. Total de Servidores (1+2+3)	1.677	1.677	177	111

Fonte: PROGEP

Quadro 42: Distribuição da Lotação Efetiva (Situação em 31/12/2017)

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	713	822
1.1. Servidores de Carreira (1.1.1+1.1.2+1.1.3+1.1.4)	713	822
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	708	822
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado	2	0
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório	1	0
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	67
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	14
4. Total de Servidores (1+2+3)	713	903

Fonte: PROGEP

Quadro 43: Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2017)

Tipologia do Cargo	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	63	63	8	5
1.1 Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	63	63	8	5
1.2.1 Servidores de Carreira vinculado ao Órgão	60	60	8	5
1.2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	2	2	0	0
1.2.3 Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	1	1	0	0
1.2.4 Sem Vínculo	0	0	0	0
1.2.5 Aposentados	0	0	0	0
2. Funções Gratificadas	231	231	61	43
2.1 Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	230	230	61	43
2.2 Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
2.3 Servidores de Outros Órgãos e Esferas	1	1	0	0

3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	294	294	69	48
Fonte: SIAPE - Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos				
<u>(*) A Lei no 8.168, De 16 De Janeiro De 1991, estabelece que poderão ser nomeadas ou designadas para o exercício de cargo de direção e função gratificada pessoas não pertencentes ao quadro ou tabela permanente da instituição de ensino, até o máximo de dez por cento do total dos respectivos cargos e funções.</u>				

Fonte: PROGEP

- Análise Crítica

Através da análise das planilhas acima, verifica-se que o número de servidores da Universidade apresentou um aumento de aproximadamente 3% em relação ao exercício de 2016, passando de 1491 em dezembro de 2016 para 1531 em dezembro de 2017, considerando para isso o número total de servidores técnicos administrativos e servidores docentes.

Dos 1531 servidores apurados no exercício 2017, verifica-se que 1298 servidores, quase 85%, tem idade inferior a 50 anos. Tal informação é de extrema importância no que tange as possibilidades de aposentadorias para os próximos anos, uma vez que os servidores com idade superior a 50 anos, a depender das regras de aposentadoria e da data de exercício no serviço público já podem preencher os requisitos necessários para a concessão de sua aposentadoria. Ainda sobre o assunto, cabe destacar que o número de servidores aposentados teve um aumento aproximado de quase 15% no exercício 2017, demonstrando um percentual maior do que o aumento do número total de servidores da Universidade, o que reforça a previsão de um quadro de servidores mais longevos.

No que se refere à qualificação do quadro de pessoal, verifica-se que mais de 91% já possuem minimamente a graduação de nível superior, demonstrando assim um nível de qualificação adequado para o atendimento das demandas da comunidade acadêmica.

Em relação às despesas com pessoal, verifica-se um crescimento no decorrer dos últimos anos, num comparativo com o exercício 2015, observa-se um aumento nas despesas num percentual aproximado de 46%. Já num comparativo com o exercício 2016, nota-se um aumento nas despesas de aproximadamente 29%. Tal variação tem relação direta, entre outros fatores, com o crescimento do quadro de pessoal da Universidade, o aumento da qualificação que impacta diretamente na retribuição, bem como os acordos entre centrais sindicais e o governo que pactuou aumento de vencimentos básicos escalonados ao longo dos últimos anos.

5.1.2 Demonstrativo das despesas com pessoal

Tabela 05: Despesas de Pessoal - Situação Apurada em 31/12/2017.

Tipologias / Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis				
Servidores de carreira que não ocupam cargo de provimento em comissão											
Exercícios	2017	82.281.519,31	0,00	58.556.387,24	7.612.492,80	14.039.571,68	14.039.571,68	14.039.571,68	14.039.571,68	14.039.571,68	171.957.780,07
	2016	70.283.012,91	0,00	48.334.604,91	5.545.321,29	13.727.430,77	13.727.430,77	13.727.430,77	13.727.430,77	13.727.430,77	146.851.231,26
	2015	58.301.521,17	0,00	43.874.353,86	3.996.298,23	9.317.616,47	9.317.616,47	9.317.616,47	9.317.616,47	9.317.616,47	121.391.680,86
Servidores com contrato temporário											
Exercícios	2017	2.415.343,17	0,00	234.106,02	2.267,49	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.651.716,68
	2016	1.941.137,17	0,00	210.430,76	4.568,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.156.135,98
	2015	1.488.617,81	0,00	150.422,04	3.365,28	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.642.405,13
Servidores cedidos com ônus ou em licença											
Exercícios	2017	386.405,02	0,00	224.179,82	6.752,23	31.144,00	15.270,94	0,00	433,46	0,00	664.185,47
	2016	361.391,49	0,00	219.580,01	26.240,78	34.029,00	17.681,15	0,00	209,92	0,00	659.132,35
	2015	422.789,61	0,00	244.532,26	9.889,31	35.266,04	12.062,87	0,00	183,29	0,00	724.723,38
Servidores ocupantes de cargos do grupo direção e assessoramento superior											
Exercícios	2017	0,00	0,00	3.272.487,52	0,00	0,00	0,00	0,00	332.980,38	96.302,62	3.701.770,52
	2016	0,00	0,00	3.035.493,96	0,00	0,00	0,00	0,00	1.160.460,44	104.715,71	4.300.670,11
	2015	0,00	0,00	2.940.691,69	0,00	0,00	0,00	0,00	313.310,38	114.800,28	3.368.802,35
Servidores ocupantes de funções gratificadas											
Exercícios	2017	0,00	0,00	816.324,21	0,00	0,00	0,00	0,00	332.980,38	96.302,62	1.245.607,21
	2016	0,00	0,00	748.521,16	0,00	0,00	0,00	0,00	1.160.460,44	104.715,71	2.013.697,31
	2015	0,00	0,00	700.803,46	0,00	0,00	0,00	0,00	313.310,38	114.800,28	1.128.914,12

Fonte: PROGEP

5.1.3 Gestão de riscos relacionados ao pessoal

O exercício de 2017 foi particularmente difícil para a PROGEP, em função de diversas questões ocorridas ao longo do ano que trouxeram percalços para a execução do planejamento da unidade. Entendemos que tais problemas representam e/ou representaram riscos ao andamento da gestão de pessoal.

- **Movimentação de Servidores** - A constante redistribuição de servidores, tendo como contrapartida códigos de vaga, gera uma lacuna entre a saída dos servidores já treinados nas atividades de cada unidade e a recepção de novos servidores sem a devida capacitação.

Verificamos ainda a saída de servidores que foram aprovados em concursos públicos de outras instituições, pediram exoneração ou solicitaram aposentadoria.

Ressalta-se, porém que o fato da UFRB ser uma universidade localizada na totalidade de seus campi em cidades do interior do estado, ainda carentes de uma infraestrutura capaz de prover as condições de fixação e permanência dos servidores, as redistribuições acabam sendo quase que uma imposição tendo em vista que muitas vezes os servidores que não são oriundos da região, acabam por se desmotivarem em ter que permanecer longe de suas famílias e com reduzidas alternativas de lazer e saúde entre outros serviços.

- **Greve dos Servidores** - Iniciada em 10 de novembro de 2017, a greve dos servidores técnico-administrativos em educação, que contou com a adesão de parte do quadro de servidores, paralisou atividades importantes para a gestão de pessoas. O movimento paredista perdurou até o dia 14 de dezembro de 2017.

- **Deficiência dos recursos tecnológicos, sobretudo de Softwares** - A falta de sistemas específicos para trabalhar com o planejamento, aplicação e acompanhamento dos programas de capacitação e avaliação de desempenho gerou atraso na execução das etapas dessas ações.

Todo o acompanhamento das ações da unidade é realizado através de planilhas eletrônicas e controles manuais escritos e/ou digitais, que, obviamente, podem apresentar alterações nos resultados finais, sobretudo em função do crescimento do número de servidores da instituição, que alcançou o número de 1530 servidores, em 2017.

No último trimestre do ano foram homologados diversos módulos do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH, a partir deste momento as equipes responsáveis pelas funcionalidades disponibilizadas em cada um dos módulos, passou a propor alterações nos normativos institucionais para adequar os procedimentos ora desenvolvidos na PROGEP ao funcionamento do Sistema, o que certamente proporcionará um salto qualitativo em tais atividades a partir do ano de 2018.

Vale ressaltar que algumas dificuldades em nível de utilização de sistemas relacionado à Gestão de Pessoas, perdurará devido as constante alterações nos Sistemas do Governo, SIAPE e SIAPEnet, os quais não tem integração total com os Sistemas SIG, ocasionando com frequência a duplicidade de registros e/ou o controle paralelo através de planilhas para algumas atividades e/ou registros.

5.1.4 Contratação de pessoal de apoio e de estagiários

- Pessoal de Apoio

Quadro 44: Contratos de Pessoal de Apoio

Item	Ano do Contrato	Objeto	Nº do Contrato	Empresa Contratada	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Mínimo Exigido dos Trabalhadores Contratados	Situação	Nº de Postos	Nº de Terceirizados	Valor Mensal (R\$)	Valor Anual (R\$)
						Início	Fim						
1	2016	Apoio Administrativo (Manutenção)	25/2016	Contrate	19.956.539/0001-72	set/16	set/17	Ensino Médio	Encerrado	20	20	69.228,39	568.695,49
2	2017	Apoio Administrativo (Manutenção)	25/2017	Atitude	08.766.411/0001-02	out/17	out/18	Ensino Médio	Ativo	20	20	75.449,98	221.613,94
3	2016	Apoio Administrativo (RU)	35/2016	Contrate	19.956.539/0001-72	out/16	out/17	Ensino Médio	Encerrado	15	15	37.768,80	363.003,90
4	2017	Apoio Administrativo (RU)	23/2017	MAP	04.293.000/0001-88	nov/17	nov/18	Ensino Médio	Ativo	15	15	41.639,55	52.743,43
5	2016	Apoio Administrativo	36/2016	Contrate	19.956.539/0001-72	out/16	out/17	Ensino Médio	Encerrado	11	11	29.594,12	284.961,52
6	2017	Apoio Administrativo	24/2017	Service Pack	11.721.928/0001-81	out/17	out/18	Ensino Médio	Ativo	11	11	31.066,39	70.155,54
7	2016	Apoio Administrativo (CCAAB)	23/2016	Caldas	08.872.024/0001-42	out/16	out/18	Ensino Médio	Ativo	23	23	61.853,35	742.240,20
8	2016	Apoio Administrativo (NUMAN)	24/2016	Caldas	08.872.024/0001-42	out/16	out/18	Ensino Médio	Ativo	13	13	36.666,58	439.998,96
9	2016	Apoio Administrativo	37/2016	Katre	12.633.102/0001-23	out/16	out/18	Ensino Médio	Ativo	12	12	31.193,09	373.309,82
10	2016	Apoio Administrativo (HUMV)	38/2016	Katre	12.633.102/0001-23	out/16	out/18	Ensino Médio	Ativo	3	3	8.366,84	95.377,18
11	2016	Apoio Administrativo	39/2016	Katre	12.633.102/0001-23	out/16	out/18	Ensino Médio	Ativo	42	42	120.669,93	1.351.983,62
12	2016	Apoio	40/2016	Katre	12.633.102/0001-23	out/16	out/18	Ensino Médio	Ativo	9	9	24.384,92	

		Administrativo											281.051,55
13	2016	Apoio Administrativo	41/2016	Katre	12.633.102/0001-23	out/16	out/18	Ensino Médio	Ativo	3	3	7.662,82	91.018,84
14	2016	Limpeza	03/2016	Liderança	00.482.840/0001-38	mar/16	mar/18	Ensino Fundamental	Ativo	13	13	36.211,34	434.536,08
15	2016	Limpeza (Pavilhão)	04/2016	Liderança	00.482.840/0001-38	mar/16	mar/18	Ensino Fundamental	Ativo	10	10	34.309,06	410.463,17
16	2016	Limpeza	10/2016	Liderança	00.482.840/0001-38	mar/16	mar/18	Ensino Fundamental	Ativo	16	16	46.569,53	415.941,47
17	2016	Limpeza	11/2016	Liderança	00.482.840/0001-38	mar/16	mar/18	Ensino Fundamental	Ativo	46	46	35.674,05	1.628.088,60
18	2016	Limpeza (HUMV)	12/2016	Liderança	00.482.840/0001-38	mar/16	mar/18	Ensino Fundamental	Ativo	8	8	25.558,66	301.119,36
19	2016	Limpeza	05/2016	SWS	10.297.311/0001-18	mar/16	mar/18	Ensino Fundamental	Ativo	12	12	38.480,43	461.765,16
20	2016	Limpeza	08/2016	SWS	10.297.311/0001-18	mar/16	mar/18	Ensino Fundamental	Ativo	5	5	14.003,97	168.047,64
21	2016	Limpeza	09/2016	SWS	10.297.311/0001-18	mar/16	mar/18	Ensino Fundamental	Ativo	4	4	6.803,88	81.646,56
22	2015	Condução de Veículos	17/2015	Imaster	19.048.341/0001-65	mai/15	ago/18	Ensino Fundamental	Ativo	37	37	195.000,00	2.384.508,41
23	2016	Portaria	34/2016	CSC	07.633.003/0001-01	out/16	jun/17	Ensino Fundamental	Encerrado	26	51	30.398,07	782.388,42
24	2017	Portaria	15/2017	Contínua	18.206.476/0001-49	jul/17	out/18	Ensino Fundamental	Ativo	26	51	36.588,33	793.413,38
25	2016	Vigilância Patrimonial	29/2016	JAVA	03.394.369/0001-14	out/16	out/18	Ensino Fundamental	Ativo	4	10	45.184,18	542.210,16
26	2016	Vigilância Patrimonial	30/2016	JAVA	03.394.369/0001-14	out/16	out/18	Ensino Fundamental	Ativo	6	18	64.764,48	777.173,76
27	2016	Vigilância Patrimonial	31/2016	JAVA	03.394.369/0001-14	out/16	out/18	Ensino Fundamental	Ativo	6	16	59.165,20	659.676,91
28	2014	Vigilância Patrimonial	24/2014	AVI	07.738.828/0001-90	ago/14	ago/18	Ensino Fundamental	Ativo	6	16	72.877,78	756.075,52
29	2016	Vigilância Patrimonial	22/2016	Ativa	10.423.421/0001-89	ago/16	ago/17	Ensino Fundamental	Encerrado	26	70	303.447,24	2.485.527,14
30	2017	Vigilância Patrimonial	19/2017	Starvig	05.654.919/0001-12	ago/17	ago/18	Ensino Fundamental	Ativo	26	70	39.256,30	1.397.838,56

Fonte: PROAD

- Estagiários

É competência da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas a gestão dos estágios não-obrigatórios e remunerados, da seleção, lotação dos estagiários, controle dos prazos previstos na legislação de estágio (Lei n. 11.788/2008), renovação e desligamento de estágio.

Ao longo do ano 2017 a UFRB contou com 13 estagiários. Foram efetivados 04 estagiários selecionados pelos Editais da SEAD (Educação Aberta e à Distância) e da SUPAI (Assuntos Internacionais), sendo 02 da primeira e 02 da segunda. No mesmo ano foram desligados 05 estagiários por término da vigência do contrato ou por solicitação do estudante. Em decorrência do corte orçamentário não efetivamos a contratação de novos estagiários (Níveis médio e superior), para atendimento das demandas de outros setores da Universidade, bem como não ocorreu a publicação de editais de seleção para esta finalidade.

Conforme explanado acima, os estagiários contratados foram selecionados por editais das respectivas superintendências, cujo pagamento das bolsas é realizado via SIAPE, e posterior ressarcimento à Universidade através de recursos externos de programas específicos.

Em 31 de dezembro de 2017, a UFRB contava com apenas 08 estagiários, dos quais 04 lotados na SUPAI e 04 na SEAD, todos alunos da UFRB.

Quadro 45: Quantitativo de estagiários por Lotação em 31/12/2017 (Nível Superior):

Setor	Quantidade de Estagiários
SEAD	04
SUPAI	04
Total	08

Fonte: PROGEP

Quadro 46: Quantitativo de estagiários por curso durante 2017:

Curso	Quantidade de Estagiários
Medicina Veterinária	1
Medicina	1
Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas	5
Engenharia Civil	3
Cinema e Audiovisual	2
Artes Visuais	1
Total	13

Fonte: PROGEP

Quadro 47: Quantitativo de estagiários por carga horária durante 2017

16 – Estagiários por Carga Horária.	
Curso	Quantidade de Estagiários
20 horas	06
30 horas	07
Total	13

Fonte: PROGEP

5.1.5 Contratação de consultores com base em projetos de cooperação técnica com organismos internacionais

Atividade não realizada

5.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO E INFRAESTRUTURA

5.2.1 Gestão da frota de veículos

As informações a seguir relacionadas têm por finalidade informar sobre a gestão da frota de veículos oficiais à disposição da unidade prestadora da conta, qual seja a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

Nesses termos, cumpre-nos apresentar informações relevantes sobre:

Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos. A base as legislações abaixo descritas para a constituição e utilização da frota oficial de veículos:

- Lei nº 1.081, de 13 de abril de 1950, que dispõe sobre o uso de carros oficiais;
 - Lei nº 9.327, de 09 de dezembro de 1996, que dispõe sobre a condução de veículo oficial;
 - Lei nº 9.632, de 07 de maio de 1998, que dispõe sobre a extinção de cargos no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, e dá outras providências.
 - Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, que dispõe sobre a utilização de veículos oficiais pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional;
 - Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências;
 - Instrução Normativa nº 183, de 08 de setembro de 1986, que dispõe sobre orientação nos procedimentos a serem adotados quando da ocorrência de acidentes com veículos terrestres automotores oficiais;
 - Decreto nº 99.658, de 30 de outubro de 1990, que Regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material;
 - Resolução CONTRAN nº 168, de 14 de dezembro de 2004, que estabelece Normas e Procedimentos para a formação de condutores de veículos automotores e elétricos, a realização dos exames, a expedição de documentos de habilitação, os cursos de formação, especializados, de reciclagem e dá outras providências;
 - Deliberação CONTRAN nº 64, de 30 de maio de 2008, que disciplina a inscrição de pesos e capacidades em veículos de tração, de carga e de transporte coletivo de passageiros, de acordo com os artigos 117, 230-XXI, 231-V e 231-X, do Código de Trânsito Brasileiro;
 - Portaria DETRAN nº 2.045 de 27 de dezembro de 2012, que estabelece procedimentos complementares para o controle das vistorias veiculares realizadas no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/BA.
 - Portaria DETRAN nº 2.044 de 28 de dezembro de 2012, que estabelece procedimentos para o controle das inspeções veiculares realizadas no âmbito do Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/BA.
-
- Importância e impacto da frota de veículos.

O impacto e importância da frota de veículos da UFRB podem ser verificados a partir da dimensão das demandas. As atividades de ensino, pesquisa, extensão e administrativas dependem do uso da frota para a sua efetiva realização, considerando a característica da UFRB ser multicampi, possuindo campus em 06 cidades baianas.

No período de janeiro a dezembro de 2017, foram cadastradas 10.382 (dez mil, trezentos e oitenta e dois) solicitações de viagem. Desse total, foram autorizadas 7.502 (sete mil, quinhentos e dois), ou seja, 72,26%. Apenas 14,21% (1.475) da demanda não foram atendidas e 13,82% (1.435) das solicitações foram canceladas pelo próprio solicitante.

Do total das solicitações cadastradas (10.382), 6.048 (seis mil e quarenta e oito) foram originadas dos Centros de Ensino, para atendimento das demandas acadêmicas, inclusive da multicampia, sendo possível autorizar 4.186 (quatro mil cento e oitenta e seis) destas requisições.

O atendimento das solicitações além da oferta de transportes considera também o quantitativo de motoristas e a disponibilidade de veículos.

Tabela 06: Percentual de Solicitações de Viagem por Centro

Centro	Solicitações
CAHL	14%
CCAAB	22%
CCS	21%
CECULT	11%
CETEC	6%
CETENS	11%
CFP	15%

Fonte: PROAD

A partir das informações apresentadas, pode-se concluir que a frota de veículos oficiais da UFRB, vem se tornando de fundamental importância para a realização e andamento das atividades da instituição, gerando um impacto positivo com a satisfação aos usuários do serviço ofertado. Aliado a isso, destacamos a preocupação de obedecermos aos princípios da administração pública, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e economicidade.

- Quantidade de veículos oficiais em uso.

A frota da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) é composta, até o momento, por 95 (noventa e cinco) veículos, conforme discriminado abaixo, possuindo como finalidade precípua atender às demandas das atividades acadêmicas e administrativas da instituição. Além disso, a UFRB possui 2 (dois) reboques para barcos utilizados em aulas práticas (JRD-4386 e JRI-5466) e 10 (dez) tratores utilizados em aulas práticas e serviços.

Para fins de classificação, os veículos da frota oficial da UFRB são classificados em veículos de serviços comuns e veículos de transporte institucional, conforme Decreto n. 6.403, de 17 de janeiro de 2008.

Quadro 48: Total de Veículos por Tipo de Classificação

Classificação	Quantidade
VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL	13

Fonte: PROAD

Quadro 49: Média anual de quilômetros rodados

CLASSIFICAÇÃO	Km Rodados
VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL	361.206
VEÍCULOS DE SERVIÇOS COMUNS	1.014.146
TOTAL	1.375.352

Fonte: PROAD

Considerando o ano de fabricação dos veículos da frota oficial da UFRB, tem-se o seguinte cenário:

Quadro 50: Idade Média da Frota

Ano	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total	Idade Média
VEÍCULOS DE SERVIÇOS COMUNS	1	11	5	8	14	24	1	2	10	3	3	82	7,4
VEÍCULOS DE TRANSPORTE INSTITUCIONAL	-	-	-	-	-	2	-	3	8	-	-	13	4,3

Fonte: PROAD

- Custos associados à manutenção da frota

Quadro 51: Custos manutenção da frota

Classificação	Combustível	Manutenção
Veículos de Serviços Comuns	R\$ 472.805,70	R\$ 402.155,99
Veículos de Transporte Institucional	R\$ 108.942,60	R\$ 82.784,86
TOTAL	R\$ 581.748,30	R\$ 484.940,82

Fonte: PROAD

- Plano de substituição da frota

O plano de substituição da frota da UFRB está respaldado na aplicação da IN n. 03, de 15 de maio de 2008, a qual dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e no Decreto n. 99.658, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas de desfazimento de material.

No que tange à elaboração e aplicação da alienação dos veículos depreciados da UFRB, a Coordenadoria de Serviços Operacionais junto com a Coordenadoria de Material e Patrimônio estão em fase de execução dos procedimentos administrativos necessários para leiloar os veículos depreciados, bem como a aquisição de novos veículos adquiridos através de processo licitatório e/ou carona.

- Razões de escolha da aquisição

A UFRB optou em adquirir a frota oficial com objetivo de atender de forma mais eficiente às demandas, considerando que uma empresa de locação de veículos não a atenderia com a mesma rapidez e eficiência que atualmente se realiza.

Ainda, um contrato de locação de veículos seria muito mais oneroso e dispendioso do que manter uma frota própria, pois, um contrato de locação abrangeria todas as especificidades que se tem nesse serviço.

Por fim, adquirir os veículos oficiais obedece à Instrução Normativa nº 3, de 15 de maio de 2008, que dispõe sobre a classificação, utilização, especificação, identificação, aquisição e alienação de veículos oficiais e dá outras providências, que dá a administração pública todas as diretrizes para as aquisições.

- Estrutura e Controle

Atualmente a Coordenadoria de Serviços Operacionais tem subordinada à sua estrutura o Núcleo de Gestão da Frota e o Núcleo de Manutenção da Frota que tem a atribuição de gerenciar a frota oficial de veículos da UFRB, assegurando a seus usuários uma prestação de serviço eficiente visando os princípios da administração pública.

Os referidos núcleos contam com o apoio de 3 (três) servidores ao total, além de 1 (um) colaborador administrativo. O contrato da Universidade com a empresa de abastecimento e manutenção inclui o fornecimento por parte da empresa de ferramentas de controle desses serviços. Desta forma, através de um sítio na internet, é possível acessar histórico de transações e estabelecer parâmetros de controle no uso dos serviços de abastecimento e manutenção.

As viagens são programadas a partir do módulo de transporte disponível no sistema SIPAC, no qual é possível analisar requisições de viagem, autorizar e fazer modificações, além de outras funcionalidades. Esse sistema permite visualizar o movimento diário de cada unidade, além de permitir uma visão rápida e objetiva de todas as viagens autorizadas.

O condutor do veículo recebe um documento chamado Autorização de Requisição de Veículo, que autoriza a saída do veículo e registra todas as informações da viagem, entre elas: hodômetro de saída e chegada, horário de saída e chegada, itens de manutenção do veículo e avaliação do passageiro.

5.2.2 Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso e informações gerenciais sobre veículos nessas condições

As informações a seguir relacionadas têm por finalidade informar sobre a Política de destinação de veículos inservíveis ou fora de uso da UPC.

A UFRB, por meio do Núcleo de Manutenção da Frota, vinculado à Coordenadoria de Serviços Operacionais, realiza periodicamente avaliação e vistoria dos veículos oficiais, bem como a situação de consumo de combustível e manutenção, com o intuito de identificar os veículos que são recomendados para desfazimento por serem considerados antieconômicos ou inservíveis, conforme estabelece o Decreto n. 99.658, de 30 de outubro de 1990, que regulamenta, no âmbito da Administração Pública Federal, o reaproveitamento, a movimentação, a alienação e outras formas

de desfazimento de material.

Após classificação dos veículos, elabora-se processo de desfazimento de bens para descarte por meio da modalidade leilão. Atualmente, encontra-se em tramitação um processo para desfazimento dos veículos de placa JRF-3381 e placa JOY-4271, cujo valor do conserto é superior a 50% do valor do bem.

5.2.3 Gestão do patrimônio imobiliário da União

Quanto à estrutura de controle e de gestão do patrimônio no âmbito da unidade jurisdicionada - a gestão do patrimônio imobiliário da UFRB é realizada por três unidades distintas, cada uma com um papel específico. A Superintendência de Implantação e Planejamento do Espaço Físico (SIPEF) é responsável pela parte técnica de engenharia e manutenção. A ela cabe realizar manutenção predial, reformas, medições, projetos, bem como fornecer informações técnicas. A Assessoria Especial para Projetos Estratégicos (ASSEPE) cuida de toda parte cartorial dos imóveis. Responde pela conformidade da documentação. E por fim, o Núcleo de Registro e Acompanhamento do Patrimônio Imobiliário (PROAD/CMP/NURAPI), que trata dos lançamentos, no SPIUnet, das informações disponibilizadas pela SIPEF, ASSEPE e PROAD/Coordenadoria de Contratos, esta última em específico no que diz respeito aos imóveis locados, além do gerenciamento e arquivamento da documentação de todos os imóveis da UFRB, tanto os próprios quanto os alugados.

Quanto à distribuição geográfica dos imóveis da União - a UFRB possui imóveis (próprios e locados) nas cidades de Amargosa, Cachoeira, Cruz das Almas, Feira de Santana, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Félix e Valença.

Quanto à qualidade e completude dos registros das informações dos imóveis no Sistema de Registro dos Imóveis de Uso Especial da União SPIUnet - Com o objetivo de promover a regularização dos registros referentes aos imóveis desta Instituição junto a Secretária de Patrimônio da União – SPU foi instituído através da Portaria 1.130/2017 um Grupo de Trabalho que deverá realizar o levantamento da atual situação e efetivar ações visando a exatidão das informações disponibilizadas no sistema SPUnet.

Quanto à informação sobre a ocorrência e os atos de formalização de cessão, para terceiros, de imóveis da União na responsabilidade da unidade, ou de parte deles, para empreendimento com fins lucrativos ou não, informando o locador, a forma de contratação, os valores e benefícios recebidos pela unidade jurisdicionada em razão da locação, bem como a forma de contabilização e de utilização dos recursos oriundos da locação - os recursos arrecadados são utilizados para pagamento de bolsa de assistência ao estudante e despesas diversas.

Quanto às despesas de manutenção e à qualidade dos registros contábeis relativamente aos imóveis, a manutenção predial é de responsabilidade da SIPEF - As ações relativas a manutenção predial dos imóveis da UFRB ocorre no âmbito da Superintendência de Infraestrutura e Planejamento do Espaço Físico - SIPEF, que poderá se pronunciar de forma mais assertiva a esse respeito. Quanto à qualidade dos registros contábeis, foi instituído através da Portaria 1.130/2017 um Grupo de Trabalho que deverá realizar o levantamento da atual situação e efetivar ações visando a exatidão das informações disponibilizadas no sistema SPUnet.

Quanto aos riscos relacionados à gestão dos imóveis e os controles para mitigá-los - quanto à segurança da informação, que é o risco ao qual está exposto, somente 02 (dois) servidores do setor de patrimônio possuem acesso ao SPUnet, com o fito de prevenir alterações indevidas nos registros daquele sistema, além de arquivar toda a documentação em armários fechados (meio físico) e o completo registro digitalizado no servidor de rede da Instituição.

5.2.4 Cessão de espaços físicos e imóveis a órgãos e entidades públicas ou privadas

Quadro 52: Promitente 1 (Espaço Cedido pela UFRB)

Imóvel	Identificação dos Imóveis	Identificação dos cessionários
1	Espaço físico destinado às cantinas da UFRB - Endereço: Rua Rui Barbosa, 710 - Centro - Cruz das Almas - Bahia. CEP 44.380-000	Cooperativa de Agricultura Familiar do Território do Recôncavo da Bahia; CNPJ 09.438.514/0001-06.
2	Espaço físico destinado à cantina no Centro de Formação de Professores – UFRB - Endereço: Avenida Nestor de Mello Pita, 535, Amargosa – Bahia. CEP 45.300-000	Associação dos Produtores Rurais de Corta-Mão; CNPJ 00.841.063/0001-70.
3	Espaço destinado à reprografia no Centro de Artes, Humanidades e Letras - UFRB Endereço: Rua Maestro Irineu Sacramento, S/N, Centro – Cachoeira – Bahia. CEP 44.300-000	Gráfica e Copiadora Universo; CNPJ 06.534.246/0001-20.

Fonte: PROAD

Quadro 53: Promitente 2 (Espaço Cedido pela UFRB)

Caracterização da Cessão								
Imóvel	Forma de seleção do cessionário	Finalidade e do uso	Prazo	Caracterização	Benefícios pecuniários ou não,	Tratamento contábil dos benefícios recebidos	Rateio dos gastos,	Uso dos benefícios decorrentes
1	Chamada pública nº 01/2010	Cantina	11/10/2016 a 10/10/2018	58,82 m ² no Pav I; 58,82 m ² no Pav II e 56,05 m ² Pav Lab de graduação	R\$232,44	Receita Própria	Não aplicado	Pagamento de Auxílio Financeiros aos estudantes e Despesas diversas
2	Chamada pública nº 01/2012	Cantina	27/03/2016 a 26/03/2018	59,73 m ² no Pav aulas do CFP	R\$161,11	Receita Própria	Não aplicado	Pagamento de Auxílio Financeiros aos estudantes e Despesas diversas
3	Chamada pública nº 03/2010	Reprografia	20/10/2016 a 19/10/2018	9,92 m ² no Pav de aulas do CAHL (térreo)	R\$155,59 Contrapartida em serviços reprográficos: R\$ 315,00	Receita Própria	Não aplicado	Pagamento de Auxílio Financeiros aos estudantes e Despesas diversas

Fonte: PROAD

5.2.5 Informações sobre imóveis locados de terceiros

Para a gestão dos bens imóveis de uso especial locados de terceiros, no exercício de 2017, identificamos a locação de 09 (nove) imóveis vigentes ao final do exercício, para atender às necessidades dos Centros Acadêmicos e Administração Central, conforme especificado a seguir:

- **3319 - Amargosa**

No Município de Amargosa, durante o exercício de 2017, foram locados 04 imóveis, objetivando atender às necessidades do Centro de Formação de Professores – CFP.

O primeiro imóvel, de propriedade do Sr. Alberto Carlos Gomes de Oliveira Argolo, localizado à Avenida Josué Sampaio Melo, travessa com o Loteamento Vivendas das Jaqueiras, nº 08/10 – Amargosa-BA, foi locado para o funcionamento temporário dos cursos de Licenciatura em Educação do Campo, Programa Institucional de Bolsa Iniciação à Docência (PIBID), Pacto Nacional pela Educação na Idade Certa e Projeto LIFE, em razão da indisponibilidade de espaço físico no CFP para a instalação desses serviços. Esta locação ocorreu através do contrato nº 11/2014, publicado no DOU de 21 de março de 2014, cuja vigência está de 17/02/2014 a 17/02/2019. O valor anual deste contrato é de R\$36.000,00 (Trinta e seis mil reais).

O segundo imóvel locado em Amargosa ocorreu em razão da finalização do contrato nº 28/2009, referente aos projetos “Tecelendo” e “Cine Rapadura”, bem como da indisponibilidade de espaço físico no campus. Trata-se do contrato nº 32/2014, do imóvel localizado à Rua Benedito Almeida, nº 239 – Centro, de propriedade da Sra. Ivone Maria Sampaio de Oliveira, publicado no DOU de 03/12/2014, com vigência de 24/11/2014 a 23/11/2018. O contrato tem valor anual de R\$ 26.240,64 (vinte e seis mil duzentos e quarenta reais e sessenta e quatro centavos).

Sob o contrato nº 36/2014, foi realizada a locação do terceiro imóvel, situado à Praça da Bandeira, nº 201, Amargosa – BA, visando à instalação temporária do Projeto Casa do Duca, vinculado ao CFP/UFRB, em razão da finalização do contrato nº 15/2011 e da indisponibilidade de espaço físico no campus de Amargosa. A propriedade é da Sra. Maiza Varjão Alves, e a vigência do contrato, publicado no DOU de 10/12/2014, é de 01/12/2014 a 30/11/2018, com o valor anual de R\$ 14.299,29 (Quatorze mil duzentos e noventa e nove reais e vinte e nove centavos).

Um quarto contrato de nº 25/2016 foi realizado para a locação do imóvel, situado à Av. Luiz Sande de Oliveira, nº 190, Amargosa – BA, vinculado ao CFP/UFRB, contemplando instalações para residência do curso de Licenciatura em Educação do Campo. O proprietário é o Sr. Miralvo Oliveira Silva e a vigência do contrato é de 24/11/2015 a 23/11/2018, com o valor anual de R\$ 123.458,88 (cento e vinte e três mil quatrocentos e cinquenta e oito reais e oitenta e oito centavos).

- **3397 - Cachoeira**

No Município de Cachoeira, durante o exercício de 2017, manteve-se a locação de 01 (um) imóvel, objetivando atender às necessidades do Centro de Artes, Humanidades e Letras e Administração Central.

Imóvel, de propriedade da Sra. Norma Lapa Aragão, localizado à Rua Ana Neri, nº 09, Centro – Cachoeira-BA, foi locado para o funcionamento temporário da Superintendência de Cultura e Desenvolvimento do Recôncavo da Bahia, em função da indisponibilidade de espaço físico adequado no Campus de Cachoeira para a instalação dessa Superintendência. Esta locação ocorreu

através do contrato nº 11/2011, publicado no DOU de 11 de novembro de 2011, com vigência de 10/10/2011 a 09/10/2018, colocando o valor anual deste contrato em R\$41.950,68 (Quarenta e um mil novecentos e cinquenta reais e sessenta e oito centavos).

- **3879 – São Félix**

No Município de São Félix-BA, durante o exercício de 2017, permaneceram locados dois imóveis, objetivando atender às necessidades do Centro de Artes, Humanidades e Letras e Administração Central.

O primeiro imóvel, de propriedade da Sr. Júlio Cezar Souza Vacarezza, localizado à Praça Inácio Tosta, nº. 01 – São Félix-BA, foi locado para o funcionamento da Residência Universitária do Centro de Artes, Humanidades e Letras, destinado à acomodação de discentes integrantes do Programa de Permanência da UFRB, em função da indisponibilidade de espaço físico para a instalação da referida residência. Esta locação ocorreu através do contrato nº. 06/2012, publicado no DOU de 19 de outubro de 2012, cuja vigência está de 10/09/2012 a 09/09/2018, com valor anual deste contrato de R\$ 129.016,80 (cento e vinte e nove mil dezesseis reais e oitenta centavos).

O segundo imóvel, de propriedade do Sr. Jorge Antonio Silva da França, localizado à Rua Cônego Côrtes, nº 110 - São Félix-BA, foi locado para o funcionamento dos Ateliês do curso de Artes Visuais do Centro de Artes, Humanidades e Letras, em função da indisponibilidade de espaço físico para a instalação dos referidos ateliês no Centro de Artes, Humanidades e Letras, bem como na cidade de Cachoeira. Esta locação ocorreu por meio do Contrato de nº 06/2013, publicado no DOU de 28/03/2013, cuja vigência é de 15/03/2013 a 14/03/2018. O valor anual deste contrato é de R\$ 60.008,88 (sessenta mil oito reais e oitenta e oito centavos)

- **3515 – Feira de Santana**

No Município de Feira de Santana manteve-se a locação de 01 imóvel em 2017, para atender às necessidades do Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade – CETENS

Contrato nº 33/2014 de propriedade do Instituto de Educação e Desenvolvimento, localizado à Avenida Centenário, nº 697 – Bairro SIM – Feira de Santana, locado para o funcionamento do Centro de Ciências e Tecnologia em Energia e Sustentabilidade – CETENS, com vigência de 20/12/2014 a 19/12/2018, publicado no DOU de 10/12/2014, com valor anual de R\$853.906,32 (oitocentos e cinquenta e três mil novecentos e seis reais e trinta e dois centavos).

- **3871 – Santo Amaro**

No Município de Santo Amaro, durante o exercício de 2017, permaneceu a locação de 01 (um) imóvel, objetivando atender às necessidades do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas e Administração Central.

O imóvel, de propriedade da Sra. Maria Elisa Teixeira de Freitas, localizado à Avenida Viana Bandeira, nº 119, Centro – Santo Amaro-BA, foi locado para o funcionamento das instalações administrativas do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas, em função da indisponibilidade de espaço físico para a instalação da referida unidade. Esta locação ocorreu através do contrato nº. 32/2016, publicado no DOU de 13 de dezembro de 2016, cuja vigência está

de 20/10/2016 a 19/10/2021, com valor anual deste contrato de R\$61.099,68 (sessenta e um mil noventa e nove reais e sessenta e oito centavos).

5.2.6 Informações sobre a infraestrutura física

A UFRB é uma instituição em processo de expansão e, por se tratar de uma universidade relativamente nova, há muitas carências de espaço físico para o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. Apesar de haver um crescimento de 47% da área construída no período compreendido entre 2009 e 2016, as limitações de infraestrutura têm prejudicado o desenvolvimento das atividades de ensino e pesquisa, comprometendo também as parcerias.

Hoje existem limitações referentes às atividades do Centro de Ciências Agrárias Ambientais e Biológicas, relativas à área de produção vegetal, dificultando as práticas de ensino e pesquisa. Um dos graves problemas enfrentados pela referida área de conhecimento é a falta de sistemas de irrigação de quadras experimentais e dos viveiros destinados às atividades didáticas e de pesquisas. Além deste podemos apontar outras carências de infraestrutura como: Construção de depósito de 12,0 m² para guardar peças, ferramentas e materiais utilizados na manutenção e conservação das máquinas do setor, escavação de tanques para armazenamento de água e alimentação de sistemas de irrigação para possibilitar a implantação de projetos de área de produção vegetal nos meses de estiagem.

No caso dos centros novos (CECULT e CETENS) as questões de infraestrutura são as mais difíceis, pois as duas unidades funcionam em espaços alugados ou cedidos, mas que necessitam de grandes intervenções. O CETENS, por meio do Edital de Chamamento Público 01/2015 de 03.12.2015, tornou público o interesse em obter, por meio de doação não onerosa, no município de Feira de Santana, imóvel para instalação definitiva do seu campus. Houve um interessado em fazer a doação para a área do campus, contudo, não foram consignados créditos na LOA para realização das obras de construção dos equipamentos necessários ao funcionamento do referido centro de ensino.

O objetivo da expansão e melhoria da infraestrutura dos campi tem por finalidade a criação de novos equipamentos acadêmicos e administrativos, com consequências sobre a melhoria da funcionalidade e do desenvolvimento das atividades dos Centros.

No Centro de Humanidades Artes e Letras, em Cachoeira – BA, foi integrada a área construída de 3.103,65m² em terreno com área de 1.525m² do imóvel do INSS, localizado à Rua Coronel João Severino da Luz Neto, nº 02, Centro, CEP 44.360-970, São Félix, Estado da Bahia, adquirido do próprio INSS. Também, ainda se encontra em andamento o processo para aquisição do imóvel multirresidencial, localizado à Rua Virgílio Reis, s/n, centro, CEP 44.300-970, Cachoeira - BA, com área construída de 682,80m², em terreno com área total de 981m² com vistas a servir como residência estudantil, entretanto esbarra-se na falta de orçamento a concretização destas ações.

Colocar em funcionamento o imóvel adquirido do INSS é de suma importância para o Centro de Artes Humanidades e Letras - CAHL tendo em vista a carência de espaços de ensino e pesquisa enfrentados pelo centro

O Centro de Ciências da Saúde - CCS recebeu um novo pavilhão, o prédio de laboratórios, para as atividades de ensino, em curto e médio prazos. Em 2018 há a previsão de recebimento de mais uma obra que abrigará a biblioteca setorial e o auditório - dois espaços essenciais para a dinamização das atividades acadêmicas.

É possível verificar que a infraestrutura da UFRB vem evoluindo com novos prédio sendo entregues, novas unidades sendo disponibilizadas para a comunidade acadêmica entretanto a diminuição do orçamento de investimento dos últimos exercícios vem impossibilitando a que a instituição alcance um nível satisfatório de espaços físicos para a realização de suas atividades.

5.3 GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

a) Descrição sucinta do Plano Estratégico de TI (PETI) e/ou Plano Diretor do TI (PDTI), apontando o alinhamento destes planos com o Plano Estratégico Institucional.

Foi criada uma comissão através da portaria 721 de 23/08/2016 para criação do PDTI, entretanto, não houve reunião.

b) Descrição das atividades do Comitê Gestor de TI, especificando sua composição, quantas reuniões ocorreram no período e quais as principais decisões tomadas.

O Comitê de Governança Digital - CGD, não realizou reuniões nem emitiu decisões neste ano, sendo composto por:

- Vice-Reitor;
- Pró-Reitor de Administração;
- Pró-Reitor de Planejamento;
- Pró-Reitor de Graduação;
- Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação, Criação e Inovação;
- Pró-Reitor de Extensão;
- Coordenador de Tecnologia da Informação;
- Representante indicado pelo Fórum de Gerentes Técnico Administrativo;
- Representante acadêmico indicado pelo Fórum de Diretores de Centro.

c) Descrição dos principais sistemas de informação da UPC, especificando pelo menos seus objetivos, principais funcionalidades, responsável técnico, responsável da área de negócio e criticidade para a unidade.

- SIPAC – Sistema integrado de Patrimônio, Administração e Contratos – oferece operações fundamentais para a gestão das unidades responsáveis pelas finanças, patrimônio e contratos, sendo, portanto, atuante nas atividades meio dessa instituição. O sistema SIPAC integra totalmente a área administrativa desde a requisição (material, prestação de serviço, suprimento de fundos, diárias, passagens, hospedagem, material informacional, manutenção de infraestrutura) até o controle do orçamento. Além das requisições e do controle orçamentário, o SIPAC controla e gerencia: compras, licitações, boletins de serviços, liquidação de despesa, manutenção das atas de registros de preços, patrimônio, contratos, convênios, obras, manutenção do campus, faturas, bolsas e pagamento de bolsas, abastecimento e gastos com veículos, memorandos eletrônicos, tramitação de processos dentre outras funcionalidades. O sistema foi desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e, atualmente, é mantido pela equipe de servidores da Coordenadoria de TI, que concluiu sua implantação em agosto de 2017.
- SIGRH – Sistema de Gestão de Pessoal – contempla os módulos associados a assuntos de administração, desenvolvimento e capacitação dos servidores da instituição, onde cito os módulos de férias, integração com Sistema de Governos - SIAPE, frequência, comissões, capacitação, declarações, dimensionamento, banco de vagas, entre outros. O sistema foi

desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e, atualmente, é mantido pela equipe de servidores da Coordenadoria de TI, que concluiu sua implantação em agosto de 2017.

- SIGAA – Sistema de Gestão Acadêmica – que trata de assuntos relacionados a área fim, como gestão dos cursos de graduação e pós-graduação (lato e stricto), ações extensão, a pesquisa, nas modalidades presencial e a distancia, além de disponibilizar portais específicos para: reitoria, professores, alunos, tutores de ensino a distância, coordenações e comissões de avaliação institucional e docente. O sistema foi desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e, atualmente, é mantido pela equipe de servidores da Coordenadoria de TI, que concluiu sua implantação em agosto de 2017.
- SIGPP - Sistema de Gestão de Planejamento das Unidades – apoia o processo de planejamento institucional permitindo gerenciamento das metas pretendidas, anualmente, pelas unidades estratégicas da instituição. Essas metas servirão para realização do planejamento anual realizado. . O sistema foi desenvolvido pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN e, atualmente, é mantido pela equipe de servidores da Coordenadoria de TI, que concluiu sua implantação em dezembro de 2015.
- Pergamum: Sistema de gerenciamento de bibliotecas, implantado a mais de 05 anos na UFRB, trata do registro do acervo e empréstimos de itens. É mantido através de contrato específico com a Associação Paranaense de Cultura.
- ProSel – Sistema de apoio aos processos seletivos da Pró-Reitoria de Graduação, que fornece capacidade classificação e convocação de candidatos. O sistema é desenvolvido e mantido pela equipe de servidores da Coordenadoria de TI.

d) Descrição do plano de capacitação do pessoal de TI, especificando os treinamentos efetivamente realizados no período:

Não existe um plano de capacitação específico para TI, e os servidores da área estão incluídos no Plano de Capacitação institucional - PACAP. Oportunamente, com base em demandas oriundas de projetos, incluímos o servidor em treinamentos específicos, porém, por falta de recursos, não houve capacitação no ano de 2017.

e) Descrição de quantitativo de pessoas que compõe a força de trabalho de TI, especificando servidores/empregados efetivos da carreira de TI da unidade, servidores/empregados efetivos de outras carreiras da unidade, servidores/empregados efetivos da carreira de TI de outros órgãos/entidades, servidores/empregados efetivos de outras carreiras de outros órgãos/entidades, terceirizados e estagiários.

O Quadro de servidores de TI é formado de 15 analistas, 05 técnicos, 03 assistentes em administração e 01 auxiliar em administração, todos do quadro da instituição, com apoio de 03 terceirizados do contrato administrativo gerenciado pela Pró-Reitoria Administrativa.

f) Descrição dos processos de gerenciamento de serviços TI implementados na unidade, com descrição da infraestrutura ou método utilizado.

A unidade de Atendimento está em preparação para atuar como Central de Serviços, onde já executa as atividades de:

- Registro e classificação de requisições levando em conta o impacto e urgência

- Restabelecimento, o mais rápido possível, dos serviços com o mínimo de impacto para que sejam cumpridos os acordos de nível de serviço.
 - Atualização de usuários sobre o status de suas solicitações.
- h) Descrição dos projetos de TI desenvolvidos no período, destacando os resultados esperados, o alinhamento com o Planejamento Estratégico e Planejamento de TI, os valores orçados e despendidos e os prazos de conclusão.

No ano de 2017 foram executados os seguintes projetos:

- Implantação dos módulos de Graduação e Pós do SIG em substituição do sistema existente, o que permitiu a melhoria dos serviços prestados, e atendimento de meta estabelecida no PDI de implantação dos mesmos
- i) Medidas tomadas para mitigar eventual dependência tecnológica de empresas terceirizadas que prestam serviços de TI para a unidade.

Durante a execução do contrato foram realizadas rotinas de acompanhamento técnico, transferência de conhecimento/tecnologia entre contratada e contratante a fim de assegurar o conhecimento técnico necessário para manutenção do sistema após a finalização do contrato. O sucesso do procedimento foi comprovado com a continuidade da manutenção dos sistemas pela equipe interna.

5.4 GESTÃO AMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

As informações a seguir relacionadas têm por finalidade informar sobre a gestão ambiental e sustentabilidade da unidade prestadora da conta:

- a) Visão geral da política de sustentabilidade ambiental adotada pela unidade.

O atual contexto social, ambiental e político, no qual as pessoas e instituições estão inseridas, convoca, insistentemente, para uma responsabilidade maior com o consumo dos recursos de toda ordem.

Desse modo, com o propósito de aperfeiçoar as políticas voltadas para o meio ambiente, a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) tem como proposta um sistema de gestão mais sustentável com a elaboração do Plano de Logística Sustentável (PLS). Tal plano tem como objetivo minimizar as questões socioambientais nos *campi*, reduzindo o consumo dos recursos utilizados, elevando a qualidade de vida da comunidade acadêmica e minimizando os impactos ao meio ambiente.

Nesse sentido, a UFRB busca, por meio de ações e iniciativas que constam no PLS, adotar práticas que visem à racionalização e sustentabilidade das despesas da Instituição, como também busca promover ações voltadas para a comunidade acadêmica com o objetivo de incentivar a cultura da sustentabilidade.

- b) Se a unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)

A UFRB não participa.

- c) Se na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto 5.940/2006

A UFRB adota a política de separação dos resíduos recicláveis, possuindo em todos os *campi* coletores de lixo que permitem tal separação, além de possuir cláusula nesse sentido nos contratos de limpeza, conservação e asseio. A UFRB, por meio da Coordenadoria de Licitação e Compras/PROAD, realizou em 26 de abril de 2017 a primeira Chamada Pública sob a modalidade Compra Institucional do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, prevista no Decreto 7.775/2012. A compra dispensou a licitação e teve como objeto a aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela Agricultura Familiar e suas organizações, empreendedores familiares rurais e demais beneficiários da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006. Os alimentos adquiridos foram destinados a suprir as demandas regulares do Restaurante Universitário, localizado no campus de Cruz das Almas.

A aquisição dos alimentos atendeu ao disposto no Decreto nº 8.473/2015, bem como ampliou as oportunidades de mercado para os agricultores familiares, assentados da reforma agrária, silvicultores, aquicultores, extrativistas, pescadores artesanais, comunidades indígenas e integrantes de comunidades remanescentes de quilombos rurais e de demais povos e comunidades tradicionais, organizados em cooperativas ou outras organizações que possuem DAP pessoa jurídica.

Após a separação, os resíduos são destinados a duas associações de catadores (CataRenda em Cruz das Almas e Artemares em Feira de Santana) com as quais a UFRB possui formalizado Termo de Cooperação Técnica.

d) Se as contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto 7.746/2012 ou norma equivalente.

A partir da publicação do decreto n. 7.746/2012, a UFRB passou a adotar nos instrumentos convocatórios das licitações e nos contratos firmados, dispositivos e cláusulas que observam o quanto estabelecido no referido decreto.

e) Se a unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012; Sobre a constituição da comissão gestora do PLS de que trata o art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012; Sobre a formalização e abrangência do PLS na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012; Indicação de onde se encontra publicado o PLS e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012); Informações sobre a publicação dos resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS no sítio da unidade na *Internet*, apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012).

A UFRB possui o Plano de Logística Sustentável, conforme estabelece o decreto n. 7.746/2012, sendo a comissão gestora instituída pela Portaria n. 886/2013 do Gabinete do Reitor.

O Plano de Logística Sustentável da UFRB é fruto de um dedicado trabalho de servidores de diversos setores que, ao unirem suas forças e conhecimentos, buscaram produzir um documento que norteasse todo um processo de gestão pública mais sustentável, com a finalidade de desempenhar na Instituição práticas que reduzissem os impactos socioambientais.

As ações do PLS abrangem todos os *campi* da UFRB, sendo possível verificar nas avaliações a redução no consumo e adoção de práticas sustentáveis. O PLS consta disponível no *website* <https://www.ufrb.edu.br/logisticasustentavel/index.php/plano-de-logistica-sustentavel>, sendo que a avaliação de 2015 ainda está em fase de publicação.

f) Análise crítica da atuação da unidade quanto ao tema.

O Núcleo de Logística Sustentável vinculado à Coordenadoria de Serviços Operacionais, em sua atuação conjunta com os diversos setores da UFRB, possui o grande desafio de envolver e mobilizar toda a comunidade acadêmica para o objetivo principal, que é uma política de práticas sustentáveis em todos os procedimentos da instituição. Essa atuação visa firmar este instrumento norteador, o PLS, como uma agenda da Universidade, e implementar as ações nele contidas.

É possível perceber na execução das atividades sobre sustentabilidade ambiental que há nos servidores a carência de uma visão crítica do assunto, no que tange às ações de coletas, iniciativas (desligar os interruptores, aparelhos de ar condicionado e monitores dos computadores quando saem da sala, etc.) ou ações desenvolvidas em prol do tema. Há também uma necessidade de incluir a sustentabilidade ambiental na Agenda da Instituição, que servirá de fio condutor por onde todas as ações da Universidade deverão passar.

6 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

6.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia dispõe de alguns canais de comunicação entre eles destacamos: a utilização do Sistema de Informação ao Cidadão e a Ouvidoria. Estes funcionam, perspectivamente, com a finalidade de responder perguntas dos usuários-cidadãos, aumentando o relacionamento entre a Instituição e os cidadãos e contribuindo para a efetivação da transparência das informações públicas e de acolher as diferentes manifestações dos cidadãos-usuários contribuindo para o controle social e a transparência passiva.

A Ouvidoria foi criada, através da portaria nº426/2013, de 28 de março de 2013, atendendo a necessidade de uma estrutura organizacional que acolhesse melhor as necessidades de relacionamento com a sociedade de forma democrática e participativa e capaz de acompanhar à gestão Universitária.

Além das atividades rotineiras de receber e responder manifestações diversas a Ouvidoria nesta IFES, organizou no ano de 2017 o formulário de satisfação do usuário que desde o segundo semestre tem sido encaminhado para todos os manifestantes quando encerradas as manifestações.

Nesta universidade é possível ter acesso ao Serviço de Acesso à Informação através do link na página da Universidade para o sistema e-sic, por carta e presencialmente. Da mesma forma se dá o acesso à Ouvidoria para registro de manifestações acrescentando-se a possibilidade de envio de e-mail e pelo sistema E-Ouv.

A fim de analisar o desempenho da Unidade durante o ano de 2017, foram criadas algumas tabelas que nos fornecem alguns indicadores e através de um estudo comparativo como os indicadores de 2016, podemos compreender o crescimento do grau de confiabilidade dos usuários-cidadãos no trabalho da Ouvidoria, a satisfação provocada pela utilização de um sistema administrativo.

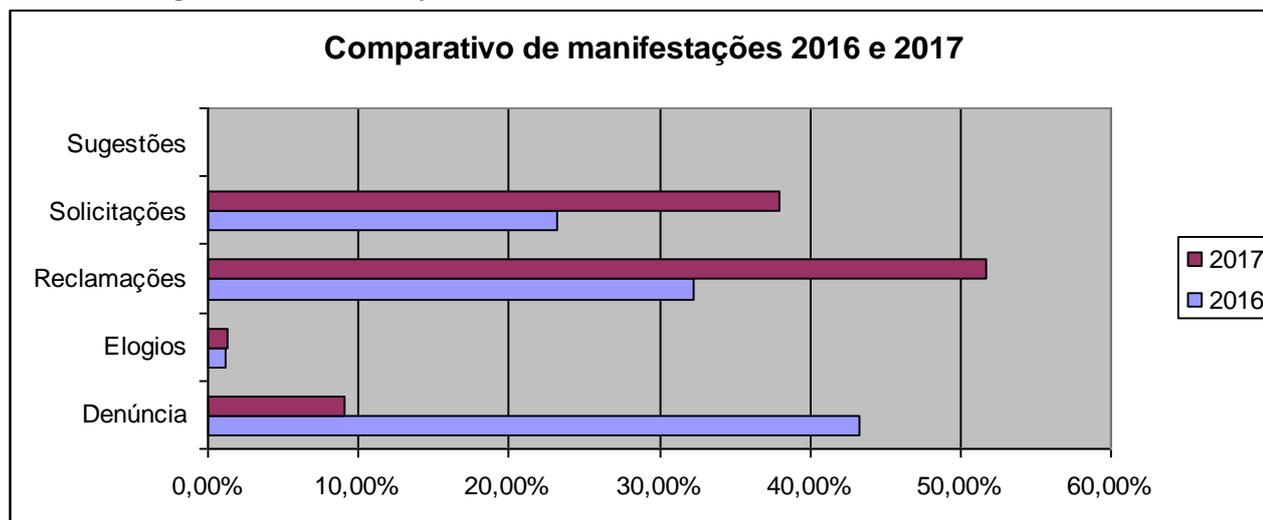
Durante o ano de 2015 a Ouvidoria Geral registrou 110 manifestações e 164 em 2016. Isto significa um acréscimo de 49% nas demandas acolhidas.

Tabela 07: Classificação quanto ao tipo de demanda registrada 2015 e 2016

Tipo de manifestação	2015	2016
Reclamação	38,19%	32,30%
Denúncia	21,81%	43,30%
Elogio	1,81%	1,20%
Sugestão	1,81%	0,00%
Solicitação	36,36%	23,20%
Total de manifestações registradas	110	164

Fonte: Gabinete/Ouvidoria

Gráfico 2: Comparativo das manifestações acolhidas em 2016 e 2017



Fonte: Gabinete/Ouvidoria

Ao analisarmos a tabela, podemos perceber um decréscimo no percentual de reclamações, solicitações, elogios e sugestões e acréscimo no percentual de denúncias no ano de 2016. Ao analisarmos o gráfico 1 que compara os tipos de manifestações recebidas pela Ouvidoria durante os anos de 2016 e 2017 percebemos que solicitações e reclamações mantiveram-se em nível crescente, elogios e sugestões mantiveram os índices anteriores e houve a diminuição expressiva nos registros das denúncias.

Para prosseguirmos a análise é importante conhecermos melhor cada conceito. De acordo com o Manual para Ouvidores Federais, confeccionado pela Ouvidoria Geral da União há diferença entre reclamação e solicitação. A reclamação manifesta insatisfação ou protesto sobre um serviço prestado, ação ou omissão da administração e/ou servidor público, considerado ineficiente, ineficaz ou não efetivo. Este conceito abrange também as críticas. Enquanto por solicitação entende-se uma manifestação em que o objeto e o sujeito são claramente definidos, também podendo indicar insatisfação; deve conter, necessariamente, um requerimento de atendimento ou serviço a ser prestado pela Administração. Pode se referir também a uma solicitação material ou não (por exemplo: material de divulgação; pedido de reajuste salarial; ou, no caso da saúde, pedido de medicamento, ou intervenção do órgão em uma determinada situação). E, finalmente, entende-se por denúncia a comunicação de irregularidades ocorridas na administração pública ou de exercício negligente ou abusivo dos cargos, empregos e funções. É também comunicação de infrações disciplinares ou prática de atos de corrupção, ou improbidade administrativa, que venham ferir a ética e a legislação.

Quando analisamos as manifestações registradas em 2016 concluímos que parecia haver um equivoco conceitual no registro das manifestações. No relatório de 2016 chamamos atenção para o elevado número de denúncias registradas:

“Analisando o conceito de cada tipo de manifestação e os conteúdos das manifestações registradas ao longo do ano de 2016, percebemos que há um equivoco conceitual no momento em que são registradas algumas manifestações. Muitas manifestações registradas como denúncia tratam-se, na verdade, de reclamações, refletindo apenas o desejo de que sejam solicitadas providências por parte da Administração Pública. Infelizmente durante o ano de 2016, não era possível, através do sistema, alterar o tipo de denúncia, para que fosse mais fiel as características do texto manifestado. Está alteração passou a ser possível e poderá

transformar o relatório de 2017 em um texto com dados mais fidedignos aos conteúdos das manifestações.”(relatório de gestão da Ouvidoria 2016)

A hipótese apresentada em 2016 foi confirmada nos registros do ano de 2017. O número de denúncias registradas caiu para 9%. Em contrapartida elevaram-se os registros de reclamações e solicitações, respectivamente de 32,30% para 51,70% e de 23,20% para 38%.

Por fim, não entendemos que o aumento na quantidade de denúncias, reclamações e solicitações seja suficiente para concluirmos que há um grande número de usuários-cidadãos insatisfeitos com os serviços oferecidos pela Universidade. Dada a disparidade entre reclamações, denúncias e solicitações comparadas com elogios e sugestões, podemos concluir que ainda impera o entendimento de que a Ouvidoria seja apenas o lugar para registrar queixas, solicitar garantia de direitos e denunciar irregularidades.

A Ouvidoria entende que somente através de campanhas explicativas sobre o trabalho da Ouvidoria, por meio de internet, distribuição de panfletos, exposição de banners e participação da Ouvidoria em eventos da Universidade explicando o funcionamento e papel do órgão poderá modificar a cultura de que o espaço da Ouvidoria é apenas para manifestar denúncias e reclamações. Ademais se faz necessário, também a compreensão conceitual de cada tipo de manifestação.

Em 2016 foram registrados 50% a mais manifestações que no ano anterior, quando foram registradas 110 manifestações. Após adesão ao Sistema de Ouvidorias Federais foi possível o registro de todas as manifestações acolhidas pela Ouvidoria no sistema E-OUV, que assim como o E-SIC ajuda no gerenciamento das manifestações e garante o controle quanto ao prazo para respostas, facilitando o contato com os cidadãos-usuários. Durante o ano de 2015 a Ouvidoria Geral registrou 110 manifestações. Em 2016 foram registradas 164 manifestações. Isto significa um acréscimo de 49% nas demandas acolhidas. No ano de 2017, de acordo com as informações ofertadas pelo Sistema de Ouvidorias Federais, foram registradas 254 manifestações, isto representa um aumento em 65% nas demandas acolhidas com relação ao ano anterior.

Com relação ao Serviço de Informação ao Cidadão em 2017 foram registrados 195 pedidos de acesso á informação. Não houve registros de solicitação de informação de forma presencial ou por carta no ano de 2017. Todas as solicitações foram feitas através do E-SIC.

6.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Reunindo esforços para a construção da Carta de Serviços ao usuário da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia foi publicada a portaria nº 733 de agosto de 2017. Nesta foi organizada a comissão que deveria elaborar a carta de serviços ao usuário desta universidade com base na lei nº 13.460/2017 e no decreto nº 9094/2017. O trabalho desenvolvido por esta comissão construiu a primeira versão da carta de serviços ao usuário da UFRB que esta aguardando aprovação para publicação e ampla divulgação.

6.3 AFERIÇÃO DO GRAU DE SATISFAÇÃO DOS CIDADÃOS-USUÁRIOS

Em 2015 aguardávamos a resposta da equipe de suporte do sistema E-Ouv quanto à possibilidade do envio de um formulário de satisfação de usuário através do próprio sistema. Satisfatoriamente, fomos informados que o Sistema E-Ouv disponibilizava um formulário com este objetivo que poderia ser preenchido pelo cidadão-usuário quando a manifestação fosse concluída. Porém, este não é um documento obrigatório para finalização da manifestação.

Ao buscarmos as informações quanto a este indicador percebemos que nenhum manifestante preencheu o formulário existente no sistema E-Ouv. A falta de resposta indicava desconhecimento, por isto optamos por encaminhar aos manifestantes no ano de 2017, um link para preenchimento de um formulário de satisfação criado pela Ouvidoria Geral desta Universidade, com uma exposição de motivos quanto a importância do preenchimento.

Estamos atentos, também, quanto às solicitações presenciais, por isto temos alguns formulários impressos na sala da Ouvidoria, para preenchimento presencial.

O formulário possui as mesmas questões encaminhadas no relatório anterior ao Tribunal de Contas da União. Para reforço, segue o modelo do relatório.

Ilustração 02: Modelo de questionário de satisfação do Usuário-Cidadão

Modelo - Questionário de satisfação do Usuário-Cidadão				
1. Qual o meio de comunicação utilizado para formalização de manifestação na Ouvidoria?				
Site	Mensagem eletrônica		Presencial	
2. Você procurou o órgão ou setor envolvido na manifestação, antes de recorrer à Ouvidoria-Geral da UFRB?				
Sim		Não		
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		
3. Você já sofreu algum constrangimento do órgão ou setor envolvido na manifestação por ter procurado à ouvidoria-Geral da UFRB?				
Sim		Não		
<input type="checkbox"/>		<input type="checkbox"/>		
4. Assinale seu vínculo com a universidade				
Professor	Téc. Administrativo	Aluno	Terceirizado	Sem vínculo

5. Assinale o grau de satisfação em relação aos itens abaixo:				
a) Facilidade de acesso ao site da ouvidoria				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso
b) Clareza na apresentação dos itens do questionário no sistema				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso
c) Facilidade de acesso ao endereço eletrônico da Ouvidoria				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso
d) Tempo de resposta á sua solicitação				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso
e) Solução da solicitação pelo setor envolvido				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso
f) Atendimento/tratamento recebido do setor envolvido				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso
g) Acompanhamento do processo pela Ouvidoria				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso
h) Atendimento/tratamento recebido da equipe da Ouvidoria				
Ótimo	Bom	Regular	Péssimo	Não uso

Fonte: Gabinete/Ouvidoria

Como resultado da pesquisa de satisfação que é realizada com os usuários ao finalizarmos as manifestações foi produzida uma planilha. Destacamos

que ainda é insipiente o volume de usuários que respondem ao questionário de satisfação posto que ele não é de caráter obrigatório. Apenas três usuários responderam ao formulário de satisfação.

6.4 MECANISMOS DE TRANSPARÊNCIA DAS INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE A ATUAÇÃO DA UNIDADE

O endereço do Portal da UFRB na internet é www.ufrb.edu.br. O portal da UFRB dá acesso aos links da área de Acesso à Informação que possui, dentre outras informações:

- Estrutura Organizacional
- Competências
- Legislação
- Cargos e Responsáveis
- Agenda de Autoridades
- Horários de Atendimento
- Auditorias
- Despesas
- Servidores
- Licitação e Contratos
- Convênios
- Ações e Programas

Ilustração 03 – Localização da área de Acesso à Informação no Portal da UFRB



Fonte: ASCOM

6.5 MEDIDAS PARA GARANTIR A ACESSIBILIDADE AOS PRODUTOS, SERVIÇOS E INSTALAÇÕES

6.5.1 Do ponto de vista da infraestrutura

Buscamos planejar e executar a urbanização dos espaços públicos dos Campi de forma a torná-los acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, entretanto algumas áreas dos campi da UFRB não estão plenamente urbanizadas e mesmo algumas etapas do planejamento inicial ainda não foram executadas, a exemplo dos acessos a algumas edificações e áreas de estacionamento. Existem ainda remanescentes de infraestruturas antigas, anteriores a criação da UFRB que não são plenamente acessíveis e houve o acréscimo de dois novos campi, bem como a utilização de espaços alugados, tornando apenas parcial o atendimento a este quesito. Os estacionamentos planejados para os campi da UFRB possuem a previsão de vagas para pessoas com deficiência e idosos, entretanto algumas delas não estão adequadamente sinalizadas.

As edificações novas projetadas desde a criação da UFRB já prevêm elementos que as tornem acessíveis, entretanto mesmo estas atendiam as normatizações anteriores a 2015, e desde a atualização da NBR 9050-2015 necessitam de ajustes. Saliento que a UFRB dispõe de edificações

antigas, anteriores a sua criação, e que nestes casos não foi possível garantir a plena acessibilidade, tendo sido alvo de intervenções a medida da sua importância no afluxo de pessoas e atendendo a disponibilidade financeira. Em alguns municípios foi necessário alugar imóveis para funcionamento de atividades acadêmicas e nestes casos também não foi possível contratar imóveis que atendessem plenamente os requisitos de acessibilidade. O que podemos informar é que os requisitos de acesso ao interior das edificações, itinerários internos, existência de sanitários acessíveis e o planejamento dos auditórios e seus lugares vem sendo atendido na maioria dos casos.

Da mesma forma, os projetos dos de passeios novos dos Campi da UFRB prevêm piso tátil e rebaixamento de calçadas com rampas para acesso por cadeirantes, as edificações novas com mais de um pavimento possuem elevadores ou rampas, conforme norma da ABNT. As edificações da UFRB existentes cujos compartimentos para sanitários destinados a pessoas com deficiência não possuem ainda uma entrada independente deverão passar por adaptações nos próximos anos, sendo que algumas delas já possuem projeto elaborado para a adaptação. Os serviços de instalação de sinalização tátil nos pavilhões de aulas já estão em andamento e serão concluídos no exercício de 2018.

Destacamos a contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de elevadores o que garantirá o funcionamento dos equipamentos continuamente, também está prevista de instalação de elevador no prédio da reitoria o que deve ocorrer no primeiro semestre de 2018.

Por fim informamos que dentro das atribuições desta Superintendência não consta a realização de atividades relativas a “normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas.” Questões relativas à “Acessibilidade nos Veículos de Transporte Coletivos”, “Acessibilidade nos Sistemas de Comunicação e Sinalização” e “Atendimento Prioritário” conforme prevê a legislação.

6.5.2 Do ponto de vista do ensino

A concepção de inclusão de pessoas com deficiência no Ensino Superior na UFRB busca contemplar a atenção das especificidades individuais de cada pessoa com deficiência ou necessidades educacionais especiais que envolvem ações que transpassem as barreiras que impossibilitam o acesso e a permanência nos cursos de graduação da UFRB.

A Pró-Reitoria de Graduação no ano de 2017 buscou um olhar diferenciado para acessibilidade dos/as discentes com deficiência da instituição com apoio pedagógico, visitas aos Centros de Ensino visando apurar a aplicação das orientações dada aos/as docentes no que tange a lidar com a especificidade educacional de cada estudante.

Na “Semana Pedagógica do CETEC 2017.1”, foi realizada uma palestra com a temática: "Acessibilidade na Universidade Pública e o papel das Engenharias" atividade vinculada ao Programa de Formação Continuada para Docentes da UFRB, contribui de forma substancial para a compreensão sobre inclusão no ensino superior. Além de contribuir para formação docente, na perspectiva de que pessoas com Deficiência e Necessidades Educacionais necessitam de um olhar mais sensível não somente no que se refere às barreiras arquitetônicas, mas principalmente as barreiras atitudinais.

Em 2017, 20 estudantes com deficiência encontram-se registrados no Núcleo de Políticas de Inclusão/PROGRAD, conforme quadros abaixo, os quais relacionam a quantidade de estudantes por Curso de Graduação.

Quadro 54: Quantidade de estudantes com deficiência registrados no NUPI em 2017

Curso	2017
Pedagogia	1
Filosofia	1
Letras Libras	4
Medicina	1
Nutrição	2
Museologia	2
Cinema e Audiovisual	2
Artes visuais	1
Medicina Veterinária	2
Engenharia Sanitária e Ambiental	1
Bacharelado em Ciências Exatas e Tecnológicas	4
Licenciatura em Educação do Campo com Habilitação em Matemática	1

Fonte: PROGRAD, 2017.

7 DESEMPENHO FINANCEIRO E INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

7.1 DESEMPENHO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia não possui gerencia sobre a movimentação de seu fluxo de caixa uma vez que depende das transferências financeiras efetuadas pelo MEC e este dependendo, por sua vez, das transferências financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional.

As liberações de recursos financeiros pelo MEC são efetuadas com base na apuração da conta “Despesas Liquidadas a Pagar - cota e RAP”, em um determinado período do mês, deduzidas as disponibilidades financeira na conta limite de saque.

No início do exercício financeiro de 2017 as liberações financeiras não foram suficientes para o pagamento de todas as obrigações da UPC, entretanto os desequilíbrios entre o valor recebido e o necessário para pagamento das obrigações foram menos vultosos. Entretanto os repasses financeiros de emendas parlamentares, em alguns casos, demoram alguns meses, gerando desgastes junto a fornecedores.

Ressalta-se ainda que a restrição orçamentária imposta pela não liberação de limites de empenho gera incertezas e praticamente inviabiliza o planejamento de aquisições, dificultando o atendimento das demandas da comunidade acadêmica.

O quadro de incertezas provocado pelo contingenciamento do limite de empenho no exercício de 2017 foi agravado pelo bloqueio/sequestro do crédito orçamentário da ordem de 7.500.000,00 (Sete milhões de reais) realizado pela SOF em 15 de abril 2017. Esta foi uma novidade exclusiva do exercício de 2017, pela primeira vez, créditos orçamentários consignados na LOA foram retirados da UPC sem haver comunicação adequada. Todas estas nuances jogam por terra qualquer ação que busque adotar um processo de compras adequadamente planejado.

O cenário de defasagem orçamentária deflagrado desde 2014 vem implicando no atendimento de demandas necessárias ao regular funcionamento das atividades da UPC, os cortes orçamentários impossibilitam a substituição de equipamentos sucateados, construções de unidades acadêmicas/administrativas, manutenção de equipamentos, aquisições de material de consumo e laboratorial, livros e até mesmo ações de capacitação dos servidores.

7.2 INFORMAÇÕES SOBRE MEDIDAS PARA GARANTIR A SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA DOS COMPROMISSOS RELACIONADOS À EDUCAÇÃO SUPERIOR

7.2.1 Políticas, instrumentos e fontes de recursos para ensino, pesquisa e extensão

A manutenção financeira das atividades de ensino pesquisa e extensão desta UPC ocorre quase que exclusivamente através de recursos oriundos do Tesouro e em pequena parte por recursos oriundos de arrecadação própria e convênios. Com as restrições orçamentárias estabelecidas desde o exercício de 2014 os recursos em sua quase totalidade são destinados aos contratos de prestação de serviço continuado restando uma margem mínima para ações relativas a manutenção corretiva, pequenos reparos e aquisição de material de consumo.

Quando da elaboração da proposta orçamentária e tendo por base o montante que a UPC fará jus no orçamento do exercício são alocados recursos em diferentes ações orçamentárias, de modo a atender as diversas necessidades da instituição. No exercício de 2017 foram alocados recursos na ação 20GK - Fomento as ações de Graduação, Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão, que utilizou tanto a fonte recursos do tesouro (matriz Andifes) quanto arrecadação própria.

7.2.2 Demonstração da alocação dos recursos captados e dos resultados

No exercício de 2017 houve arrecadações apenas na fonte 250, os recursos captados foram usados prioritariamente na utilização para pagamento de auxílios e bolsas, tendo em vista que cerca de 58% dos recursos empenhados foram relativos a bolsas PIBIC e bolsas de monitoria, 17% foram repassados a Fundação de Apoio a Pesquisa e Extensão referentes a projeto de ensino e pesquisa vinculado a fazenda experimental.

Tabela 08: Execução da Arrecadação Própria no exercício 2017

Fonte Recursos	Dotação Inicial	Dotação Autorizada	Despesas Empenhadas
Diretos Arrecadados pela UFRB	567.899	567.899	401.176

Fonte: SIOP

7.3 TRATAMENTO CONTÁBIL DA DEPRECIACÃO, DA AMORTIZACÃO E DA EXAUSTÃO DE ITENS DO PATRIMÔNIO E AVALIAÇÃO E MENSURAÇÃO DE ATIVOS E PASSIVOS

A UFRB deu início ao processo de depreciação de seus bens móveis e imóveis no exercício de 2013.

A adoção do processo de depreciação tem como base norteadora as Normas Brasileiras de Contabilidade nº. T 16.9 e T 16.10, a macrofunção 020330 do Manual SIAFI que trata da depreciação, amortização e exaustão na administração direta, suas autarquias e fundações e o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público. Os critérios como base de cálculo, vida útil e valor residual dos bens que compõem o patrimônio desta Universidade tem como referencial a macrofunção 020330 do Manual SIAFI.

Porém, o registro da depreciação foi prejudicado em razão de falhas no sistema de administração de bens patrimonial adquirido pela Coordenação de Materiais e Patrimônio da UFRB, uma vez que havia erros grotescos nos cálculos da depreciação. Em razão dessa inconsistência, no exercício de 2016 foi interrompido o registro do cálculo da depreciação acumulada no SIAFI, uma vez que alguns itens do ativo imobilizado estavam ficando com saldo negativo, ou seja, o valor da depreciação já estava superando o valor do bem.

A Coordenadoria Contábil e Financeira da UFRB está aguardando a Coordenadoria de Material e Patrimônio finalizar a migração do registro de todos os bens móveis para o novo Sistema de Patrimônio Administração e Contratos - SIPAC para regularizar essas contas e dar continuidade ao processo de registro da depreciação/amortização/exaustão.

- Avaliação e mensuração de ativos

Segundo a Coordenação de Materiais e Patrimônio da UFRB foi iniciado processo de reavaliação dos bens moveis desta Universidade. Com relação aos bens imóveis a reitoria da UFRB criou através da Portaria UFRB nº. 1130/2017 um grupo de trabalho cujo objeto é fazer o mapeamento dos bens imóveis da UFRB e fazer todas as regularizações necessárias inclusive as reavaliações.

7.4 SISTEMÁTICA DE APURAÇÃO DE CUSTOS NO ÂMBITO DA UNIDADE

Estágio de apuração: No exercício foram desenvolvidas atividades no intuito de definir uma sistemática de apuração de custos. Em um primeiro momento levantaremos os custos pelos grandes grupos de despesas (pessoal, energia, telefonia, combustíveis, material de escritório, água, serviços de apoio) e pelas macro unidades (Centros de Ensino, Superintendências e Pró- Reitorias).

No tocante a estrutura organizacional atual não existe unidade administrativa cuja competência seja apurar custos as iniciativas são desenvolvidas pela Pro Reitoria de Planejamento.

A implantação dos módulos do SIG de almoxarifado pela PROAD e de pessoal pela PROGEP além da celebração de contratos de serviços de natureza continuada por unidades já permite vislumbrar com detalhes algumas despesas por unidade administrativa. Outra ganho apresentado pelo SIG é o módulo infraestrutura que possibilitará levantar os custos com manutenção corretiva por unidade administrativa.

Para Material de Consumo os relatórios gerados pelo sistema possibilitam apuração dos custos por unidade solicitante. Independente do nível hierárquico, ou seja, por núcleo, coordenação pro Reitoria, inclusive com a possibilidade de apurados para as unidades do nível hierarquicamente superior de forma consolidada, ou seja, apurar custos da Pró-Reitoria como a soma dos custos dos setores que a compõe.

7.5 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXIGIDAS PELA LEI 4.320/64 E NOTAS EXPLICATIVAS

Ilustração 04: Demonstrações Contábeis Exigidas pela Lei 4.320/64 e Notas Explicativas



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/01/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS	279.626.555,53	257.809.378,32
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições		
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	508.520,23	1.421.668,71
Venda de Mercadorias	63.989,00	87.230,88
Vendas de Produtos	5.406,71	5.954,20
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	439.124,52	1.328.483,63
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras		
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	-	-
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	278.706.567,18	250.537.543,41
Transferências Intragovernamentais	278.701.885,56	248.914.133,76
Transferências Intergovernamentais	-	1.663.141,32
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	4.681,60	268,33
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	30.098,30	5.498.105,60
Reavaliação de Ativos	4.492,34	4.822.701,40
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	13.420,14	58.725,93
Ganhos com Desincorporação de Passivos	12.185,82	616.678,27
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	381.369,82	292.060,60
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
25/01/2018

PÁGINA
2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	381.369,82	292.080,60
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS	281.474.597,71	243.090.857,46
Pessoal e Encargos	222.526.506,17	186.565.611,04
Remuneração a Pessoal	171.085.116,17	140.995.155,52
Encargos Patronais	34.042.654,22	28.391.025,77
Benefícios a Pessoal	17.398.735,78	17.179.429,75
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	7.021.584,83	4.796.113,43
Aposentadorias e Reformas	5.524.294,79	3.861.540,83
Pensões	1.465.993,82	920.271,73
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	31.296,22	14.300,87
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	35.222.195,21	34.660.797,38
Uso de Material de Consumo	3.196.306,26	1.892.891,20
Serviços	31.375.569,10	32.775.038,36
Depreciação, Amortização e Exaustão	650.319,85	192.867,82
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	100.450,08	12.968,58
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	51.019,20	12,48
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	49.430,88	12.956,50
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Concedidas	1.221.996,18	535.927,79
Transferências Intragovernamentais	1.171.456,66	535.927,79
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	50.539,52	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	-	-
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos	7.460.615,50	7.457.781,58
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	7.397.426,00	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	2.639.693,18
Desincorporação de Ativos	63.189,50	4.818.088,40



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
25/01/2018

PÁGINA
3

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

SUBTÍTULO 28351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS

	2017	2016
Tributárias	10.450,82	56.336,99
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	1.715,20	343,23
Contribuições	8.735,62	55.993,76
Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	7.910.798,92	9.005.320,27
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	7.357.978,59	8.522.558,76
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	552.820,33	482.761,51
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO	-1.848.042,18	14.718.520,86

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS

	2017	2016



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
-------------------	------------------

EMISSAO 25/01/2018	PAGINA 1
-----------------------	-------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
FLUXO \$ DE CAIXA DA \$ ATIVIDADES DA \$ OPERAÇÕES	9.440.602,76	9.524.058,14
INGRESSOS	281.177.461,77	250.030.166,83
Receitas Derivadas e Originárias	840.434,17	964.957,43
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	51.837,49	51.958,09
Receita Agropecuária	63.989,00	87.230,89
Receita Industrial	5.408,71	5.954,20
Receita de Serviços	337.831,15	527.753,66
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	381.369,82	292.060,60
Transferências Correntes Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	-	-
Outros Ingressos das Operações	280.337.027,60	249.065.209,40
Ingressos Extraorçamentários	1.635.142,02	151.075,64
Transferências Financeiras Recebidas	278.701.885,58	248.914.133,76
DESEMBOLSOS	-271.736.859,01	-240.106.108,69
Pessoal e Demais Despesas	-235.133.295,95	-210.891.674,12
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-6.544.596,94	-4.818.787,89
Trabalho	-	-
Educação	-228.123.148,36	-204.975.337,12
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-	-
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-465.550,85	-1.097.549,11
Indústria	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	28351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	28000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 25/01/2018	PAGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2017	2016
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
Transferências Concedidas	-33.795.150,46	-28.529.480,45
Intergovernamentais	-	-
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-
A Municípios	-	-
Intragovernamentais	-33.744.610,94	-28.525.399,45
Outras Transferências Concedidas	-50.539,52	-4.081,00
Outros Desembolsos das Operações	-2.808.412,60	-684.954,12
Despêndios Extraorçamentários	-1.636.955,94	-143.059,00
Transferências Financeiras Concedidas	-1.171.456,66	-535.927,79
Valores Compensados	-	-57,53
Demais Pagamentos	-	-5.908,00
FLUXO \$ DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	-9.710.029,80	-10.380.385,21
INGRESSOS	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
DESEMBOLSOS	-9.710.029,80	-10.380.385,21
Aquisição de Ativo Não Circulante	-9.572.096,03	-9.778.826,59
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-137.933,77	-601.558,62
FLUXO \$ DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	-	-
INGRESSOS	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integração do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
DESEMBOLSOS	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

EMISSÃO 25/01/2018 PÁGINA 3

VALORES EM UNIDADES DE REAL

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

	2017	2016
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-269.427,04	-456.327,07
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	6.960.902,73	7.417.229,80
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	6.691.475,69	6.960.902,73



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/01/2018	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat. Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
TOTAL DO ATIVO	207.173.035,36	207.249.357,97	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	207.173.035,36	207.249.357,97

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ATIVO FINANCEIRO	6.724.968,83	6.994.395,87	PASSIVO FINANCEIRO	32.964.611,65	32.706.311,94
ATIVO PERMANENTE	200.448.066,53	200.254.962,10	PASSIVO PERMANENTE	3.070,00	272.692,60
			SALDO PATRIMONIAL	174.205.353,71	174.270.353,43

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	20.467.293,38	18.264.214,43	SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	35.335.945,40	32.739.187,23
Execução dos Atos Potenciais Ativos	20.467.293,38	18.264.214,43	Execução dos Atos Potenciais Passivos	35.335.945,40	32.739.187,23
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Executar	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	19.672.624,41	17.469.545,46	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	-	-
Direitos Contratuais a Executar	794.668,97	794.668,97	Obrigações Contratuais a Executar	35.335.945,40	32.739.187,23
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
TOTAL	20.467.293,38	18.264.214,43	TOTAL	35.335.945,40	32.739.187,23

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO
Recursos Ordinários	-1.445.979,22
Recursos Vinculados	-24.793.663,60
Educação	-27.934.677,70
Seguridade Social (Exceto RGPS)	-4.046,89
Operação de Crédito	-350.000,00
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	4.225.741,80
Outros Recursos Vinculados a Fundos	-730.680,81
TOTAL	-26.239.642,82



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/01/2018	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA - 26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
RECEITA \$ CORRENTES	1.253.388,00	1.253.388,00	748.486,54	-504.901,46
Receitas Tributárias	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
Receitas de Contribuições	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
Receita Patrimonial	33.427,00	33.427,00	51.837,49	18.410,49
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	33.427,00	33.427,00	51.837,49	18.410,49
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
Receita Agropecuária	103.962,00	103.962,00	63.989,00	-39.973,00
Receita Industrial	4.019,00	4.019,00	5.406,71	1.387,71
Receitas de Serviços	417.783,00	417.783,00	337.831,15	-79.951,85
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	417.783,00	417.783,00	337.831,15	-79.951,85
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
Transferências Correntes	685.489,00	685.489,00	-	-685.489,00
Outras Receitas Correntes	8.708,00	8.708,00	289.422,19	280.714,19
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	75.024,73	75.024,73
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	4.161,00	4.161,00	212.605,66	208.444,66
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	4.547,00	4.547,00	1.791,80	-2.755,20
RECEITA \$ DE CAPITAL	3.414.357,00	3.414.357,00	-	-3.414.357,00
Operações de Crédito	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Alienação de Bens	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
Amortização de Empréstimos	-	-	-	-
Transferências de Capital	3.414.357,00	3.414.357,00	-	-3.414.357,00
Outras Receitas de Capital	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
25/01/2018

PÁGINA
2

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA - 26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA
ÓRGÃO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-
SUBTOTAL DE RECEITAS	4.667.745,00	4.667.745,00	748.486,54	-3.919.258,46
REFINANCIAMENTO	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	4.667.745,00	4.667.745,00	748.486,54	-3.919.258,46
DEFICIT	-	-	273.792.605,62	273.792.605,62
TOTAL	4.667.745,00	4.667.745,00	274.541.092,16	269.873.347,16
DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Resbertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
DESPESAS CORRENTES	239.785.948,00	269.419.638,00	266.236.132,72	256.612.316,22	256.281.582,19	3.183.505,28
Pessoal e Encargos Sociais	180.365.534,00	209.255.851,00	208.995.734,78	208.995.734,78	208.995.734,78	260.116,22
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	59.420.412,00	60.163.787,00	57.240.397,94	47.616.581,44	47.285.847,41	2.923.389,06
DESPESAS DE CAPITAL	15.807.550,00	15.807.550,00	8.304.959,44	3.748.310,40	3.748.310,40	7.502.590,56
Investimentos	15.807.550,00	15.807.550,00	8.304.959,44	3.748.310,40	3.748.310,40	7.502.590,56
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	-	-	-	-	-	-
RESERVA DO RPPS	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS DESPESAS	255.593.498,00	285.227.188,00	274.541.092,16	260.360.626,62	260.029.892,59	10.686.095,84
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / REFINANCIAMENTO	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA - 26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

EXERCÍCIO 2017	PERÍODO Anual
EMISSÃO 25/01/2018	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO	255.593.496,00	285.227.188,00	274.541.092,16	260.360.626,62	260.029.892,59	10.686.095,84
TOTAL	255.593.496,00	285.227.188,00	274.541.092,16	260.360.626,62	260.029.892,59	10.686.095,84

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESA \$ CORRENTE \$	1.318.031,15	9.261.578,66	8.708.522,20	8.705.785,90	140.372,19	1.733.451,72
Pessoal e Encargos Sociais	-	16.120,84	-	-	0,42	16.120,42
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	1.318.031,15	9.245.457,82	8.708.522,20	8.705.785,90	140.371,77	1.717.331,30
DESPESA \$ DE CAPITAL	12.015.386,86	4.847.853,88	5.880.583,34	5.880.583,34	46.635,86	10.936.021,54
Investimentos	12.015.386,86	4.847.853,88	5.880.583,34	5.880.583,34	46.635,86	10.936.021,54
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
TOTAL	13.333.418,01	14.109.432,54	14.589.105,54	14.586.369,24	187.008,05	12.669.473,26

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
DESPESA \$ CORRENTE \$	328.447,67	531.328,91	583.193,15	-	276.583,43
Pessoal e Encargos Sociais	66,64	-	-	-	66,64
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	328.381,03	531.328,91	583.193,15	-	276.516,79
DESPESA \$ DE CAPITAL	154.542,34	-	30.045,57	-	124.496,77
Investimentos	154.542,34	-	30.045,57	-	124.496,77
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
TOTAL	482.990,01	531.328,91	613.238,72	-	401.080,20



MINISTÉRIO DA FAZENDA
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO
2017

PERÍODO
Anual

EMISSÃO
25/01/2018

PÁGINA
1

TÍTULO	BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	26351 - UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	26000 - MINISTERIO DA EDUCACAO

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
Receitas Orçamentárias	840.434,17	964.957,43	Despesas Orçamentárias	279.158.227,27	257.030.628,48
Ordinárias	915.454,89	275.354,23	Ordinárias	71.334.317,88	75.122.221,93
Vinculadas	1.753.533,20	703.329,70	Vinculadas	207.823.909,39	181.908.406,55
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	1.753.533,20	703.329,70	Educação	206.929.684,96	174.461.631,11
(-) Deduções da Receita Orçamentária	-1.828.553,92	-13.726,50	Seguridade Social (Exceto RGPS)		3.944.798,00
			Operação de Crédito	350.000,00	
			Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	544.224,43	1.483.501,36
			Outros Recursos Vinculados a Fundos		2.018.476,08
Transferências Financeiras Recebidas	278.701.885,58	248.914.133,76	Transferências Financeiras Concedidas	1.171.456,66	535.927,79
Resultantes da Execução Orçamentária	260.491.997,57	236.626.568,23	Resultantes da Execução Orçamentária	255.745,27	7.630,94
Repasse Recebido	260.491.997,57	236.626.568,23	Repasse Concedido	255.745,27	7.630,94
Independentes da Execução Orçamentária	18.209.888,01	12.287.565,53	Independentes da Execução Orçamentária	915.711,39	528.296,85
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	15.841.280,50	11.355.841,69	Transferências Concedidas para Pagamento de RP		252.172,62
Demais Transferências Recebidas	35,40		Movimento de Saldos Patrimoniais	915.711,39	276.124,23
Movimentação de Saldos Patrimoniais	2.368.572,11	931.723,84	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-			
Recebimentos Extraorçamentários	18.493.900,59	18.387.783,07	Despesas Extraorçamentárias	17.975.963,45	11.156.645,06
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	981.521,81	1.583.417,86	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	1.067.932,85	7.001.090,47
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	15.877.236,76	16.653.289,57	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	15.271.074,66	4.006.528,26
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.635.142,02	151.075,64	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	1.636.955,94	143.059,90
Outros Recebimentos Extraorçamentários	-	-	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	5.986,43
			Valores Compensados		57,53
			Demais Pagamentos		5.908,90
Saldo do Exercício Anterior	6.960.902,73	7.417.229,80	Saldo para o Exercício Seguinte	6.691.475,69	6.960.902,73
Caixa e Equivalentes de Caixa	6.960.902,73	7.417.229,80	Caixa e Equivalentes de Caixa	6.691.475,69	6.960.902,73
TOTAL	304.997.123,07	275.684.104,06	TOTAL	304.997.123,07	275.684.104,06

8 CONFORMIDADE DA GESTÃO E DEMANDAS DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE

8.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Em 2017 não houve acórdãos exarados para a UFRB que constassem determinação/recomendação/orientação. No que tange aos acórdãos em acompanhamento, destaca-se o acórdão 1410/2015-TCU-Plenário que determinava acompanhamento do mandado de segurança impetrado por um servidor da UFRB, o qual foi denegado através da Apelação Cível n. 2008.33.00.018532-2/BA, conseqüentemente incorrendo a exoneração do servidor empossado por força daquele mandado de segurança. Tal exoneração foi oficializada por meio da portaria nº 417 de 12/05/2017 e publicada no Diário Oficial da União nº 93 de 17/05/2017. Dessa forma, encerra-se o acompanhamento dessa determinação, constando como determinação atendida, restando ainda pendentes de atendimento completo 3 determinações/recomendações originadas em anos anteriores, conforme detalhado nos quadros abaixo.

O acompanhamento das deliberações do TCU para a UFRB é feito pela unidade de Auditoria Interna, com base em arquivos físicos e virtuais constantes na unidade, operacionalizado pelo Núcleo de Acompanhamento e Controles Internos integrante na Auditoria Interna, que conta com uma servidora, um computador e arquivo compartilhado para toda a unidade da Auditoria Interna.

Segue abaixo quadro contemplando os acórdãos e respectivos detalhamentos que ainda permanecem pendentes de atendimento.

Quadro 55: Caracterização da Determinação do TCU

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO DO TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
024.073/2013-0	3146/2013 – TCU - Plenário	9.2	Of. 2301/2014-TCU/SECEX-BA	12/11/2014
Órgão/Entidade/ Subunidade destinatária da Determinação				
UFRB/ Gabinete da Reitoria/ Auditoria Interna				
Descrição da Determinação				
“9.1. Dar ciência à UFRB que foram constatadas as seguintes não conformidade com relação ao Decreto 3.591/2000 e IN-SFC 01/2001: estrutura da unidade de auditoria interna: a Auditoria Interna da UFRB, para usufruir de independência suficiente para o cumprimento de sua missão, deve ser subordinada ao Conselho Universitário da UFRB, constatando esta circunstância no Estatuto da Ifes, para assim se dar cumprimento ao preceituado no art. 15, §§3º e 4º, do Decreto 3.591/2002, alterado pelo Decreto 4.304/2002, e na IN-SFC 01/2001 (Capítulo 10, item 8); 9.2 – Recomendar a UFRB que: 9.2.1- a competência do Conselho Universitário da UFRB para aprovar o regulamento da auditoria interna deve estar no Estatuto da Ifes; 9.2.2 – adapte seus regulamentos às normas do IIA, no que concerne à auditoria interna; 9.2.3- inclua em seus planejamentos uma política de desenvolvimento de competências para os auditores internos, com garantia orçamentária para sua execução permanente; 9.2.4- adote gestão de riscos em seus planejamentos, que garanta à auditoria interna um adequado acompanhamento da gestão, sem o que os resultados da Ifes podem não ser efetivos; 9.2.5 – inclua em seus regulamentos, normas atribuindo competência ao Conselho Universitário da UFRB para aprovar o planejamento da auditoria interna (Paint e Raint).”				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
Permanece ainda pendente de atendimento os itens: 9.2.1- A alteração do Estatuto da IFES incluirá outros pontos que ainda encontram-se em discussão nos conselhos superiores da Instituição, desta forma, aguarda-se fechamento das discussões para atualização do Estatuto da UFRB de uma só vez; 9.2.3- inclua em seus				

planejamentos uma política de desenvolvimento de competências para os auditores internos, com garantia orçamentária para sua execução permanente (ainda não foi implementada essa política pela alta gestão); 9.2.4- adote gestão de riscos em seus planejamentos, que garanta à auditoria interna um adequado acompanhamento da gestão, sem o que os resultados da Ifes podem não ser efetivos (A auditoria Interna já executou o PAINT 2017 com base na matriz e mapa de riscos das atividades da auditoria interna, assim como elaborou o PAINT 2018 baseado nos riscos constantes naqueles documentos. No que tange à matriz de risco da UFRB, há um grupo de trabalho em ação para que a mesma possa ser elaborada em 2018).

Fonte: Auditoria Interna

Quadro 56: Caracterização da Determinação do TCU

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO DO TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
015.886/2009-9	3193/2012 – TCU - Plenário	9.3	Of. 850/2012-TCU/SECEX-BA	06/06/2012
Órgão/Entidade/ Subunidade destinatária da Determinação				
UFRB/ Gabinete da Reitoria/ Superintendência de Implantação e Espaço Físico				
Descrição da Determinação				
“9.3. determinar à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) que faça constar, no seu próximo relatório de gestão, informações sobre o andamento dos processos de expurgos dos itens que contém valores elevados, na composição do BDI dos contratos oriundos das Concorrências nºs 01/08, 02/08, 04/08, 08/08;”				
Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas				
<p>Quanto ao que segue relatado no item 9.3 desse acórdão tem-se as seguintes informações:</p> <p>Da empresa Belmar Construções LTDA no marco do Contrato nº 32/2008 e pela via do processo 23007.007337/2009-20 (concorrência 02/08) foi retido R\$ 85.593,99, por conceitos de Expurgo de Índices Indevidos que compõe a taxa de BDI; Da empresa Construquali Engenharia LTDA no marco do Contrato nº 01/2009 por via do processo nº 23007.005956/2010-13 foi retido o valor de R\$ 133.376,28, por conceitos de Expurgo de índices indevidos que compõe a taxa de BDI; Da empresa Lec Lessa no marco do Contrato 01/2009 e pela via do processo 23007.009723/2010-90 foi retido R\$ 26.386,85 a título de reequilíbrio econômico financeiro mediante deferimento do pedido da empresa no processo de número 23007.008971/2010-13, que foi alvo de retenção a título de expurgo de BDI, permanece em tramitação judicial a cobrança do valor R\$ 80.235,92, totalizando o valor de R\$ 106.622,77 que foi apurado como montante devido de expurgo de BDI.</p>				

Fonte: Auditoria Interna

Quadro 57: Caracterização da Determinação do TCU

CARACTERIZAÇÃO DA DETERMINAÇÃO DO TCU				
Processo	Acórdão	Item	Comunicação Expedida	Data da Ciência
032.458/2011-8	430/2016- Plenário	9.1	Of. 525/2016-TCU/SECEX-BA	18/03/2016
Órgão/Entidade/ Subunidade destinatária da Determinação				
UFRB/ Gabinete da Reitoria				
Descrição da Determinação				
Determinar à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU que, no prazo de 180 dias, conclua e remeta à Controladoria Geral da União os processos de Tomada de Contas Especial instaurados para apurar os fatos, quantificar os danos, identificar os responsáveis e obter o				

respectivo ressarcimento relativos ao Contrato 032/2009 firmado com a MVA Construções e Incorporações Ltda. e ao Contrato 08/2009, firmado com a Paraguaçu Engenharia Ltda.

Justificativa do não cumprimento e medidas adotadas

Foi remetida à CGU, para providências previstas na Instrução Normativa do TCU nº 71/2012, e posterior encaminhamento ao TCU a conclusão das TCE's relativas ao Contrato 032/2009 firmado com a MVA Construções e Incorporações Ltda. e ao Contrato 08/2009, firmado com a Paraguaçu Engenharia Ltda, através dos ofícios nº398/2016-GR (referente ao contrato 032/2009 – MVA Construções) e nº130/2017-GR (referente ao contrato 08/2009 – Paraguaçu Engenharia). Tendo em vista despacho da CGU nº1376/2017 retornando a TCE do contrato 08/2009 (Paraguaçu) foi encaminhada as providências tomadas pela UFRB, em atendimento àquele despacho, por meio do ofício nº466/2017. O TCU/ Secex-BA foi comunicado desses encaminhamentos por meio dos ofícios nº 131/2017-GR e nº 474/2017-GR.

Fonte: Auditoria Interna

8.2 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Durante o exercício de 2017 não foram emitidas recomendações pela CGU para a UFRB. Manteve-se apenas o acompanhamento das recomendações emitidas em anos anteriores. Consta no sistema monitor, software da CGU com acesso disponibilizado às unidades auditadas para facilitar o monitoramento das recomendações emitidas por ela, que há 63 recomendações pendentes de atendimento pela UFRB. No entanto, ressalta-se que desse número, 23 recomendações tiveram providências e comprovações das mesmas atualizadas no monitor no decorrer do ano de 2017, porém não foram analisadas pela CGU até o fechamento desse Relatório de Gestão.

A alimentação do sistema Monitor é feita pela chefia do Núcleo de Acompanhamento e Controles Internos por meio de login e senha, sendo o sistema de responsabilidade da CGU.

8.3 MEDIDAS ADMINISTRATIVAS PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE POR DANO AO ERÁRIO

Em nenhum dos casos investigados neste ano houve comprovadamente dano ao erário, com emissão de Termo Circunstanciado, pois este só é produzido quando o processo é concluído e remetido ao Núcleo de Patrimônio.

8.4 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE DO CRONOGRAMA DE PAGAMENTOS DE OBRIGAÇÕES COM O DISPOSTO NO ART. 5º DA LEI 8.666/1993

A Universidade Federal do Recôncavo da Bahia não possui gerenciamento sobre a movimentação de seu fluxo de caixa uma vez que depende, quase que na sua totalidade, das transferências financeiras efetuadas pelo MEC e este dependendo, por sua vez, das transferências financeiras da Secretaria do Tesouro Nacional.

As liberações de recursos financeiros pelo MEC são efetuadas com base na apuração da conta “Despesas Liquidada a Pagar (cota e RAP)”, em um determinado período do mês, descontado a disponibilidade financeira na conta limite de saque.

A quebra da ordem cronológica de pagamento raramente ocorreu no exercício. E quando ocorreu se deu pelo bem da gestão pública a título de evitar incidência de juros e multa ou mesmo a descontinuidade de serviços, limitando-se a despesas como energia elétrica por exemplo.

8.5 INFORMAÇÕES SOBRE A REVISÃO DOS CONTRATOS VIGENTES FIRMADOS COM EMPRESAS BENEFICIADAS PELA DESONERAÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO

Quanto aos contratos firmados com as empresas do setor de construção civil informamos que a aplicação da desoneração é realizada ainda na fase interna da licitação, quando ao elaborar o orçamento para o objeto a ser contratado utiliza-se as tabelas desoneradas do sistema Sinapi-CEF. Conforme prevê o Art. 102 da Lei 12.708/2012 “*O custo global das obras e dos serviços de engenharia contratados e executados com recursos dos orçamentos da União será obtido a partir de composições de custos unitários, previstas no projeto, menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAP*”.

As licitantes ao optarem por participar dos certames para obras da UFRB necessariamente incluem-se na aplicação da desoneração, pois nos preços da tabela desonerada SINAPI-CEF é aplicado na sua composição o percentual previsto em lei sobre os custos com mão-de-obra. Qualquer revisão que implique alteração de designação do contrato de “desonerado” para “onerado” implicará no aumento do valor de todo o contrato, pois será necessária a revisão da planilha licitada e da contratada. Iniciamos uma análise de alguns contratos antigos ainda do início da aplicação da lei, entretanto esta análise não foi concluída, possuíamos no quadro de servidores desta superintendência dois profissionais com conhecimento na área contábil, mas estes profissionais não fazem parte da equipe desde 2016.

Tendo em vista esta situação informamos que esta superintendência não possui atualmente em sua equipe profissionais capacitados para análise desta revisão, envolvendo aspectos legais e tributários que superam o conhecimento nas áreas técnicas de seus servidores. Indicaremos então para a constituição de um grupo de trabalho com servidores de outras unidades desta instituição para darmos continuidade ao processo de revisão, mesmo estando desobrigados a fazê-lo enquanto perdurar a suspensão dos subitens 9.2 e 9.3 Acórdão nº 2859/2013.

8.6 INFORMAÇÕES SOBRE AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

A Assessoria de Comunicação (ASCOM) é a unidade responsável pelo gerenciamento do serviço de impressão de material gráfico, necessário para divulgação e realização de eventos e atividades da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), aqui caracterizado como Publicidade Institucional. Para o ano de 2017, foram utilizadas as empresas vencedoras do Pregão Eletrônico Nº 04/2017 (Registro de Preços), processo 23007.005274/2017-87, empreendido no ano de 2017 e com validade até 23 de maio de 2018. As empresas vencedoras do certame foram a CGP Solutions Ltda (Grupo 1) e a Gráfica 3 Comunicação e Serviços gráficos Ltda (Grupo 2).

Toda a gestão do serviço de impressão de material gráfico é feita pela ASCOM através do SIGASCOM – Sistema de Gerenciamento dos Produtos e Serviços. O serviço é solicitado pela unidade de planejamento que informa a sua necessidade, devidamente aprovada pelo dirigente máximo. Os itens contratados foram identificados por valor unitário e quantidade mínima por solicitação.

8.7 DEMONSTRAÇÃO DA CONFORMIDADE COM O DISPOSTO NO ART 3º DO DECRETO 5.626/2005

Quadro 58: Cursos de graduação que devem ofertar a disciplina de Libras como matéria obrigatória.

Graduação com ofertar Libras com disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Licenciatura em História	115681	Cachoeira	O curso está ofertando a disciplina de Libras	Sim, a instituição afixou em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007. Endereço da página na <i>internet</i> : https://ufrb.edu.br/historia/images/Arquivos/PLANEJAMENTO_-_HIST%C3%93RIA_-_2016.1.pdf
Licenciatura em Pedagogia/PARFOR	1178459	Feira de Santana	O curso está ofertando a disciplina de Libras	Sim, a instituição afixou no seu mural, em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007. Endereço da página na <i>internet</i> : https://ufrb.edu.br/parfor/index.php/component/content/article/9
Licenciatura em Matemática	1135022	Feira de Santana	O curso está ofertando a disciplina de Libras	Sim, a instituição afixou no seu mural, em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007. Endereço da página na <i>internet</i> : https://ufrb.edu.br/parfor/index.php/component/content/article/7
Licenciatura em Ciências da natureza	1148848	Feira de Santana	O curso está ofertando a disciplina de Libras	Sim, a instituição afixou no seu mural, em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007. Endereço da página na <i>internet</i> : https://ufrb.edu.br/parfor/index.php/component/content/article/10
Licenciatura em Educação do Campo	1271854	Feira de Santana	O curso está ofertando a disciplina de Libras	Sim, a instituição afixou no seu mural, em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007. Endereço da página na <i>internet</i> : https://ufrb.edu.br/cetens/documentos/category/17-licenciatura-em-educacao-no-campo
Licenciatura em Matemática EaD	1135022	Cruz das Almas	O curso está ofertando a	Sim, a instituição afixou no seu mural, em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007.

Graduação com ofertar Libras com disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
			disciplina de Libras	Endereço da página na <i>internet</i> : https://www1.ufrb.edu.br/ead/images/documentos/PPC_DE_LIC_EM_MATEMATICA_EAD.pdf
Licenciatura em Biologia	86730	Cruz das Almas	O curso está ofertando a disciplina de Libras	
Licenciatura em Filosofia	1135224	Amargosa	O curso está ofertando a disciplina de Libras	Sim, a instituição afixou no seu mural, em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007. Endereço da página na <i>internet</i> : https://ufrb.edu.br/cfp/documentos/category/40-pccs-do-cfp
Licenciatura em Educação do Campo - Área do Conhecimento Ciências Agrárias	1206616	Amargosa	O curso está ofertando a disciplina de Libras	Sim, a instituição afixou no seu mural, em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007. Endereço da página na <i>internet</i> : https://ufrb.edu.br/educacaodocampocfp/matriz-curricular
Licenciatura em Física	99132	Amargosa	O curso está ofertando a disciplina de Libras	Sim, a instituição afixou no seu mural, em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007. Endereço da página na <i>internet</i> : https://ufrb.edu.br/cfp/documentos/category/40-pccs-do-cfp
Licenciatura em Matemática	100412	Amargosa	O curso está ofertando a disciplina de Libras	Sim, a instituição afixou no seu mural, em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007. Endereço da página na <i>internet</i> : https://ufrb.edu.br/cfp/documentos/category/40-pccs-do-cfp
Licenciatura em Pedagogia	1136373	Amargosa	O curso está ofertando a disciplina de Libras	Sim, a instituição afixou no seu mural, em local visível junto à Secretaria de alunos, as condições de oferta do curso, contendo as informações listadas no art. 32, § 1º da Portaria MEC 40/2007. Endereço da página na <i>internet</i> : https://ufrb.edu.br/cfp/documentos/category/40-pccs-do-cfp
Licenciatura em	122138	Amargosa	O curso está	

Graduação com ofertar Libras com disciplina obrigatória	Cód. Curso (e-MEC)	Município	Atendimento ao art. 3º do Decreto 5.626/2005	Publicação
Química			ofertando a disciplina de Libras	Endereço da página na <i>internet</i> : https://ufrb.edu.br/quimica/documentos/category/1-ppc-de-quimica
Licenciatura em Letras com Libras	1105378	Amargosa	O curso está ofertando a disciplina de Libras	Endereço da página na <i>internet</i> : https://ufrb.edu.br/cfp/documentos/category/40-ppcs-do-cfp
Licenciatura em Educação Física	1102959	Amargosa	O curso está ofertando a disciplina de Libras	Endereço da página na <i>internet</i> : https://ufrb.edu.br/cfp/documentos/category/40-ppcs-do-cfp

Fonte: PROGRAD

9 DECLARAÇÕES DE INTEGRIDADE

9.1 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETEZ DAS INFORMAÇÕES SOBRE CONTRATOS E CONVÊNIOS NOS SISTEMAS ESTRUTURANTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA FEDERAL

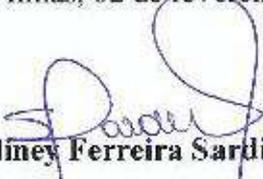


Ministério da Educação
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

DECLARAÇÃO

Eu, **Sidiney Ferreira Sardinha**, CPF n 357.461.305/91, **Coordenadora de Projetos e Convênios**, exercido na **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia** declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2017 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece o art. 15 da Lei nº 13.242, de 30 de dezembro de 2015 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Cruz das Almas, 02 de fevereiro de 2018.


Sidiney Ferreira Sardinha

CPF: 357.461.305/91

Coordenadora de Projetos e Convênio

UFRB 158092

9.2 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE E COMPLETUDE DOS REGISTROS
NO SISTEMA DE APROPRIAÇÃO E REGISTROS DOS ATOS DE
ADMINISTRAÇÃO E CONCESSÕES



Ministério da Educação
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão relativos ao pessoal da **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia** estão devidamente registrados no Sistema de Apreciação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões – Sisac para fins de registro junto ao Tribunal de Contas da União, conforme determina o inciso III do art. 71 da Constituição Federal e art. 2º da Instrução Normativa TCU 55/2007.

Cruz das Almas, 02 de fevereiro de 2018.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wagner Favares da Silva'.

Wagner Favares da Silva

CPF 000.044.795-13

Assistente em Administração
Pró reitor de Gestão de Pessoal

9.3 DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES DA LEI 8.730/1993 QUANTO À ENTREGA DAS DECLARAÇÕES DE BENS E RENDA.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todos os servidores da **Universidade Federal do Recôncavo da Bahia** obrigados pela Lei 8.730/1993 disponibilizaram suas declarações de bens e rendas junto a esta Pró-reitoria de Gestão de Pessoal para fins de avaliação da evolução patrimonial e outras providências cabíveis a cargo dos órgãos de controle.

Cruz das Almas, 02 de fevereiro de 2018.

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Wagner Tavares da Silva', written over a horizontal line.

Wagner Tavares da Silva
CPF 000.044.795-13
Assistente em Administração
Pró reitor de Gestão de Pessoal

9.4 DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE DOS REGISTROS DAS INFORMAÇÕES NO SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

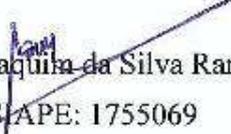


Ministério da Educação
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

DECLARAÇÃO

Declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações sobre a execução física e financeira das ações da Lei Orçamentária Anual exigidas no Módulo de Acompanhamento Orçamentário do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento – SIOP, cuja responsabilidade pela coleta e atualização no referido Sistema são de responsabilidade desta unidade prestadora de contas, estão devidamente atualizados no SIOP conforme as orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Cruz das Almas, 02 de fevereiro de 2018.


José Joaquim da Silva Ramos

SIAPE: 1755069

Coordenador de Orçamento e Desenvolvimento Institucional
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

9.5 DECLARAÇÃO DO CONTADOR SOBRE A FIDEDIGNIDADE DOS REGISTROS CONTÁBEIS NO SIAFI



Ministério da Educação
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA			158092
<p>De acordo com análise realizada nos demonstrativos, balancete e auditores contábeis (CONDESAUD), declaro que os demonstrativos contábeis constantes no SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e das Mutações do Patrimônio Líquido), regidos pela Lei nº. 4320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº. 1.133/2008, relativos ao exercício de 2017 do órgão 26351 refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial, EXCETO no tocante a:</p> <p>a) Não houve a reavaliação dos bens móveis e imóveis;</p> <p>b) A conta depreciação acumulada esta com o saldo incorreto em razão de erros no sistema de patrimônio;</p> <p>c) Existem bens imóveis ainda não classificados como de uso especial e por consequência não registrados no SPIUNET.</p>			
Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Contador Responsável	Data	CRC
Cruz das Almas/BA	 Edson de Jesus Santana	12/01/2018	BA-023145/O-7

9.6 DECLARAÇÃO SOBRE A CONFORMIDADE CONTÁBIL DOS ATOS E FATOS DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA, FINANCEIRA E PATRIMONIAL



Ministério da Educação
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

Declaração sobre a conformidade contábil dos atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial.

A Universidade tem adotado as medidas com vistas ao cumprimento das Normas de Contabilidade aplicadas ao Setor Público no âmbito de sua execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial.

A UFRB dispõe de uma Setorial de Contabilidade sob o número 158092, sob a titularidade de Contador responsável e um substituto, ambos pertencentes ao quadro efetivo desta IFE, os quais exercem o acompanhamento e orientação contábil da setorial de Contabilidade do Ministério da Educação.

Entretanto ainda não foi observado o princípio da segregação de função, uma vez que o Contador responsável, concomitantemente, exerce funções conflitantes com sua atividade de realizar a conformidade contábil, tais como: pagamentos e emissão de documentos no SIAFI.

No tocante a Conformidade de Registro de Gestão que compreende a Conformidade Diária e a Conformidade Documental, a instituição não possui um servidor formalmente designado pelo titular da Unidade Gestora Executor para realização desta tarefa, que tem como objetivo primordial minimizar riscos, aperfeiçoar o controle preventivo e propiciar maior fidedignidade da Conformidade Contábil e das Demonstrações Contábeis.

A Conformidade Contábil da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia é elaborada no Núcleo de Conformidade Contábil. O processo de conformidade é elaborado por este Núcleo que possui competência para o registro no sistema SIAFI. Entretanto o Contador responsável e o substituto designado para esta função possuem status de executor no SIAFI.

Durante o exercício de 2017 a Conformidade Contábil apontou ao longo dos meses as seguintes restrições:

022 Disponibilidades por fonte de recursos (0177000000)
167 Controle do Registro SPIUNET a retificar
197 BP – DSF – Recursos ordinários
198 BP – DSF – Recursos vinculados
280 Passivo Liquidado x DDR
292 Passivo orçamentário x execução orçamentária
315 Falta/Restrição conformidade registro de gestão
634 Falta avaliação bens mov./imov./intang/outros
641 Bens imóveis ã classificados como uso especial
642 Falta/evolução incompatível dep at imobilizado
690 Passivo financeiro x fonte a classificar

Justificativas para permanência de restrições contábeis no encerramento do exercício de 2017:

Equações 022, 197, 198, 280, 292 e 690 – falta de pessoal exclusivamente para resolver essas equações, equipe reduzida e com pouca experiência na análise e regularizações contábeis.



Ministério da Educação
Universidade Federal do Recôncavo da Bahia

ausência de capacitação. As regularizações estão sendo efetuadas, porém as atividades operacionais cotidianas impedem uma maior celeridade na resolução dessas equações;

Equação 167 – segundo a Coordenação de Material e Patrimônio, quando a Coordenação de Contabilidade e Finanças da UFRB questionou sobre a veracidade dos registros foi-nos informado que tais lançamentos seriam estomado a medida do possível;

Equação 315 - a administração está com dificuldades na escolha de um conformista de gestão e estamos constantemente cobrando a indicação de um conformista. Esperamos que ainda no primeiro semestre de 2018 a UFRB resolva esta situação;

Equação 634 - Segundo a Coordenação de Materiais e Patrimônio da UFRB foi iniciado processo de reavaliação dos bens móveis desta Universidade. No tocante aos bens móveis iniciado uma parceria entre a SIPEF e a CMP para realização da reavaliação dos bens imóveis. Contudo, como a CMP não possui engenheiros em seu quadro, não tem capacidade técnica para realizar o trabalho. Assim, a CMP continua no aguardo das informações por parte da SIPEF.

Equação 641 – a conta 123210601 contempla, indevidamente, por ser uma conta transitória, todas as benfeitorias realizadas pela UFRB, sejam as acabadas, as paralisadas e as em andamento. Nenhum obra concluída cuja contratada foi a UFRB possui habite-se. Em decorrência de

negociações firmadas junto à Prefeitura Municipal de Cruz das Almas no final de dezembro, foi iniciado a regularização dos imóveis da UFRB localizados neste município. Procedimento semelhante já está acontecendo no município de Santo Antonio de Jesus. O grande entrave reside no custo elevado das taxas de habite-se e que por isso, depende de habilidade nas negociações objetivando diminuir.

Equação 642 – A coordenação de materiais e patrimonia informa que esta finalizando a implantação do sistema SIPAC - Módulo Patrimônio Móvel. O sistema só processará a depreciação depois que for alimentado com a reavaliação dos bens. Tal reavaliação está sendo realizada concomitante ao inventário geral 2016/2017. A previsão era regularizar a situação até o final deste exercício de 2017. Ainda não foi concluída;

Cruz das Almas, 10 de janeiro de
2018


Edyara Jesus Santos
Contador
CRC BA - 023748-0-7